

Leonor de Barros Sousa Mendes

De que se fala quando se fala de RAN e REN?

Dissertação de Mestrado em Riscos, Cidades e Ordenamento do Território

Dissertação realizada sob a orientação da

Professora Doutora Ana Monteiro

E coorientação do

Professor Doutor Álvaro Domingues

MRCOT

Outubro 2012

Ao Rui, por estar sempre ao meu lado.

À Beatriz, meu “amuleto” da sorte, pelas palavras
sempre certas e pela imensa ajuda que me deu.

Aos meus pais e ao Tiago, por acreditarem em mim.

AGRADECIMENTOS

À Professora Doutora Ana Monteiro, minha orientadora, por me ter incentivado a avançar para a dissertação, pelos sucessivos encorajamentos e por me ter dado total liberdade no meu estudo.

Ao Professor Doutor Álvaro Domingues, por ter aceitado ser meu coorientador, por todas as sugestões e desafios que me lançou e pela amizade.

À CCDDR-N, na pessoa da Dra. Célia Ramos e do Dr. José Nogueira, pelas orientações e pela ajuda que me deram e pela disponibilidade com que me receberam.

À Dra. Mariana Gomes, da Câmara Municipal de Santo Tirso, por toda a ajuda, incentivo e simpatia que teve para comigo (e por me disponibilizar bibliografia essencial).

À Eng^a Cláudia Santos, da Cooperativa de agricultores de Santo Tirso e Trofa, por me ter recebido tão bem e estar disposta a responder a todas as minhas questões.

À D. Maria José, à D. M^a Cecília Monteiro e à D. Isabel Silva Freitas, pela paciência com que responderam às minhas perguntas.

Ao Eduardo Dixo, por me ter incentivado a inscrever-me no Mestrado e por me ter dado algumas dicas que me foram muito úteis.

A todos que, acima referidos ou não, me apoiaram, o meu profundo agradecimento.

ÍNDICE

Introdução	9
I Parte: Reserva Agrícola Nacional	
1.1 – Decreto-Lei nº 451/82	11
1.2 – Decreto-Lei nº 196/89.....	15
1.3 – Decreto-Lei nº 274/92.....	22
1.4 – Decreto-Lei nº 73/2009.....	25
1.5 – Reflexões sobre o regime jurídico da RAN	34
II Parte: Reserva Ecológica Nacional	
2.1 – Decreto-Lei nº 321/83.....	39
2.2 – Decreto-Lei nº 93/90.....	43
2.3 – Decreto-Lei nº 316/90.....	54
2.4 – Decreto-Lei nº 213/92.....	54
2.5 – Decreto-Lei nº 79/95.....	55
2.6 – Decreto-Lei nº 203/2002.....	55
2.7 – Decreto-Lei nº 180/2006.....	56
2.8 – Decreto-Lei nº 166/2008.....	60
2.9 – Reflexões sobre o regime jurídico da REN.....	71
Conclusões.....	80
Lista de Referências.....	84
Anexos	

ÍNDICE DE ANEXOS

Anexo 1 - Anexo ao Decreto-Lei nº 196/89, de 14 de Junho

Anexo 2 - Anexo I e II ao Decreto-Lei nº 73/2009, de 31 de março

Anexo 3 - Evolução Legislativa do Regime Jurídico da Reserva Agrícola Nacional

Anexo 4 - Anexo I, II e III ao Decreto-Lei nº 93/90, de 19 de março

Anexo 5 - Anexo IV do Decreto-Lei nº 93/90, na redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei nº180/2006, de 6 de setembro, e pela Declaração de retificação nº 76/2006, de 6 de novembro

Anexo 6 - Anexo V do Decreto-Lei nº 93/90, na redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei nº180/2006 de 6 de setembro

Anexo 7 - Anexo I do Decreto-Lei nº 166/2008, de 22 de agosto

Anexo 8 - Anexo II do Decreto-Lei nº 166/2008, de 22 de agosto, na redação dada pela Declaração de Retificação nº 63-B/2008, de 21 de outubro

Anexo 9 - Anexo III do Decreto-Lei nº 166/2008, de 22 de agosto

Anexo 10 - Anexo IV do Decreto-Lei nº 166/2008, de 22 de agosto

Anexo 11 - Evolução Legislativa do Regime Jurídico da Reserva Ecológica Nacional

Anexo 12 - Inquérito

Anexo 13 - Inquérito: resultados

Anexo 14 - E-mail trocado com o Secretariado Técnico da Comissão Nacional da REN

Anexo 15 - Reserva Ecológica Nacional - Esquema Nacional de Referência

Anexo 16 – Imagens de áreas integradas na REN

LISTA DE SIGLAS

ANMP – Associação Nacional de Municípios Portugueses
ARH – Administração de Região Hidrográfica
CCDR – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional
CNREN – Comissão Nacional da REN
CNROA – Centro Nacional de Reconhecimento e Ordenamento Agrário
CRRAN – Comissão Regional da RAN
DGADR – Direção-Geral da Agricultura e do Desenvolvimento Rural
DGF – Direção-Geral de Florestas
DGOT – Direção-Geral do Ordenamento do Território
DGOTDU – Direção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano
DRA – Direção-Regional de Agricultura
DRAP – Direção-Regional da Agricultura e Pescas
FAO – Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação
NUTS – Nomenclatura de Unidades Territoriais
PDM – Plano Diretor Municipal
PMOT – Plano Municipal de Ordenamento do Território
PNPOT – Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território
POOC – Plano de Ordenamento da Orla Costeira
PROT – Plano Regional de Ordenamento do Território
PU – Plano de Urbanização
RAN – Reserva Agrícola Nacional
REN – Reserva Ecológica Nacional
RJIGT – Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial
RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação

RESUMO

A Reserva Agrícola e a Reserva Ecológica Nacionais têm sido, ao longo dos tempos, sujeitas a inúmeras críticas pela incompreensão e incoerência associadas aos seus regimes jurídicos.

Com o presente estudo, pretende-se analisar a evolução legislativa desses mesmos regimes jurídicos, sobretudo no que diz respeito aos seus aspetos mais marcantes, como sejam as áreas a integrar naquelas reservas, a forma de proceder à sua delimitação e as ações que nelas são ou não admissíveis.

Procurou-se confrontar a análise legislativa com as reflexões efetuadas por diferentes autores da comunidade científica, extraindo-se depois as devidas conclusões. Tais conclusões foram complementadas pelo recurso a metodologias qualitativas, caracterizadas pela realização de entrevistas no âmbito da RAN, bem como por metodologias quantitativas, traduzidas na realização de inquéritos, com vista a aferir a sensibilidade de uma amostra da população relativamente ao conceito e aos fins visados pela REN.

O objetivo foi, pois, responder à questão que serve de mote ao presente estudo “De que se fala quando se fala de RAN e REN?”, tendo-se concluído que, hoje, estes conceitos são mais evidentes e compreensíveis, do ponto de vista teórico, do que no passado. No entanto, há ainda um longo caminho a percorrer no sentido de otimizar e credibilizar os bens jurídicos que ambas protegem.

ABSTRACT

The National Agricultural Reserve (Reserva Agrícola Nacional, RAN) and National Ecological Reserve (Reserva Ecológica Nacional, REN) have been, over the years, subject of many criticisms because of their legal systems' misunderstandings and inconsistencies.

The present study aims to analyze the evolution of such legislative jurisdictions, particularly regarding to its most striking aspects, such as areas to integrate those reservations, how to proceed with its definition and the actions that are or not admissible in them.

We tried to confront the legislative analysis with the reflections made by different authors in the scientific community and, then, achieving the proper conclusions. These findings were complemented by the use of qualitative methodologies, characterized by conducting interviews related to the RAN, as well as quantitative methodologies, reflected in surveys, in order to assess the sensibility of a sample of the population about the concept and the purposes of REN.

The main core was therefore to answer the question that gives the tone to this study entitled, "Of what do we talk about when it comes to RAN and REN?". It was concluded that, today, these concepts are more obvious and understandable, theoretically, than in the past. However, there is still a long way to go in order to optimize and to give credibility to the goals that both protect.

INTRODUÇÃO

“Aquele que tem um “porquê” para viver pode enfrentar todos os “comos”!”

F. Nietzsche

O estudo que ora se apresenta surgiu da perplexidade da autora ante a evidência de elaborar uma dissertação de mestrado que conjugasse a sua formação académica (licenciatura em Direito), com a frequência do Mestrado em Riscos, Cidades e Ordenamento do Território, integrado no Departamento de Geografia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Dadas as conexões do Direito com todas as áreas da vida social, devido ao seu papel regulamentador das mesmas, não era difícil encontrar objetos de estudo que integrassem o ordenamento do território e a respetiva disciplina jurídica. No entanto, reputou-se mais útil incidir a análise a efetuar sobre as questões relacionadas com a Reserva Ecológica Nacional (REN) e com a Reserva Agrícola Nacional (RAN), por se tratar de realidades complexas, pouco aprofundadas e potenciadoras de discórdia entre os especialistas e de dúvidas na sua aplicação prática.

Com efeito, o objetivo principal que se visa alcançar com este estudo prende-se precisamente com as seguintes questões: o que é que a RAN e a REN efetivamente protegem? Que meios empregam para o fazer? Qual a pertinência das críticas sucessivamente levantadas a estes dois regimes? Qual a utilidade dos mesmos? Qual o grau de sensibilidade das pessoas para o objeto destes regimes jurídicos? Quais as previsões futuras para estes regimes?

Nesta conformidade, o estudo aqui em causa incide na análise da evolução legislativa dos regimes jurídicos, respetivamente, da Reserva Ecológica Nacional e da Reserva Agrícola Nacional, desde o diploma legal que os instituiu até ao que ora se encontra em vigor. Paralelamente à análise legislativa, procedeu-se ao levantamento das reflexões que foram sendo feitas aos mencionados regimes por diversos autores, de diferentes áreas académicas (arquitetura paisagista, geografia, engenharia agrónoma, direito), cruzando-as e complementando-as, com inquéritos feitos a uma amostra de população bastante heterogénea e com as observações resultantes de entrevistas realizadas a diferentes pessoas de Santo Tirso e Trofa, de forma a melhor responder à pergunta que dá nome a este estudo e à qual, naturalmente, se subsume o seu objeto:

“De que é que se fala quando se fala de RAN e de REN?”. No entanto, cumpre ressaltar que se procurou enfatizar os problemas levantados pela aplicação dos regimes da RAN, por um lado, e da REN, por outro, por se entender serem estes aspetos aqueles que, no futuro, deverão merecer uma atenção mais cuidada, quer da comunidade científica, quer idealmente do próprio legislador.

Na escolha das fontes, a autora teve como principal preocupação a heterogeneidade das perspetivas existentes sobre a RAN e REN, uma vez que, estando em causa a problematização destes regimes, se considerou que para o efeito seria desejável reunir um leque, o mais possível alargado, mas não exaustivo, de achegas provenientes de diferentes abordagens científicas.

No que respeita aos demais métodos de investigação utilizados, realização de inquéritos e de entrevistas, o critério foi o da proximidade à autora, ou seja, no primeiro caso, a escolha da amostra foi feita a partir dos seus conhecimentos pessoais (familiares e amigos, com diferentes idades e sexos, solicitando-lhes que, por sua vez, reencaminhassem o inquérito aos seus próprios conhecimentos). Relativamente à realização das entrevistas, o critério foi idêntico, na medida em que, estando a desempenhar funções de jurista na Câmara Municipal da Trofa, a autora optou por focar a sua atenção neste concelho e, por inerência, também em Santo Tirso, dadas as ligações existentes entre ambos os concelhos.

Ainda no que respeita às fontes, cumpre não esquecer aqueles que constituem, no fundo, o cerne e o ponto de partida de todo este estudo: os diplomas legais que traduzem o regime jurídico da Reserva Ecológica e da Reserva Agrícola Nacional, que por serem óbvios se elencam em jeito de conclusão.

Isto posto, cumpre pois explicitar que o estudo se divide em duas grandes partes, a primeira, relativa à Reserva Agrícola Nacional e, a segunda, respeitante à Reserva Ecológica Nacional. Optou-se por seguir um critério cronológico, na medida em que o diploma que instituiu a RAN é anterior ao que criou a REN, não obstante existir uma proximidade muito evidente, até do ponto de vista temporal, entre estes dois regimes jurídicos. Estas duas grandes partes estão por sua vez divididas em função dos sucessivos diplomas legais com relevância para a evolução dos regimes aqui em causa, o que significa que não foram tidos em conta os diplomas que apenas introduziram alterações pontuais e pouco relevantes para o estudo que ora se apresenta. Por fim, na Conclusão, procura responder-se às questões que são, em suma, o objeto deste estudo, tendo naturalmente como pano de fundo as reflexões anteriormente apresentadas.

I-PARTE

RESERVA AGRÍCOLA NACIONAL

1.1. Decreto-Lei n.º 451/82

O Decreto-Lei n.º 451/82, de 16 de novembro, instituiu a Reserva Agrícola Nacional, consagrando desta forma a importância do solo agrícola, como recurso fundamental, quer para a sobrevivência e bem-estar das populações, quer para a independência económica do país. Por outro lado, verificou-se também a preocupação em sublinhar a importância das áreas de maior aptidão agrícola no equilíbrio ecológico da paisagem, dada a relevante função que desempenham na drenagem das bacias hidrográficas e na diferenciação e caracterização do zonamento do espaço agrícola.

Com efeito, considerou o legislador ser necessário preservar o recurso natural, solo agrícola, na medida em que entendeu estar a ocorrer uma ocupação irracional desses solos, destruindo a sua vocação natural. Para tal, instituiu medidas que determinassem o aumento da produção agrícola e potenciassem a sua utilização racional, bem como a conservação e o melhoramento dos solos.

A par da mudança legislativa, frisou-se igualmente a importância de se operar uma mudança de mentalidade, que passaria não só pela responsabilização das populações, mas também e principalmente, do poder autárquico nas tomadas de decisão sobre estas matérias.

Tendo em conta o conceito de Reserva Agrícola Nacional previsto no artigo 1.º, *esta integra os solos com maior aptidão para a produção de bens agrícolas indispensáveis ao abastecimento nacional, para o pleno desenvolvimento da agricultura e para o equilíbrio e estabilidade das paisagens*, que são aqueles que se enquadram nas classes da capacidade de uso A, B e da subclasse Ch, tal como definidas para a elaboração da Carta de Capacidade de Uso do Solo. Não obstante esta classificação, prevê-se que nos casos em que não existam solos das categorias A e B, a RAN abranja toda a classe C. Por outro lado, nos termos do n.º 3 do artigo 2.º, a RAN abrange ainda os *“assentos” de lavoura das explorações agrícolas viáveis, as áreas submetidas a importantes investimentos destinados a aumentar a capacidade produtiva dos solos, bem como aqueles cujo aproveitamento seja determinante da viabilidade económica de explorações agrícolas existentes*. De acordo com o artigo 5.º, todos os

solos que compõem a RAN são identificados, obrigatoriamente, em todos os instrumentos definidores da ocupação física do território.

Posto isto, foram desde logo definidas as ações proibidas na Reserva Agrícola Nacional, que correspondiam a todas aquelas que diminuíssem ou destruíssem as suas potencialidades, designadamente obras hidráulicas, vias de comunicação e acessos, construção de edifícios, aterros e escavações ou quaisquer outras formas de utilização com fins não agrícolas. No entanto, e como não há regra sem exceção, o regime jurídico da RAN considerava admissíveis determinadas ações, desde que preenchidos certos requisitos, como melhor se compreende no quadro que se segue:

Exceções	Requisitos para aplicação das exceções
a) execução de obras destinadas exclusivamente a fins agrícolas, quando justificadas;	Necessidade de confirmação das condições que justificam a exceção por parte da Direção-Regional de Agricultura (DRA) competente.
b) construção de habitações para os agricultores nos prédios rústicos, quando se trate de solos totalmente integrados na RAN, e desde que daí advenham benefícios para a agricultura;	Necessidade de confirmação das condições que justificam a exceção por parte da DRA competente.
c) expansões urbanas, quando previstas em planos diretores municipais (PDM), planos de urbanização (PU) e em áreas de desenvolvimento prioritário e áreas de construção prioritária plenamente eficazes;	
d) construções a implantar dentro dos limites ou perímetros dos aglomerados urbanos definidos por PDM e PU plenamente eficazes, ou, na sua falta, fixados em diploma legal ou aprovados por despacho conjunto do Ministro de Estado e da Qualidade de Vida e dos	Os limites ou perímetros dos aglomerados urbanos a definir por despacho dos Ministros é obrigatoriamente precedido de parecer do Instituto Nacional de Investigação Agrária e Extensão Rural, através do Centro Nacional de Reconhecimento e Ordenamento Agrário

Ministros da Administração Interna e da Habitação, Obras Públicas e Transportes, sob proposta das Câmaras Municipais;	(CNROA).
e) construção de vias de comunicação, seus acessos e outros empreendimentos ou construções de interesse público nacional, regional ou local, nas situações em que não exista alternativa técnica economicamente aceitável;	<p><u>Interesse público nacional:</u></p> <p>- parecer favorável do Conselho da RAN + confirmação por despacho do Ministro da Habitação, Obras Públicas e Transportes.</p> <p><u>Interesse público regional ou local:</u></p> <p>- parecer favorável das comissões regionais da RAN (solicitado pelos interessados e com possibilidade de recurso para o Conselho da RAN) + confirmação por despacho do Ministro da Administração Interna.</p>
f) obras indispensáveis à defesa do património cultural.	Necessidade de parecer do Conselho da RAN e de confirmação por despacho do Ministro da Cultura e Coordenação Científica.

Por outro lado, exigia o legislador que, nos casos em que os organismos da administração não dispusessem de elementos necessários sobre a capacidade de uso dos solos, ou em que os solos não estivessem classificados em cartas de reserva agrícola nacional, de escala adequada e já publicadas, fosse obrigatório requerer parecer sobre essa capacidade, quando estivesse em causa a utilização dos mesmos para fins não agrícolas, parecer requerido ao CNROA, para áreas superiores a 10.000 m², e à DRA respetiva, no caso contrário, como resulta dos artigos 14.º e 15.º.

Tendo em vista a implementação de medidas de defesa da RAN e a tutela do seu regime jurídico, foi criado, por um lado, o Conselho de Reserva Agrícola e, por outro, as comissões regionais da reserva agrícola. Curiosamente, daquele primeiro órgão faziam apenas parte representantes de cinco ministérios, sendo um deles o da Agricultura, encontrando-se os representantes das áreas técnicas nas comissões regionais, das quais fazia parte um representante do CNROA, e um representante, respetivamente, das Direções – Gerais da Agricultura, do Ordenamento e do

Planeamento Urbanístico, bem como um, e só um, representante dos municípios da área abrangida, e ainda um representante das associações regionais de agricultores.

Um aspeto inovador deste diploma legal traduziu-se na definição de penalidades, determinando-se, no artigo 17.º, a punição com coima fixada entre 500\$00 a 50.000\$00, de quaisquer ações que contrariassem o estipulado no regime jurídico da RAN, bem como a obrigatoriedade de recuperação dos solos indevidamente utilizados, com base em projeto a aprovar pela comissão regional competente. A competência para a fixação de coimas cabia às DRA.

Uma vez apresentado o quadro legal da RAN à data em que foi instituído, cumpre questionar algumas das soluções por ele encontradas.

Tendo por base um artigo interessante de Júlio Moreira¹, com o curioso título “Quem tem medo da Reserva Agrícola Nacional?”, em que o autor compara este diploma legal com os decretos que lhe antecederam, chega-se à conclusão que muito pouco mudou desde o Decreto-Lei n.º 365/75, para além da nova identificação do conjunto de solos agrícolas protegidos, através da designação Reserva Agrícola Nacional, e da intensificação da *máquina burocrática estabelecida para apoiar os objetivos expressos* (idem, 1983). Com efeito, continua o autor, aquilo que podia ser solucionado, no âmbito do Decreto de 75, pela entidade centralizadora dos processos de licenciamento, passou a implicar o envolvimento de toda uma estrutura que culminou na criação dos órgãos atrás descritos. Neste sentido, aquele autor levanta as seguintes questões, cuja pertinência nos parece evidente: “*Será esta hipertrofia burocrática uma forma desesperada de obstar à reconhecida destruição alarmante dos solos nacionais? E se o for, terá condições para funcionar eficazmente? Ou a eficácia é procurada através das multas (coimas, como vernaculamente se diz no decreto) e outras penalidades?*” (idem, 1983)

A este respeito, o autor alerta ainda para o facto de a “pirâmide burocrática” se construir à margem do poder local, já que, face às disposições constantes do regime da RAN, facilmente se percebe a reduzida expressividade atribuída ao poder local, que se circunscreve a um único representante nas comissões regionais da RAN. Por outro lado, e no que toca à representatividade das entidades técnicas, há igualmente uma subordinação das mesmas para *indefinidas entidades ministeriais* (idem, 1983), o que leva o autor a concluir que a eficácia dos meios de proteção dos solos não saiu reforçada

¹ MOREIRA, Júlio, “Quem tem medo da reserva agrícola nacional”?, Poder Local, n.º 35, (1983), p.58-63.

com os sucessivos instrumentos jurídicos, já que quanto maior for a complexidade do sistema decisório e a dependência face às mais altas hierarquias do poder, mais distante fica da situação concreta que se visa solucionar e mais espaço abre para a criação de condições favoráveis às exceções e, presumivelmente, à corrupção... Como conclui sabiamente o autor: *Não quer dizer que a corrupção não apareça em todos os níveis, mas a sua importância e frequência tendem a aumentar com a diluição das responsabilidades e com o “nível” das entidades envolvidas no processo. Sabendo os enormes interesses que rastejam sobre a terra, qual será o futuro da reserva agrícola nacional, à sombra da pirâmide burocrática?* (idem, 1983).

1.2. Decreto-Lei n.º 196/89

Não obstante a Reserva Agrícola Nacional ter sido instituída pelo Decreto-Lei n.º 451/82, com todas as reflexões que o mesmo motivou e que atrás se expuseram, a verdade é que este diploma legal, pelo menos no que respeita à atribuição da gestão das áreas integradas na RAN a órgãos regionais representativos das várias entidades com responsabilidade na matéria, nunca se chegou a concretizar, como resulta desde logo do preâmbulo do Decreto-Lei n.º 196/89, de 14 de junho, que acabou por revogar aquele Decreto-Lei instituindo um novo regime para a RAN.

O Decreto-Lei n.º 196/89 teve como principal objetivo contribuir para a modernização da agricultura portuguesa e, em simultâneo, melhorar as condições económicas das populações dedicadas àquela atividade. Para tal, tornava-se não só necessário proteger das agressões urbanísticas os solos com maior aptidão agrícola, os quais ocupavam cerca de 12% do território nacional, mas também garantir que essas áreas seriam efetivamente utilizadas para a agricultura e, idealmente, potenciar a existência de explorações agrícolas bem dimensionadas, ao invés do clássico fracionamento excessivo da estrutura fundiária portuguesa. Foi precisamente com base neste pressuposto que este decreto-lei determinou a definição de uma unidade de cultura superior à existente para o restante território nacional para as áreas integradas na RAN, por serem aquelas em que o fracionamento se mostrava mais prejudicial. Com efeito, nos termos do artigo 13.º deste diploma, foi determinado que a unidade de cultura corresponderia ao dobro da área fixada pela lei geral para os respetivos terrenos e região.

Por outro lado, foi sublinhada a importância da tarefa de delimitação das áreas a integrar na RAN para a realização dos objetivos visados pelo diploma, a qual se

concretizaria na publicação, por portaria do Ministro da Agricultura, Pescas e Alimentação, da carta da RAN.

Assim, e ao contrário do que se verificou no diploma que instituiu a RAN, o Decreto-Lei n.º 196/89, no artigo 2.º, começou por definir um conjunto de conceitos essenciais à compreensão do seu regime, designadamente distinguindo as diferentes classes de uso do solo (A, B, C, D e E), numa escala decrescente de relevância agrária, classificação esta que na prática implicava o recurso aos critérios técnicos constantes do anexo I deste diploma legal (Anexo 1); passando, depois, no artigo 3.º n.º 1, a definir o próprio conceito de Reserva Agrícola Nacional como sendo o *conjunto das áreas que, em virtude das suas características morfológicas, climatéricas e sociais, maiores potencialidades apresentam para a produção de bens agrícolas.*

Relativamente à composição da RAN, entendeu o legislador ser esta formada por solos de tipo A e B, bem como por solos de baixas aluvionares e coluviais e outros cuja integração na RAN seja conveniente à prossecução dos seus fins. No entanto, o artigo 6.º faz menção à possibilidade de se proceder à integração específica de certos solos quando os mesmos se reputem relevantes por razões de eficiência económica - de que são exemplo os que foram submetidos a investimentos importantes, com vista a aumentar a sua capacidade produtiva com carácter duradouro, ou aqueles cujo aproveitamento seja crucial à viabilidade económica das explorações agrícolas existentes – ou por razões de natureza agroambiental, em que se incluem os solos da subclasse Ch.

Em sentido oposto, foram igualmente elencadas, no artigo 7.º, as áreas não integradas na RAN, a saber:

- solos destinados a expansões urbanas, previstos em PDM, PU, em áreas de desenvolvimento prioritário e áreas de construção prioritária plenamente eficazes;
- solos destinados a construção que se encontrem dentro dos limites ou perímetros dos aglomerados urbanos definidos por PDM e PU plenamente eficazes ou, na sua falta, fixados em diploma legal ou ainda aprovados por despacho fundamentado do Ministro do Planeamento e da Administração do Território, sob proposta dos respetivos municípios;
- solos destinados a loteamentos urbanos de interesse regional ou local, quando integrados em núcleos de construção legalmente autorizados antes da entrada em vigor do presente diploma.

Relativamente ao regime jurídico da RAN, é de sublinhar que embora se tenha mantido a regra geral de proibição de todas as ações que diminuíssem ou destruíssem as potencialidades agrícolas das áreas integradas na RAN, o legislador optou por particularizar algumas dessas ações proibidas, para além das obras hidráulicas, vias de comunicação e acessos, construção de edifícios, aterros e escavações já referidas no diploma anterior, destacando a este propósito o *lançamento ou depósito de resíduos radioativos, resíduos sólidos urbanos, resíduos industriais ou outros produtos que contenham substâncias ou microrganismos que possam alterar as características do solo; o despejo de volumes excessivos de lamas, designadamente resultantes da utilização indiscriminada de processos de tratamento de efluentes; ações que provoquem erosão e degradação do solo, desprendimento de terras, encharcamento, inundações, excesso de salinidade e outros efeitos perniciosos; utilização indevida de técnicas ou produtos fertilizantes e fitofarmacêuticos*. Por outro lado, optou por conceder tratamento preferencial a todas as atividades agrícolas realizadas em solos de RAN, em todas as ações de fomento e apoio à agricultura desenvolvidas pelas entidades públicas.

Não obstante a regra geral atrás enunciada, este diploma prevê a possibilidade de serem concedidos pareceres prévios favoráveis (quando estejam em causa ações sujeitas a licença, concessão, aprovação ou autorização administrativa) ou autorizações (nos demais casos), por parte das comissões regionais da RAN, relativamente a utilizações não agrícolas de solos integrados na Reserva Agrícola, os quais todavia só poderão ser concedidos nos casos previstos no n.º 2 do artigo 9.º:

- a) *Obras com finalidade exclusivamente agrícola, quando integradas e utilizadas em explorações agrícolas viáveis, desde que não existam alternativas de localização em solos não incluídos na RAN ou, quando os haja, a sua implantação nestes inviabilize técnica e economicamente a construção;*
- b) *Habitações para fixação em regime de residência habitual dos agricultores em explorações agrícolas viáveis, desde que não existam alternativas válidas de localização em solos não incluídos na RAN;*
- c) *Habitações para utilização própria e exclusiva dos seus proprietários e respetivos agregados familiares, quando se encontrem em situação de extrema necessidade sem alternativa viável para a obtenção de habitação condigna e daí não resultem inconvenientes para os interesses tutelados pelo presente diploma;*

- d) Vias de comunicação, seus acessos e outros empreendimentos ou construções de interesse público, desde que não haja alternativa técnica economicamente aceitável para o seu traçado ou localização;*
- e) Exploração de minas, pedreiras, barreiras e saibreiras, ficando os responsáveis obrigados a executar o plano de recuperação dos solos que seja aprovado;*
- f) Obras indispensáveis de defesa do património cultural, designadamente de natureza arqueológica.*

Facilmente se compreende o paralelismo destas exceções, com aquelas que já haviam sido enumeradas no âmbito do diploma anterior. Ainda assim, cumpre destacar a ressalva de que estes pareceres apenas podem ser emitidos para as classes A e B de uso do solo, quando não exista outra alternativa nas demais classes. Mais adverte o legislador, no artigo 34.º, para o facto de serem nulos todos os atos administrativos que contrariem estas disposições legais, facto que pode implicar inclusive a responsabilidade do Estado e das demais pessoas coletivas públicas, sempre que dos seus atos advenham prejuízos para particulares de boa fé.

Por outro lado, estipulou-se ainda o direito de preferência na alienação ou dação em cumprimento de prédios rústicos situados numa área da RAN, de que gozam os proprietários de prédios rústicos incluídos na mesma.

Mantiveram-se como órgãos da RAN, o Conselho Nacional da RAN e as suas comissões regionais, tendo-se verificado um alargamento das competências destas últimas, nomeadamente no que respeita à promoção de cooperação entre entidades públicas e à sensibilização das populações para os fins visados pela RAN, bem como na emissão de pareceres e na aplicação de coimas e demais sanções em caso de incumprimento do regime da RAN. No que respeita à composição destes órgãos, houve também alterações significativas, uma vez que o Conselho Nacional da RAN passou a contar, não só com representantes ministeriais, mas também com um representante das comissões regionais de reserva agrícola, bem como com um representante da Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP); por seu lado, as comissões regionais da reserva agrícola mantiveram o representante do CNROA, mas passaram a contar com dois representantes, quer da DRA respetiva, quer da comissão de coordenação regional mais relevante para a área da RAN em causa, e ainda com um representante da ANMP.

Independentemente do regime gizado para a RAN, foi definido um regime transitório, dada a complexidade na elaboração das cartas de RAN e que vigoraria até à

publicação das mesmas. Esse regime transitório partiu da utilização de cartas de capacidade de uso dos solos, elaboradas pelo CNROA, que dividem os solos em classes (A, B, C, D e E), e os subdividem, à exceção da classe A, em subclasses (e, h e s), podendo delimitar manchas de estrutura complexa, integrando a RAN os solos das classes A e B e ainda as manchas de estrutura complexa compostas por solos das classes A e B em percentagem a definir por portaria.

Por força do princípio da publicidade, foi reconhecida a necessidade de afixar as cartas da RAN e de capacidade de uso dos solos nos municípios e nos serviços regionais do Ministério da Agricultura.

Para os solos não abrangidos nem por cartas da RAN, nem por cartas de capacidade de uso dos solos, considerava-se que integravam a RAN os solos das classes A e B, os solos de baixas aluvionares ou coluviais, independentemente da sua capacidade de uso, e ainda as áreas que tivessem sido submetidas a importantes investimentos destinados a aumentar, com caráter duradouro, a capacidade produtiva dos solos. Nestes casos, e sempre que estivessem em causa pedidos de licenciamento para loteamentos urbanos, vias de comunicação, construções de edifícios, entre outros, os processos tinham de ser obrigatoriamente instruídos com certificados de classificação dos solos que se pretendia utilizar, cuja emissão era da competência das DRA, que indicariam se o solo em causa se integrava ou não em RAN e, em caso afirmativo, a que classe pertencia, procedimento que apenas não se verificaria se se tratasse de solos não integrados na Reserva Agrícola, tal como preceituado no artigo 7.º.

Tanto nestas situações, como nas que contendiam com as áreas integradas no regime transitório da RAN, aplicava-se, com as necessárias adaptações, o regime jurídico estipulado no decreto-lei em análise.

Tendo em vista os objetivos visados com a criação da reserva agrícola, estipulou-se ainda a obrigatoriedade de consultar carta, elaborada pelo CNROA, e de solicitar parecer do Conselho Nacional da Reserva Agrícola sempre que se equacionasse a elaboração de plano regional de ordenamento do território (PROT), PDM, planos gerais de urbanização, planos parciais de urbanização, planos de pormenor, áreas de desenvolvimento urbano prioritário e áreas de construção prioritária, bem como os processos tendentes à fixação dos limites ou perímetros dos aglomerados urbanos, de forma a que os mencionados planos tivessem em consideração os solos a integrar na RAN. Nesta conformidade, não é de estranhar que os solos da RAN tenham, por

imposição legal, de estar identificados em todos os instrumentos que contendam com a ocupação física do território.

Também se verificaram alterações ao nível do regime sancionatório, nomeadamente ao nível do montante das coimas, que sofreu um aumento significativo, passando o montante mínimo da contraordenação mais gravosa a cifrar-se, em caso de dolo, nos 20.000\$00 e o montante máximo nos 200.000\$00, o qual ascenderia aos 3.000.000\$00, se se tratasse de pessoa coletiva. Para além disto, e independentemente da aplicação de eventuais coimas, passou a prever-se, no artigo 39.º, a possibilidade de cessação de ações violadoras do regime da RAN, através de ordem emitida pela comissão regional competente, cujo incumprimento constituiria crime de desobediência, bem como a faculdade de obrigar à reposição da situação anterior, nos termos do artigo 40.º.

Traçado este enquadramento legal, cabe atender às considerações que sobre ele foram suscitadas por diferentes autores.

Sidónio Pardal, insigne urbanista, arquiteto paisagista e engenheiro agrónomo, na sua obra “A Apropriação do Território — Crítica aos Diplomas da RAN e da REN”², a que inúmeras vezes faremos referência ao longo deste estudo, aponta o dedo a este diploma por diferentes razões que se passam a invocar. Em primeiro lugar, chama a atenção para a falta de concretização de alguns conceitos como sejam o de *explorações agrícolas viáveis*, visível no preâmbulo, o qual, no entendimento do autor, depende do contexto sócio-económico do agricultor, da região e do local, facto que se verifica igualmente para o conceito de *exploração agrícola bem dimensionada*, que sendo importante, é delicado e carece de aferições no espaço e no tempo. (idem, 123:2006)

Seguidamente, o autor destaca o facto de o artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 196/89 referir que o regime da RAN visa a defesa das *áreas de maior aptidão agrícola*, mas também *garantir a sua afetação à agricultura*, sublinhando a novidade e a importância deste segundo propósito, mas afirmando também a necessidade de o desenvolver “ (...) com a consciência de que o uso agrícola não pode ser tratado jurídica e administrativamente como um uso imperativo, ao contrário do que acontece com o uso florestal e o uso urbano.” (idem, 124:2006)

Por outro lado, apresenta críticas relativamente ao conceito de agricultor constante do artigo 2.º n.º 1 alínea l), julgando redutora a noção apresentada, segundo a

² PARDAL, Sidónio, *A Apropriação do Território — Crítica aos diplomas da RAN e da REN*, editado pela Ordem dos Engenheiros, (2006).

qual agricultor é *a pessoa que exerce a atividade agrícola a título principal* e considera despropositado o artigo 8.º quando, a propósito do elenco das ações proibidas em áreas de RAN, se enunciam um conjunto de ações que já estão regulamentados em sede própria. Com efeito, diz o autor, “*Chega a ser desconcertante a referência a resíduos radioativos, a resíduos sólidos urbanos e industriais, e à utilização de fertilizantes e fitofármacos, matérias tratadas em legislação específica*”. (idem, 2006).

Para além disto, assinala um aspeto que nos parece fulcral e que corresponde ao “ (...) *peso da dependência administrativa dos agricultores relativamente às comissões da reserva agrícola (...)*”, considerando inexistir “ (...) *qualquer responsabilidade inversa, isto é, levando os Serviços do Estado ao encontro dos agricultores para os ajudar. O diploma cultiva à exaustão o proibicionismo desresponsabilizante, sem jamais se comprometer com qualquer ação positiva*”. (idem, 124:2006)

Um outro aspeto destacado por Sidónio Pardal que nos parece de inegável interesse para o estudo aqui em apreço, prende-se, por um lado, com a regulamentação genérica do regime da RAN e, por outro, com o cariz proibicionista que lhe subjaz. Tais considerações ficam claras nos seguintes excertos da obra citada:

“*Também para efeitos de planeamento do território, é necessário distinguir os diversos tipos de explorações agrícolas que configuram a estrutura agrária do país. Havendo classes de explorações agrícolas muito diferentes entre si, a regulamentação dos direitos relativos ao uso e formas de utilização do solo têm de atender a essas diferenças, o que não permite que se fique apenas pela elaboração de diplomas regulamentares de carácter genérico. (...) Mesmo neste contexto da simples regulamentação em plano, a vinculação ao uso agrícola não fica resolvida, porque a demarcação de espaços afetos a este uso só é consequente através de explorações agrícolas ativas.*

Fixar a RAN, como se tem feito, em determinadas classes de solos com a finalidade única de impedir a sua ocupação com edifícios e outras construções é um sofisma, quando por esse critério se vai obstacularizar também a normal infraestruturação e configuração das explorações agrícolas, em prejuízo do agricultor, ao mesmo tempo que coloca na esfera das comissões da RAN o poder de desafetação para outros usos e, afinal, assim, abre a possibilidade de legitimar em sede imprópria a construção e mesmo a alteração do uso do solo em terrenos agrícolas.” (idem, 126:2006)

Na mesmo sentido, cita-se também a advogada Vilma Basso³, “(...) *ao invés do Decreto-Lei considerar, numa perspetiva lógica e integradora, todas as vertentes da atividade agrícola que passam necessariamente por ações que, ainda que não sejam o cultivo da terra, estimulam, complementam e incentivam a atividade agrícola, delimita-as e encara-as como sendo proibições suscetíveis de agredir a potencialidade de cultivo dos terrenos inseridos em domínio de RAN!! (...) esquecendo por completo a componente social e económica que estão, obviamente, e de igual modo, inerentes à atividade agrícola.*”

Defende, pois, esta autora que há necessidade de analisar casuisticamente as ações violadoras dos solos da RAN, através de uma interpretação lógica e integradora do artigo 8.º, sob pena de, como refere a título exemplificativo, um pedido de construção de um muro para vedação de uma propriedade poder ser configurado como uma “*ação suscetível de ser proibida ou condicionada a entraves e burocracias de peso*” (idem, 2005), ainda que em nada atente contra os valores protegidos pela RAN. Por este motivo, entende a autora que deveria bastar o normal procedimento de licenciamento da obra por parte da Administração Local, sem necessidade da emissão de qualquer parecer prévio favorável por parte da comissão regional da reserva agrícola.

1.3. Decreto-Lei n.º 274/92

Este diploma legal veio apenas introduzir algumas modificações pontuais ao Decreto-Lei n.º 196/89, sendo que, para além do agravamento dos montantes das coimas, uma das mais relevantes prendeu-se com a ampliação do elenco, previsto no artigo 9.º, das utilizações não agrícolas de solos integrados na RAN, suscetíveis de serem objeto de parecer favorável das comissões regionais da reserva agrícola. Com efeito, para além das utilizações já previstas no Decreto-Lei n.º 196/89, passaram a prever-se também as operações relativas à florestação e exploração florestal, desde que decorrentes de projetos aprovados/autorizados pela Direção-Geral das Florestas – alínea g); as instalações para agroturismo e turismo rural, desde que enquadradas como complemento das atividades exercidas numa exploração agrícola – alínea h); e os campos de golfe declarados de interesse para o turismo, desde que não impliquem alterações irreversíveis da topografia do solo e não se inviabilize a sua eventual reutilização agrícola – alínea i).

³ BASSO, Vilma, *Reserva Agrícola Nacional: Notas e Reflexões sobre o regime jurídico vigente*, Revista de Administração Local, n.º 207, (2005), p.261-265.

A propósito destas exceções à regra geral de proibição de ações não agrícolas em solos de RAN, André Folque, no seu artigo “Solos Florestais e Reserva Agrícola Nacional”⁴, depois de as subdividir em razão dos interesses que visam proteger [a saber: incremento da economia agrária e bem-estar das populações rurais, alíneas a), b) e h); incremento da economia nacional e desenvolvimento de algumas regiões, alíneas e), g) e i); outros interesses públicos de superior importância, alíneas f) e d); e, por último, considerações de justiça, traduzidas no direito a uma habitação condigna, alínea c)], faz uma observação muito oportuna no que respeita às considerações de justiça a seu ver subjacentes a esta alínea c). Considera o autor que o legislador lançou mão do conceito indeterminado de “extrema necessidade” para “ (...) *acentuar o paradoxo que representaria privar de habitação o proprietário de um terreno por motivo de os seus únicos recursos se encontrarem adstritos a objetivos de superior interesse geral*”. No entanto, continua com a seguinte constatação “*Esta norma, infelizmente, presta-se às maiores fraudes, na falta de um ónus real de inalienabilidade e perante a diminuta confiança que merecem os elementos que atestam a extrema necessidade do interessado*”. (idem, 2007)

Fazendo um balanço ao regime da RAN, na redação dada pelo presente Decreto, o autor conclui da seguinte forma: “*Se é possível administrar bem sob leis imperfeitas, já ao invés, nem sempre as boas leis andam de par com uma execução eficiente. A discricionariedade e o emprego de conceitos imprecisos na previsão das normas de derrogação exigem da Administração Pública um redobrado afinamento de orientações (...)*”. Ora, continua o autor, “*Foram raras as obras públicas de grande envergadura, especialmente na execução do Plano Rodoviário Nacional que tenham deixado incólume a Reserva Agrícola Nacional (...)*” e acrescenta que, de acordo, com uma inspeção promovida, em 2004, pela Provedoria de Justiça, “ (...) *numa amostragem de cerca de 1000 processos representativos das diferentes previsões normativas e das diversas comissões regionais, encontraram-se, ao abrigo do artigo 9.º, n.º 2, alínea d), uma discoteca com 350 m², um lar de idosos com 1000 m², instalações turísticas com cerca de 4200 m², um outro hotel com 2700 m², um campo de futebol e várias unidades industriais, suas ampliações e armazéns*”. (idem, 2007)

⁴ FOLQUE, André, *Solos Florestais e Reserva Agrícola Nacional*, Revista Jurídica do Urbanismo e do Ambiente, Coimbra, (2007), p.9-31.

Por outro lado, aponta como maiores vulnerabilidades do regime, em primeiro lugar, a expansão ou criação de perímetros urbanos, já que ao abrigo do artigo 7.º, e como é lógico, estes solos não integram a RAN ou deixam de a integrar, pelo que considera o autor que desta forma pode persistir o “ (...) *sacrifício da RAN em detrimento do continuado alargamento da mancha de solos urbanos*” (idem, 2007). A segunda vulnerabilidade respeita ao desconhecimento exato do território: “*Como é possível salvar a Reserva Agrícola Nacional sem ter uma noção precisa da sua extensão, sem conhecer detalhadamente o que nela está compreendido, sem poder asseverar que os solos de maior capacidade se encontram, na verdade, afetados, e que aqueles que as cartas de RAN incluíram e, depois, os planos municipais são exatamente solos de elevada qualidade agrícola?*” (idem, 2007)

Por último, destaca ainda a importância da definição de uma Reserva Agrícola Nacional, enquanto potenciadora de um correto ordenamento agrário, na medida em que desse ordenamento depende também uma política eficaz de prevenção e combate aos incêndios florestais, nomeadamente na criação de descontinuidades de inflamabilidade e combustibilidade nas manchas florestais que pode e deve, no entendimento do autor, contar com áreas de aproveitamento agrícola, complementaridade que inclusive decorre da Lei de Bases da Política Florestal.

A este propósito, pronuncia-se também Sidónio Pardal⁵, referindo que o regime da RAN apenas permite as *operações relativas à florestação e exploração florestal quando decorrentes de projetos aprovados ou autorizados pela Direção-Geral das Florestas*, acrescentando, contudo, que esta exceção é, na prática, “ (...) *inviabilizada devido à má redação do Decreto-Lei n.º 196/89, com as alterações que lhe foram entretanto introduzidas: pelo n.º 1 do art.º 9.º, “carecem de prévio parecer favorável das comissões regionais da reserva agrícola todas as licenças, concessões, aprovações e autorizações administrativas relativas a utilizações não agrícolas de solos integrados na RAN”*; no entanto, no caso florestal, esse “*prévio parecer favorável*” só pode ser dado a “*operações relativas à florestação e exploração florestal quando decorrentes de projetos aprovados ou autorizados pela Direção-Geral das Florestas*” (alínea g) do n.º 2 do art.º 9.º, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 274/92). Gera-se uma situação de impossibilidade de realizar qualquer um destes atos administrativos: a CRRAN só pode dar parecer favorável a projetos florestais já aprovados pela DGF, a qual só pode

⁵ PARDAL, Sidónio, idem, 2006

aprovar esses projetos com um prévio parecer favorável da CRRAN...” (idem, 90:2006)

Dentro desta temática, apresenta ainda exemplos de situações que configuram o claro conflito existente, à data, no ordenamento jurídico português entre a RAN e o Regime Florestal, referindo a este respeito o caso da Mata Nacional de Leiria, onde foram demarcadas centenas de hectares de RAN, sendo que a RAN interdita a florestação nestes terrenos, o que naturalmente se afigura como um contrassenso, uma vez que, acrescenta o autor, se trata de um local onde nunca se fez agricultura e onde a condução florestal segue o regime de explorabilidade física (as árvores só são cortadas quando morrem) e o de exploração regular, pelo que a afetação à RAN “ (...) *é um erro grosseiro que atesta um distanciamento das realidades que se materializam no terreno*” (idem, 2006). E conclui, citando João Pinho, no sentido de que a proibição da florestação de solos integrados na RAN, excetuando-se os projetos aprovados ou autorizados pela Direção-Geral das Florestas, “(...) *deixa subentender que a floresta destrói a potencialidade agrícola dos solos afetos à RAN, pressuposto errado porque o uso florestal tem propriedades pedogénicas*”. (idem, 103 e 104:2006)

1.4. Decreto-Lei n.º 73/2009

O Decreto-Lei n.º 73/2009, de 31 de março, veio aprovar o novo regime jurídico da RAN, revogando o anterior Decreto-Lei n.º 196/89. Surge no contexto da promoção de políticas de defesa e conservação da terra e do solo, com base no acréscimo da sensibilidade ambiental por parte da população, traduzido na perceção do solo como recurso escasso e indispensável à conservação dos ecossistemas e à salvaguarda do planeta, visando-se a utilização sustentável deste recurso natural. Neste contexto, entendeu o legislador ser necessário reforçar a importância da afetação dos recursos pedológicos às atividades agrícolas, adaptando *a realidade existente às atuais condições concretas da procura de solos para outras finalidades, tais como o lazer, a manutenção do ciclo da água e do carbono e a paisagem*.

Assim sendo, e pelo facto de a RAN ser entendida, nos termos deste diploma legal, como *o conjunto das áreas que em termos agroclimáticos, geomorfológicos e pedológicos apresentam maior aptidão para a atividade agrícola* foi-lhe atribuída a natureza de restrição de utilidade pública, o que significa que nas áreas integradas na RAN vigora um regime territorial especial, caracterizado pela existência de um conjunto de condicionamentos à utilização não agrícola do solo. O condicionamento da utilização

das áreas afetas à RAN justifica-se pelo conjunto de objetivos de interesse público subjacentes à Reserva Agrícola, dos quais se destaca, naturalmente, a proteção do recurso solo e a preservação dos demais recursos naturais, mas também a promoção da competitividade dos territórios rurais, bem como o contributo para o ordenamento do território, para o desenvolvimento sustentável da atividade agrícola e para a coerência ecológica da Rede Fundamental de Conservação da Natureza.

Com vista à prossecução dos objetivos descritos, entendeu o legislador dever enquadrar a RAN no quadro estratégico e normativo constante do Programa do Desenvolvimento Rural, do Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território, da Estratégia Nacional para as Florestas, dos PROT e dos planos sectoriais relevantes, potenciando desta forma a articulação dos diferentes regimes. A este propósito, cabe ressaltar que uma das novidades introduzidas por este regime respeita ao entendimento da atividade florestal como fazendo parte integrante da atividade agrícola, o que resultou das orientações da União Europeia em matéria de florestação, bem como da perceção do carácter não destrutivo, nem irreversível do uso florestal dos solos.

Outra das novidades decorrentes deste diploma legal é a da classificação das terras e dos solos. Com efeito, e como resulta do artigo 6.º, adotou-se a metodologia de classificação da aptidão da terra recomendada pela Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO), que privilegia as características agroclimáticas, da topografia e dos solos e divide as terras em cinco categorias: Classe A1, com aptidão elevada para o uso agrícola genérico; Classe A2 e A3, com aptidão moderada e marginal, respetivamente, para o mesmo uso; Classe A4, com aptidão agrícola condicionada a um uso específico até à classe A0, que corresponde às unidades de terra inaptas para o uso agrícola. Definiu ainda o legislador que a classificação das terras corresponde a uma competência da Direção-Geral da Agricultura e do Desenvolvimento Rural (DGADR), a qual deve ser desempenhada de acordo com os critérios patentes no anexo I do diploma legal aqui em causa (Anexo 2), devendo a respetiva informação cartográfica e notas explicativas serem publicadas em Diário da República e disponibilizadas no sítio da Internet daquela Direção-Geral.

Um outro aspeto inovador deste Decreto-Lei tem precisamente a ver com a utilização de cartografia digital, que, no entendimento do legislador, permitiu assegurar um controlo maior e mais rigoroso na gestão do território e contribuir para uma gestão

mais consensual e eficaz dos espaços agrícolas, potenciando inclusive a harmonização intermunicipal.

Previu ainda o legislador, no artigo 7.º, que, nas áreas do país em que a informação cartográfica e as notas explicativas referidas anteriormente não estivessem ainda publicadas, dever-se-ia seguir, para efeitos de delimitação da RAN, a classificação dos solos anteriormente vigente e que se baseava na sua capacidade de uso, nos termos da metodologia estipulada pelo ex - CNROA, cujos critérios constam do anexo II do Decreto-Lei em análise (Anexo 2).

Com base na classificação das terras proposta, impunha-se questionar que tipo de terras passariam então a integrar a RAN, tendo o legislador apresentado como resposta que seriam as que correspondessem às classes A1 e A2, ou, nos casos em que a nova classificação ainda não vigorasse, os solos das classes de capacidade de uso A, B e Ch, bem como os solos classificados como baixas aluvionares e coluviais, ou as áreas em que todas estas categorias estivessem maioritariamente representadas.

Exceccionalmente, e tal como já ocorria no regime anterior, podem ser integradas na RAN as terras e os solos de outras classes, quando tal revista importância em termos de economia local ou regional, e após serem ouvidos os titulares dos prédios e suas organizações específicas, nos seguintes casos:

- quando as áreas em causa tenham sido alvo de importantes investimentos com vista a aumentar com carácter duradouro a capacidade produtiva dos solos ou a sustentabilidade dos mesmos;
- quando seja determinante para a viabilidade económica das explorações agrícolas existentes;
- quando revelem interesse estratégico, pedogenético ou patrimonial.

Esta situação exceccional da integração específica de terras e solos em áreas de RAN pode ser feita no âmbito da elaboração, alteração ou revisão de plano municipal ou especial de ordenamento do território, mas também pode ser determinada, como resulta do artigo 9.º n.º4, por despacho do membro do Governo que tutela a área da agricultura, depois de ouvidas as entidades administrativas representativas dos interesses a ponderar e após parecer favorável da entidade regional da RAN e da câmara municipal em causa.

Por oposição, foram igualmente elencados os solos não suscetíveis de serem integrados na RAN, que correspondem, segundo o legislador, aos que integram o perímetro urbano identificado em plano municipal de ordenamento do território

(PMOT) como solo urbanizado; àqueles cuja urbanização seja possível programar; e, por fim, os que estejam afetos à estrutura ecológica necessária ao equilíbrio do sistema urbano.

A natureza de restrição de utilidade pública de âmbito nacional atribuída à Reserva Agrícola Nacional justificou a obrigatoriedade da identificação das suas áreas nos instrumentos de gestão territorial, particularmente a nível municipal, nas plantas de condicionantes dos planos especiais e municipais de ordenamento do território.

Nesta conformidade, a delimitação da RAN inicia-se com a proposta que a este respeito é apresentada a nível municipal, no âmbito da elaboração, alteração ou revisão de PMOT, da qual constam as áreas incluídas na RAN e a respetiva classificação, ou motivos de integração, nos termos atrás descritos, bem como *as exclusões de áreas que, em princípio, deveriam ser integradas na RAN, incluindo a sua fundamentação e indicação do fim a que se destinam*, nas quais em regra se integram as áreas com edificações legalmente licenciadas ou autorizadas e as destinadas à satisfação de carências existentes em termos de habitação, atividades económicas, equipamentos e infraestruturas. No entanto, o artigo 18.º prevê a obrigatoriedade de reintegração, no todo ou em parte, das áreas excluídas da RAN, quando estas não tenham sido afetadas aos fins que motivaram a sua exclusão nos prazos constantes daquele artigo.

A proposta de delimitação a nível municipal conta com a disponibilização de meios, o acompanhamento e a colaboração técnica contínua a prestar pela Direção - Regional de Agricultura e Pescas (DRAP), que incluem igualmente a concordância ou não com a proposta de delimitação apresentada pela câmara municipal, a possibilidade de reformulação da mesma ou a sua aprovação definitiva.

Excecionalmente, e como prevê o artigo 17.º, a delimitação feita a nível municipal pode ser alterada por meio de resolução de Conselho de Ministros, quando se esteja em presença de um caso de relevante interesse geral.

Para além desta hipótese, o decreto-lei prevê a possibilidade de a aprovação da proposta de delimitação da RAN ser efetuada no âmbito da formação de planos especiais de ordenamento do território, caso em que a competência para a sua elaboração recai sobre a entidade responsável pela elaboração do mesmo, sendo que o parecer da comissão de acompanhamento do plano inclui a posição da DRAP sobre a proposta de delimitação da RAN.

Por força do princípio de transparência, mas também do direito à informação e participação, determinou o legislador que, ao longo do processo de delimitação da

RAN, fossem facultados aos interessados todos os elementos relevantes para a compreensão desses trabalhos, dando azo à formulação de sugestões e comentários. Por outro lado, mas à luz dos mesmos princípios, estipulou-se ainda que, uma vez aprovada a delimitação das áreas da RAN, esta é depositada na DGADR, juntamente com a cartografia e respetivas notas explicativas, em formato digital, e disponibilizados na Internet para consulta de todos os interessados.

Ultrapassada a questão da delimitação, o Decreto-Lei n.º 73/2009 centra-se no regime da RAN propriamente dito, começando por estabelecer, no artigo 20.º, a regra geral de que *as áreas da RAN devem ser afetas à atividade agrícola e são áreas “ non aedificandi”*, numa *ótica de uso sustentado e de gestão eficaz do espaço rural*, sendo aplicável o regime da RAN também aos assentos da lavoura de explorações ligadas à atividade agrícola ou a atividades que a ela sejam conexas ou complementares.

Todavia, e como foi apanágio dos diplomas anteriores, também este regime faz menção à utilização de áreas de RAN para outros fins, embora previamente proceda à enumeração das ações aí proibidas ou interditas, que no fundo são todas aquelas que diminuam ou destruam as potencialidades agrícolas das terras e solos integrados na RAN. Neste sentido, mantiveram-se todas as ações consideradas proibidas no âmbito do Decreto-Lei n.º 196/89, alterando-se apenas a alínea a), que passou a ter a seguinte redação *“Operações de loteamento e obras de urbanização, construção ou ampliação, com exceção das utilizações previstas no artigo seguinte”* e acrescentando-se uma alínea f), relativa ao depósito ou abandono de sucatas, entulhos ou outros resíduos.

Quanto ao elenco das exceções à regra geral de não utilização de solos de RAN, para outros fins que não os estritamente agrícolas, que foi bastante ampliado em relação ao diploma anterior, o legislador começa por advertir para o facto de tais exceções apenas serem admissíveis como *ultima ratio*, ou seja, quando não exista alternativa viável fora das terras ou solos de RAN, do ponto de vista das componentes técnica, económica, ambiental e cultural, devendo ainda assim ser escolhidos dentro da RAN os terrenos classificados como de menor aptidão e quando estejam em causa as seguintes utilizações:

a) Obras com finalidade agrícola, quando integradas na gestão das explorações ligadas à atividade agrícola, nomeadamente, obras de edificação, obras hidráulicas, vias de acesso, aterros e escavações, e edificações para armazenamento ou comercialização;

- b) Construção ou ampliação de habitação para residência própria e permanente de agricultores em exploração agrícola;*
- c) Construção ou ampliação de habitação para residência própria e permanente dos proprietários e respetivos agregados familiares, com os limites de área e tipologia estabelecidos no regime da habitação a custos controlados em função da dimensão do agregado, quando se encontrem em situação de comprovada insuficiência económica e não sejam proprietários de qualquer outro edifício ou fração para fins habitacionais, desde que daí não resultem inconvenientes para os interesses tutelados pelo presente decreto -lei;*
- d) Instalações ou equipamentos para produção de energia a partir de fontes de energia renováveis;*
- e) Prospeção geológica e hidrogeológica e exploração de recursos geológicos, e respetivos anexos de apoio à exploração, respeitada a legislação específica, nomeadamente no tocante aos planos de recuperação exigíveis;*
- f) Estabelecimentos industriais ou comerciais complementares à atividade agrícola(...);*
- g) Estabelecimentos de turismo em espaço rural, turismo de habitação e turismo de natureza, complementares à atividade agrícola;*
- h) Instalações de recreio e lazer complementares à atividade agrícola e ao espaço rural;*
- i) Instalações desportivas especializadas destinadas à prática de golfe declarados de interesse para o turismo pelo Turismo de Portugal, I. P., desde que não impliquem alterações irreversíveis na topografia do solo e não inviabilizem a sua eventual reutilização pela atividade agrícola;*
- j) Obras e intervenções indispensáveis à salvaguarda do património cultural, designadamente de natureza arqueológica, recuperação paisagística ou medidas de minimização determinados pelas autoridades competentes na área do ambiente;*
- l) Obras de construção, requalificação ou beneficiação de infraestruturas públicas rodoviárias, ferroviárias, aeroportuárias, de logística, de saneamento, de transporte e distribuição de energia elétrica, de abastecimento de gás e de telecomunicações, bem como outras construções ou empreendimentos públicos ou de serviço público;*
- m) Obras indispensáveis para a proteção civil;*
- n) Obras de reconstrução e ampliação de construções já existentes, desde que estas já se destinassem e continuem a destinar -se a habitação própria;*
- o) Obras de captação de águas ou de implantação de infraestruturas hidráulicas.*

Em 18 de abril de 2011, foi publicada a portaria n.º 162/2011, que definiu os limites e condições para a viabilização de utilizações não agrícolas em áreas integradas na RAN, dando cumprimento ao n.º 3 do artigo 22.º do diploma em análise.

Mais se diga que estas exceções estão sujeitas a parecer prévio vinculativo da entidade regional da RAN territorialmente competente, quando se trate de ações para as quais seja necessária concessão, aprovação, licença, autorização administrativa ou comunicação prévia (nos termos do Regime Jurídico de Urbanização e Edificação – RJUE – Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua redação atual), ou a comunicação prévia à entidade regional da RAN territorialmente competente nos demais casos, bem como nas hipóteses em que estejam em causa obras de escassa relevância urbanística, nos termos do RJUE.

Para além das utilizações não agrícolas supra descritas, o artigo 25.º faz ainda menção à possibilidade de se realizarem ações de relevante interesse público nas áreas da RAN, desde que não exista alternativa para as mesmas e que estas sejam reconhecidas por despacho conjunto do membro do Governo que tutela a área do desenvolvimento rural e do membro do Governo competente em razão da matéria. A este respeito, cumpre questionar a bondade da ressalva feita no n.º 2 do mesmo artigo, quando refere que o reconhecimento do relevante interesse público se sobrepõe a um eventual parecer prévio desfavorável emitido pela entidade regional da RAN...

Tal como já havia sido estipulado no anterior regime da RAN, também aqui se salvaguardou o direito de preferência de que gozam os proprietários de prédios rústicos ou mistos incluídos numa área da RAN na alienação ou dação em cumprimento de prédios rústicos ou mistos confinantes.

Por outro lado, e na linha da reflexão apresentada por André Folque, que supra se mencionou, foi instituído o ónus da inalienabilidade, relativamente às construções ou ampliações para habitação própria e permanente dos agricultores ou dos proprietários e respetivo agregado familiar. Nos termos deste preceito legal, a venda das habitações aqui contempladas está vedada pelo período de 15 anos subsequentes à construção, exceto se a alienação for motivada por dívidas relacionadas com a aquisição dos bens imóveis da exploração e de que estes sejam garantia ou por dívidas fiscais, ou, tratando-se da transmissão desses bens, esta ocorrer entre agricultores e a edificação em causa permanecer afeta ao uso exclusivo de habitação para residência habitual e própria do adquirente.

No que respeita à unidade de cultura a utilizar nas áreas da RAN para efeitos de fracionamento, verificou-se uma alteração significativa, na medida em que a mesma passou a corresponder ao triplo da área fixada pela lei geral, ao contrário do dobro preceituado na legislação anterior.

Outra das alterações verificadas em relação ao regime precedente, prende-se com os órgãos da RAN, tendo-se abandonado as designações de Conselho Nacional da Reserva Agrícola e de comissões regionais da reserva agrícola, substituindo-as, respetivamente, por entidade nacional da RAN e por entidades regionais da RAN, as quais coincidem com o território de cada unidade de nível II da Nomenclatura de Unidades Territoriais (NUTS). Ao nível da composição destes órgãos, é de referir que em ambas se manteve um representante da ANMP, mas que deixou de haver representação das entidades regionais (anteriormente designadas comissões regionais) na entidade Nacional da RAN, constituída apenas pelo diretor geral da Agricultura e Desenvolvimento Rural e por cinco representantes ministeriais. Por sua vez, as entidades regionais da RAN, para além do representante da ANMP, contam também com um representante da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR) mais relevante para a área da RAN em causa, bem como com o respetivo diretor regional da Agricultura e Pescas.

Uma novidade do Decreto-Lei n.º 73/2009 é a introdução do artigo 36.º, cuja epígrafe “Sistema de Informação” traduz o reflexo da tentativa de modernização e simplificação administrativas preconizadas pelo SIMPLEX. Com efeito, este artigo explicita que os procedimentos previstos no regime jurídico da RAN são realizados informaticamente, com recurso a um sistema informático próprio, através do qual é possível, entre outras funcionalidades, entregar requerimentos, consultar o estado dos processos e registar cartografia da RAN.

Relativamente ao regime sancionatório, cumpre destacar uma lacuna que nos parece gritante e que tem que ver com o facto de não se prever como contraordenação a eventual concretização de ações interditas na RAN, previstas no artigo 21.º. De facto, o artigo 39.º define como contraordenações apenas as utilizações não agrícolas de solos de RAN realizadas sem parecer prévio favorável das entidades regionais da RAN, ou sem o cumprimento da obrigação de comunicação prévia, infração que todavia se revela menos gravosa, como resulta da coima aplicada, que oscila entre os 500€ e os 1750€, tratando-se de pessoas singulares, e ascende aos 17.500€, no caso das pessoas coletivas, ao contrário da primeira infração, cuja coima oscila entre os 1.000€ e os 3.500€, para as

peças singulares, elevando-se o montante máximo aos 35.000€, se se tratar de peças coletivas. Para além destas contraordenações e da referência à nulidade de todos os atos administrativos que sejam realizados em violação dos artigos 22.º a 24.º (que mais uma vez se prendem com as utilizações não agrícolas dos solos integrados na RAN), nada mais é dito no que tange à possibilidade – real! - de se cometerem ações interditas em solos de RAN, cuja gravidade, no nosso entendimento, é bem mais significativa do que o incumprimento de procedimentos administrativos, como sejam a obtenção de parecer prévio ou a obrigatoriedade de comunicação prévia a que se reportam aqueles artigos.

Não obstante o que se expôs, sempre se ressalva o facto deste diploma, na linha daquele que o antecedeu e respetivas alterações, ter previsto a possibilidade de o diretor-regional de agricultura e pescas competente poder ordenar a cessação imediata das ações desenvolvidas em violação do disposto ao diploma em análise, bem como determinar a reposição da situação anterior à infração, o que resulta dos artigos 43.º e 44.º.

Dada a natureza dinâmica dos instrumentos de gestão territorial, designadamente dos PDM, foi definido pelo legislador um regime transitório da RAN, segundo o qual as delimitações efetuadas ao abrigo do Decreto-Lei n.º 196/89 se mantinham em vigor enquanto não fosse feita a adaptação dos planos municipais e especiais de ordenamento do território à classificação das terras introduzida por este diploma legal, de forma a salvaguardar os planos revistos, bem como aqueles que se encontravam em processo de revisão. Ressalvou-se, assim, o carácter progressivo da introdução do conceito de solos visado por este diploma, tarefa que, nos termos do artigo 47.º n.º 2, devia estar concluída no prazo de três anos a contar da publicação do diploma, ou seja, em março de 2012.

Na tentativa de permitir uma melhor compreensão da evolução legal do regime jurídico da RAN, junta-se em anexo um quadro comparativo onde se procura ilustrar essa mesma evolução (Anexo 3), dando destaque aos aspetos que se reputam mais importantes, designadamente, o conceito de RAN, as áreas nela integradas, a delimitação das mesmas e o regime propriamente dito. No sentido de tornar mais perceptível a evolução daqueles aspetos, optou-se por seguir a sequência do articulado que instituiu a RAN e, seguidamente, estabelecer as comparações necessárias com os diplomas legais que se lhe sucederam, destacando apenas os que tiveram consequências mais evidentes para a figura da RAN (Decreto-Lei n.º 451/82, Decreto-Lei n.º 196/89 e Decreto-Lei n.º 73/2009).

1.5. Reflexões sobre o regime jurídico da RAN

Em suma, dúvidas não subsistem de que o novo regime jurídico da RAN acolheu algumas sugestões de melhoria que, ao longo da evolução do mesmo, foram sendo tecidas pelos vários autores, as quais se destacaram oportunamente.

Exemplo do que se acaba de dizer encontra-se na introdução do ónus de inalienabilidade, cuja previsão, tal como propugnada por André Folque, se revela de especial importância para obstar a situações de grave abuso na construção de habitações em áreas de RAN, que estivessem de todo afastadas dos objetivos visados pela Reserva Agrícola.

Por outro lado, também o próprio conceito de “agricultor”, cuja abrangência insuficiente havia sido frisada por Sidónio Pardal, mereceu aqui acolhimento, já que nos termos da alínea c) do artigo 3.º do DL n.º 73/2009, passou a entender-se por agricultor *“a entidade singular ou coletiva que exerça uma atividade agrícola, com ou sem recurso a trabalho assalariado e utilizando fatores de produção próprios ou de terceiros, assumindo a responsabilidade jurídica e económica, como produtor agrícola, pela gestão de uma ou mais explorações agrícolas”*.

Também no que respeita à discussão em torno do elenco das ações compatíveis com o regime da RAN, ou, por outras palavras, com as utilizações não agrícolas dos solos integrados em RAN, verificou-se um alargamento substancial das mesmas, permitindo, de certa forma, obstar a situações incoerentes e caricatas, como a apresentada por Vilma Basso. No entanto, e ao contrário do entendimento sufragado por esta autora, estas utilizações continuam a estar dependentes de procedimentos administrativos de parecer ou comunicação prévia às entidades regionais da RAN, pelo que se mantiveram, portanto, os mecanismos burocráticos que lhes estão associados.

Outra das novidades bem introduzidas por este diploma legal, prende-se com o reconhecimento da atividade florestal como parte integrante da atividade agrícola, na senda daquilo que havia sido por diversas vezes defendido no passado. Com efeito, é no próprio preâmbulo do DL n.º 73/2009, que se refere especificamente o reconhecimento da atividade florestal como integrante da atividade agrícola, em consonância com as orientações da União Europeia no que respeita ao conceito de florestação das terras agrícolas. No entanto, só muito tenuemente é que esta constatação se vislumbra no diploma legal. Referir-se-ia a ela o legislador ao definir, no artigo 3.º alínea a), como *«Atividade agrícola» a atividade económica do setor primário que tem por fim a produção de bens de origem vegetal, lenhosa ou não lenhosa, ou animal utilizáveis*

como matérias -primas de diversas indústrias ou que chegam ao consumidor sem qualquer transformação”? É que, para além disto, as únicas referências às florestas correspondem, por um lado, ao facto de a Reserva Agrícola se articular com o quadro estratégico e normativo estabelecido na Estratégia Nacional para as Florestas, nos termos do artigo 5.º n.º 1 daquele diploma, e, por outro, ao facto de as operações de florestação terem deixado de figurar no elenco das utilizações não agrícolas dos solos integrados na RAN, como resulta do artigo 22.º n.º 1 “*a contrario*”, o que nos leva a presumir a intenção do legislador em englobar a atividade florestal na agrícola.

Não obstante as novidades e as mais-valias trazidas pelo Decreto-Lei n.º 73/2009, cabe-nos questionar, todavia, a oportunidade de algumas das suas disposições legais, como seja a que compreende o elenco das ações interditas em solos de RAN (artigo 21.º), por se tratar, como bem afirma Sidónio Pardal, de matérias disciplinadas em diplomas específicos, bem como pelo facto de a maior parte deles dizer respeito à gestão de resíduos (lançamento ou depósito de resíduos radioativos, de resíduos sólidos urbanos, resíduos industriais; deposição, abandono ou depósito de entulhos, sucatas, (...), entre outros), cujo conhecimento é transversal a todas as atividades humanas e, como tal, aplicável “*de per si*” à RAN.

Por outro lado, cumpre ainda refletir sobre a bondade de algumas normas do atual regime jurídico da RAN, quando, ao abrigo de conceitos vagos, como sejam o de “relevante interesse geral” ou o de “relevante interesse público”, introduzem exceções ao regime, de que são exemplo o artigo 17.º, ao abrir a possibilidade do Governo alterar a delimitação da RAN por resolução de Conselho de Ministros (ainda que sempre tenha de ouvir a respetiva câmara municipal) e o já citado artigo 25.º, que permite a realização de ações de relevante interesse público em áreas de RAN, bastando para tal despacho conjunto de dois membros do Governo e desde que não existam outras alternativas para a sua realização. Parece-nos, portanto, que estas previsões legais podem dar azo a interpretações abusivas daqueles mesmos conceitos vagos, possibilitando no limite uma distorção dos objetivos visados pela RAN e pondo em causa a própria credibilidade do seu regime jurídico, uma vez que no fundo e invocando uma ideia de Sidónio Pardal, o poder de alterar o uso do solo fica em absoluto no insondável critério subjetivo do poder político...

Na linha do que já atrás se disse, a evolução legal da RAN, não obstante os aspetos positivos evidenciados, perpetua e, em alguns casos, intensifica a pirâmide burocrática, reduzindo significativamente a expressividade do poder local e, talvez mais

importante do que isso, da representatividade ao nível técnico. Refira-se, neste sentido, a evolução da composição dos órgãos de tutela da RAN, designadamente a Entidade Nacional da RAN, na qual não tem assento nenhum representante que defenda os interesses técnicos que lhe estão subjacentes, exceto se considerarmos o diretor-geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural; tudo o mais são representantes ministeriais, naturalmente alheados da aplicação prática deste diploma...

Face ao exposto, não podemos deixar de invocar de novo Júlio Moreira, uma vez que os receios que levantava a propósito do diploma fundador da RAN continuam a fazer sentido volvidos 30 anos...

Por último, compete-nos lembrar que a afetação dos solos à atividade agrícola, tarefa almejada pela RAN, não implica forçosamente o desenvolvimento dessa mesma atividade, na medida em que esta não pode ser imposta coercivamente e depende acima de tudo do interesse e da motivação dos agricultores. É oportuno, pois, lembrar as seguintes palavras de Vilma Basso⁶: *“Desejável será (...) que, num futuro próximo, o regime jurídico que disciplina as questões que se prendem com a RAN crie mecanismos de proteção dirigidos à terra apta ao cultivo aliados, porém, à criação de incentivos a todos aqueles que exercem uma atividade agrícola e que requerem, não entraves desmedidos (...), mas antes medidas de fiscalização que traduzam um apoio à agricultura e aos agricultores que trabalham e muitas vezes habitam esses terrenos.”*

Neste sentido, refere ainda Sidónio Pardal⁷, que *“No Direito francês há uma separação entre o direito de propriedade do solo agrícola e o direito de exploração, sendo este último gerido pela Administração Pública com base no interesse público em disponibilizar o solo agrícola derrelicto para os agricultores que se proponham cultivá-lo. (...) Este é um dos instrumentos indutores das atividades agrícola e florestal, desmotiva o abandono dos terrenos e permite disponibilizá-los para a sua utilização social.”*, medida que, a aplicar no nosso ordenamento jurídico, podia efetivamente constituir um incentivo a quem se dedica à atividade agrícola e, assim, obstar ao caráter eminentemente proibicionista que resulta do regime da RAN.

Este autor alude ainda a um outro problema que tem que ver com a procura de prédios rústicos para edificação de moradias de vilegiatura, circunstância que implica a exposição do solo rústico a uma procura para-urbana, que se traduz na subida dos preços para níveis inoportáveis por parte da economia das explorações agrícolas. Daí

⁶ BASSO, Vilma, *idem*, 2005

⁷ PARDAL, Sidónio, *idem*, p. 49 e 50, 2006

a necessidade, diz Sidónio Pardal, “(...) dos planos territoriais contemplarem medidas no sentido de reservar o mercado dos solos agrícolas apenas para agricultores, o que se prende com a questão da creditação do agricultor (...)” (idem, 2006), e que nos parece constituir uma achega importante a introduzir num regime que reivindica como objetivo máximo a preservação do recurso solo e a sua afetação à agricultura.

Acresce ao exposto um obstáculo que é do conhecimento comum, e para o qual fomos alertados aquando da realização das entrevistas para este trabalho, designadamente a que efetuamos junto da Cooperativa de Agricultores de Santo Tirso e Trofa, e que tem que ver com o facto de os nossos agricultores corresponderem, atualmente, a uma faixa empobrecida e pouco escolarizada da população. Esta circunstância torna ainda mais difícil o cumprimento das exigências complexas que, como decorre do estudo efetuado, estão associadas à RAN e gritantes as dificuldades de compreensão do mesmo por parte dos seus principais interessados. Ainda assim, e de acordo com o que foi possível apurar da conversa com a Engenheira Cláudia Santos⁸, os associados da cooperativa conseguem, apesar de tudo, compreender melhor o propósito da RAN do que o da REN, uma vez que naturalmente associam a RAN à proteção da agricultura, atividade a que se dedicam, julgando benéfico o facto de através dela se evitar a intrusão das indústrias nos solos agrícolas.

Apesar disto, é óbvia a necessidade de sensibilização das populações para estas questões, e sobretudo daqueles que mais contacto e intervenção têm no dia a dia das práticas agrícolas, sensibilização, que, como decorreu da entrevista, tem sido praticamente inexistente e que a fazer-se, dada a pouca propensão dos interessados para estas matérias, terá, muito provavelmente, de funcionar como contrapartida que os afete do ponto de vista económico e que esteja ligada à atividade por eles exercida (exemplo: risco de perderem subsídios agrícolas). Esta falta de conhecimento dos objetivos subjacentes à RAN tem sido particularmente visível no que respeita à utilização (indevida) de fertilizantes, verificando-se com regularidade uma utilização excedentária dos mesmos, os quais para além de não serem absorvidos pelas culturas, contribuem para a poluição, quer do solo, quer da água. Da entrevista pôde ainda apurar-se, que não obstante a utilização de fertilizantes estar implícita no ato de licenciamento, verifica-se, na prática, que a fiscalização é praticamente inexistente, o que compromete de forma

⁸ Não foi transcrita a entrevista efetuada à Eng.^a Cláudia Santos uma vez que a condição para a sua realização foi a não transcrição da mesma.

séria a qualidade dos solos que supostamente se pretende acautelar e esvazia de sentido algumas exigências do regime da RAN.

A este propósito, aponta-se como caminho para o futuro a sensibilização dos mais novos para a necessidade de proteger ativamente o recurso solo, na expectativa de que este quadro de comportamentos possa progressivamente ser alterado; sugestão que foi igualmente recolhida no âmbito das entrevistas efetuadas.

II- PARTE

RESERVA ECOLÓGICA NACIONAL

2.1. Decreto-Lei n.º 321/83

O Decreto-Lei n.º 321/83, de 5 de julho, criou a Reserva Ecológica Nacional, facto que, no entendimento do legislador, e como decorre desde logo do preâmbulo daquele diploma, correspondeu ao segundo passo *na concretização de uma política de ordenamento do território à escala nacional* (sendo que o primeiro passo, como se viu, traduziu-se na criação da Reserva Agrícola Nacional). A REN foi criada com o objetivo de permitir a exploração dos recursos e a utilização do território com salvaguarda de determinadas funções e potencialidades, de que dependem o equilíbrio ecológico e a estrutura biofísica das regiões, bem como a permanência de muitos dos seus valores económicos, sociais e culturais.

Considerou, pois, o legislador, que quer a agricultura moderna, com a intensificação da exploração dos solos, quer, por sua vez, a expansão urbana, a que está subjacente a construção de infraestruturas, de conjuntos fabris e outros, afetam de forma significativa a estabilidade ecológica das regiões, caso não exista uma *estrutura de proteção e enquadramento que garanta a permanência do fundo de fertilidade de determinadas ocorrências físicas e de um mínimo de atividade biológica*.

Atendendo à definição de Reserva Ecológica Nacional, prevista no artigo 1.º do Decreto-Lei supra citado, esta *integra todas as áreas indispensáveis à estabilidade ecológica do meio e à utilização racional dos recursos naturais, tendo em vista o correto ordenamento do território*. Ora, do seu artigo 2.º decorre que estas mesmas áreas se dividem, por um lado, nos Ecossistemas costeiros, dos quais fazem parte, entre outras, as praias, as arribas, os estuários e rias, as ilhas, ilhotas, ..., e, por outro lado, nos Ecossistemas interiores, abarcando nomeadamente as lagoas, as albufeiras, os leitos normais e as cabeceiras de cursos de água, entre outros, sendo que, por imposição do artigo 5.º, todos os terrenos incluídos na Reserva Ecológica careciam de identificação obrigatória em todos os instrumentos de gestão territorial existentes na época.

De forma a garantir os objetivos a que supra se aludiu, determinou-se a proibição, nos solos integrados na Reserva Ecológica, *de todas as ações que diminuam ou destruam as suas funções e potencialidades, nomeadamente vias de comunicação e acessos, construção de edifícios, aterros e escavações, destruição do coberto vegetal e*

vida animal, como resulta do artigo 3.º n.º 1, aludindo-se, no n.º 2 do mesmo artigo, à possibilidade de existência de exceções a esta regra, as quais seriam definidas posteriormente em diploma regulamentar, que todavia nunca se chegou a materializar, mesmo tendo sido prorrogado, através do Decreto-Lei n.º 411/83, de 23 de novembro, o prazo de 120 dias estipulado para o efeito.

Com vista a garantir a prossecução dos objetivos definidos para a Reserva Ecológica foram criados, tal como já havia ocorrido na RAN, o Conselho da Reserva Ecológica Nacional e as comissões regionais da Reserva Ecológica, cuja composição e funcionamento foram também remetidos para diploma regulamentar.

À luz deste enquadramento legal, salta à vista uma crítica que não pôde deixar de ser apontada pela maioria dos autores e que se prende com o pendor estritamente proibitivo do regime da REN. Com efeito, o legislador limitou-se a definir ações proibidas, remetendo para um futuro (e inexistente) diploma regulamentar a definição de eventuais exceções àquela regra, o que redundou na sua posterior revogação. A inexistência de regulamentação teve igualmente como consequência a falta de conteúdo prático associada ao diploma de criação da REN, que é apontada por autores como Frade (1999) citado por Cláudia Albergaria⁹, e que, para outros, como Sidónio Pardal, representa uma forma de legislar não recomendável, porque, em última instância, cultiva a arbitrariedade e a ilegalidade. Todavia, este último autor na obra citada faz um conjunto de reflexões críticas ao diploma da REN, as quais, pela sua pertinência para o estudo que ora se apresenta, merecem aqui uma referência especial.

Assim, e em primeiro lugar, Sidónio Pardal começa por questionar o próprio propósito da REN, considerando incertos os seus objetivos e inconsequentes as afirmações efetuadas, desde logo, no preâmbulo do diploma legal aqui em causa, designadamente na menção aos valores económicos, sociais e culturais que pretensamente se visa proteger. Como resulta das observações tecidas relativamente ao conteúdo do Decreto-Lei n.º 321/83, se é certo que o legislador afirma o propósito de salvaguardar determinadas áreas indispensáveis à estabilidade ecológica do meio e à utilização dos recursos naturais, em momento algum elucida o que se deva compreender por conceitos como “estabilidade ecológica” e muito menos quais as funções e

⁹ ALBERGARIA, Cláudia, Um olhar crítico sobre o conceito e a prática da Reserva Ecológica Nacional, Dissertação de Mestrado, Porto, (2006), p.80.

potencialidades de que a mesma depende, bem como quais são efetivamente os valores, cuja permanência justifica a implementação da REN.

Contudo, é relativamente à constituição da REN que as críticas de Sidónio Pardal são mais incisivas, isto porque, ao invés de se definirem critérios taxativos para demarcação das áreas integradas na REN (que é o que a lei efetivamente faz!), dever-se-ia optar pelo maior rigor resultante de uma demarcação *in loco*.

Assim, quando a lei, no seu artigo 2.º n.º 1 alínea c), inclui nos ecossistemas costeiros, *as arribas, incluindo uma faixa até 200m para o interior do território a partir do respetivo rebordo* e, na alínea d) *quando não existirem dunas nem arribas, uma faixa de 500m para além da linha máxima de praia-mar de águas vivas*, este autor, não obstante reputar de importante a proteção destas formações geomorfológicas, considera que os valores aqui apresentados correspondem a uma “*métrica arbitrária*”¹⁰, que, por ser taxativa, redundante, muitas vezes, em resultados desprovidos de qualquer sentido, o que se verifica igualmente para a alínea d), relativa aos estuários e rias, em que mais uma vez o legislador engloba uma faixa de 100 m para além da linha máxima de praia-mar de águas vivas. Também nesta última hipótese, entende o Prof. Sidónio Pardal que, embora a proteção dos estuários e das rias seja perfeitamente justificável, não se compreende a fixação de forma rígida de uma faixa de 100 metros, sendo defensável, pelo contrário, uma demarcação casuística dessas mesmas faixas.

No que respeita aos ecossistemas interiores, previstos no n.º 2 do mesmo artigo 2.º, as alíneas a), b) e c) correspondem, respetivamente, às lagoas, albufeiras e aos leitos normais dos cursos de água, as quais sendo zonas sensíveis e como tal plenamente merecedoras de medidas de salvaguarda, se encontram todavia abrangidas por legislação específica, a saber o Decreto-Lei n.º 468/71, de 5 de novembro, que reviu, atualizou e unificou o regime jurídico dos terrenos do domínio público hídrico, no qual se incluem os leitos e as margens das águas do mar, correntes de água, lagos e lagoas, de modo a facilitar o seu aproveitamento para os diversos usos de que são economicamente suscetíveis, o que, no mínimo, torna redundante esta previsão legal da REN.

Já no que tange às encostas de declive superior a 25%, previstas na alínea e) do n.º 2 do artigo 2.º e às escarpas, previstas na alínea f) da mesma disposição legal, julga-se oportuno identificar estes sítios pelo seu cariz, declivoso, no primeiro caso, e

¹⁰ PARDAL, Sidónio, *idem*, 2006, p.78

acidentado, no segundo, o que todavia não se confunde com a necessidade imperiosa de lhes impor restrições de carácter geral, traduzidas na interdição da alteração do uso e das utilizações do solo, o que não só é manifestamente exagerado, como pode impedir intervenções oportunas e qualificadoras, como resulta dos exemplos dados pelo Professor Sidónio Pardal: Hotel do Mar, em Sesimbra e o Passeio das Virtudes, no Porto. Na verdade, parece não ser sensato impor restrições tendo apenas como critério o declive, uma vez que a instabilidade das vertentes implica, a mais das vezes, uma conjugação de diferentes fatores.

A alínea g) refere-se às *áreas de infiltração máxima definidas pela sua natureza geológica*. Também aqui a opção do legislador parece redutora, já que partindo do princípio que o objetivo do mesmo é a proteção dos lençóis freáticos, ainda assim não se compreende a restrição de princípio prevista pelo legislador, sobretudo se se considerar que a mesma tem como única justificação a elevada permeabilidade do solo e da formação geológica subjacente, ignorando quaisquer outros fatores. Mesmo no caso específico dos aquíferos que, pelas suas reservas e disponibilidades hídricas, se caracterizam pela relevância estratégica que têm a nível nacional, regional e local, esta salvaguarda da REN parece excessiva, atendendo a que estes mesmos aquíferos estão perfeitamente identificados no Plano Nacional da Água, bem como nos demais planos de bacia hidrográfica, devendo ser objeto de uma regulamentação específica. Idêntico raciocínio deverá ser feito também para as áreas cársicas, onde o receio de poluição é mais elevado, uma vez que não é proibindo taxativamente qualquer expansão urbana que se combate a poluição, devendo-se encontrar, também aqui, novas soluções.

Na mesma linha de pensamento está a alínea h), que se refere às *áreas abandonadas devido a acentuada erosão superficial ou a anterior exploração de inertes*, uma vez que, por definição, encontrando-se abandonadas não carecem de proteção, mas sim da aplicação de medidas que potenciem a sua reconversão.

O Professor Sidónio Pardal é ainda crítico no que respeita à alínea i), que define como parte integrante da REN *uma faixa de 100m para além das bermas das autoestradas e vias rápidas e de 50m para além das bermas das restantes estradas nacionais*, atendendo a que, por um lado, a ocupação de terrenos nestes casos é objeto de regulamentação própria e, por outro, não se adivinham os valores ecológicos que possam estar aqui em causa.

Por último, a alínea j), ao definir como REN *uma faixa de 200m ao longo de toda a costa marítima natural, no sentido do oceano*, estabelece uma restrição

altamente lesiva dos interesses de terceiros, proprietários desses mesmos terrenos, sem que todavia a lei faça qualquer menção à responsabilidade do Estado no ressarcimento dos prejuízos daí resultantes.

Acresce ao exposto que este diploma legal não evidencia em momento algum a existência de qualquer trabalho de cariz científico, técnico ou jurídico que o tenha precedido e justificado, bem como não faz igualmente menção à eventual cooperação com outras entidades públicas e privadas no sentido de prosseguir o objetivo de salvaguardar e valorizar os recursos naturais, limitando-se a atribuir ao Conselho e às comissões regionais da REN “(...) *um poder, de facto quase absoluto, de interferir sobre o planeamento do território e de condicionar, de forma arbitrária, a classificação de cerca de 40% do território nacional*”. (idem, 80:2006)

Tendo em conta as lacunas evidenciadas por este diploma legal, que naturalmente foram sublimadas aquando da sua aplicação prática, não é de estranhar que sete anos após a sua publicação, o mesmo tenha sido revogado, dando lugar ao Decreto-Lei n.º 93/90, de 19 de março, o qual, mantendo os princípios fundamentais subjacentes à REN, veio reformular, pormenorizar e dotar de praticabilidade o seu regime.

2.2. Decreto-Lei n.º 93/90

Como decorre do próprio preâmbulo deste diploma legal, houve necessidade de reformular e concretizar diversos aspetos do regime da REN após se terem desenvolvido algumas aplicações pontuais do mesmo. No entanto, o legislador permaneceu firme no que respeita aos objetivos visados pela REN, ou seja, no propósito de *criação de uma estrutura biofísica básica que garanta a proteção de ecossistemas fundamentais e o indispensável enquadramento das atividades humanas*.

Ainda assim, este diploma teve de criar um regime transitório a vigorar enquanto não estivessem delimitadas as áreas a integrar e a excluir da REN, delimitação que se previa efetuar no prazo de dois anos contados da publicação deste diploma, sendo que até a mesma estar concluída vigoraria o regime provisório, de forma a preservar todos os ecossistemas do território nacional não abrangidos pelo Decreto-Lei n.º 613/76, de 27 de julho. Este decreto-lei estabeleceu o Regime de Proteção à Natureza e a criação de Parques nacionais, pelo que se compreende que o artigo 6.º do DL 93/90 refira expressamente que as áreas classificadas ao abrigo daquele diploma não estejam sujeitas

à disciplina imposta pela REN, o que igualmente se verifica para as operações de florestação quando autorizadas pela DGF.

Neste sentido, cumpre distinguir desde já o regime propriamente dito da REN daquele que vigorou durante o período transitório em que a delimitação das suas áreas não estava ainda efetuada. Seguindo a lógica do diploma legal, começar-se-á por comentar o regime da REN, confrontando-o depois com as especificidades do seu regime transitório.

Regime da REN

Que ecossistemas estavam aqui em causa? Nos termos do artigo 2.º e ao contrário da distinção entre ecossistemas costeiros e ecossistemas interiores, prevista no diploma anterior, o legislador fala agora de zonas costeiras e ribeirinhas, águas interiores; áreas de infiltração máxima e zonas declivosas. É provável que em virtude das críticas votadas ao Decreto-Lei n.º 321/83, o grau de pormenorização e a tentativa de definição de conceitos tenha merecido uma clara atenção do legislador, que se traduz na inclusão de anexos essenciais à aplicabilidade do diploma legal agora em análise. No anexo I (Anexo 4), por exemplo, determinam-se as áreas a considerar para efeitos de integração na REN, ou seja, enumeram-se, em primeiro lugar, as áreas a incluir nas zonas costeiras; de seguida, as que devem integrar o conjunto das zonas ribeirinhas, águas interiores e áreas de infiltração máxima ou apanhamento e, por fim, as que se integram no conceito das zonas declivosas.

Uma vez definido o âmbito da REN, punha-se a questão da sua delimitação. A opção do legislador nesta matéria traduziu-se na atribuição dessa competência aos Ministros das seguintes áreas: Planeamento e Administração do Território; Agricultura, Pescas e Alimentação; Obras Públicas, Transportes e Comunicações; Comércio e Turismo, após audição da Comissão da REN, que a aprovariam por portaria. De sublinhar que a elaboração das propostas de delimitação caberia às comissões de coordenação regional, as quais se baseariam em estudos próprios ou oriundos de entidades públicas ou privadas, devendo nas mesmas ser *ponderada a necessidade de exclusão de áreas legalmente construídas ou de construção já autorizada, bem como das destinadas à satisfação das carências existentes em termos de habitação, equipamento ou infraestrutura* (artigo 3.º n.º 2, *in fine*).

Não obstante se compreender o porquê desta ressalva, dada a necessária tutela das expectativas existentes, a verdade é que com a introdução de exceções como a descrita, parece existir uma certa subjugação dos interesses previstos pela REN em

relação aos demais interesses da vida em sociedade. Por outras palavras, se é absolutamente fulcral a criação de uma estrutura biofísica básica que garanta a proteção de ecossistemas fundamentais, então fará sentido que este interesse ceda sempre quando confrontado com outros interesses – importantes, é certo! –, mas de cariz mais materialista?

Ainda a propósito da delimitação da REN, um outro aspeto inovador e que vem de encontro a uma das críticas feitas pelo Professor Sidónio Pardal, que supra se elencaram, traduz-se na obrigatoriedade da intervenção das entidades com jurisdição no âmbito do domínio público hídrico, quando este esteja em causa, na elaboração das propostas de delimitação, o que deverá igualmente ser tido em consideração para outras entidades competentes em função da localização e da matéria (artigo 3.º n.ºs 3 e 4).

Por último, e como já resultava do diploma anterior, também aqui o legislador previu a obrigatoriedade de demarcação das áreas integradas em REN em todos os instrumentos de planeamento relativos à ocupação física do solo (artigo 10.º).

No entanto, uma das alterações mais importantes introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 93/90 tem precisamente a ver com o regime jurídico aplicável às áreas integradas em REN. Recorde-se que a crítica mais premente feita ao regime anterior prendia-se com o seu cariz meramente proibicionista, uma vez que as eventuais exceções foram remetidas para uma portaria que nunca veio a ser publicada. Ora, nos termos do diploma em análise, embora se mantenha o cariz proibicionista, plasmado no impedimento das ações de iniciativa pública ou privada traduzidas em *operações de loteamento, obras de urbanização, construção de edifícios, obras hidráulicas, vias de comunicação, aterros, escavações e destruição do coberto vegetal* (artigo 4.º n.º 1), a verdade é que o n.º 2 do artigo 4.º definiu um conjunto de exceções a esta regra, que passavam por quatro vetores essenciais:

1. Ações insuscetíveis de prejudicar o equilíbrio ecológico das áreas em que se integram;
2. Ações de reconhecido interesse público, nacional, regional ou local (apenas quando não exista alternativa económica aceitável para a sua realização);
3. Ações já previstas ou autorizadas à data de entrada da portaria que define a delimitação das áreas integradas em REN;
4. Ações de interesse para a defesa nacional.

Contudo, e não obstante o conjunto de exceções previsto por este diploma legal, que tornam a sua aplicação mais flexível, a verdade é que só teoricamente o fazem, uma

vez que, pelo menos as duas primeiras, quando transpostas para a prática, colocam sérias dúvidas ao aplicador da lei. Conceitos como “insusceptibilidade de prejudicar o equilíbrio ecológico” e “reconhecido interesse público” configuram aquilo que em Direito se designa por conceitos indeterminados e, como tal, abrem a porta à subjetividade de quem interpreta a lei, o que, no limite, pode redundar numa violação ao princípio da igualdade, já que permitem tratar de forma distinta situações iguais. Mesmo sabendo que a lei previa que estas exceções fossem confirmadas por parecer da comissão de coordenação regional competente, a verdade é que mesmo assim imperava a subjetividade, já que nada obstava à existência de disparidades nas interpretações efetuadas por cada uma das comissões existentes.

Ainda assim, cumpre referir que o regime da REN nos termos em que foi gizado pelo Decreto-Lei n.º 93/90 continuava a apresentar uma só vertente, que é a da proibição do conjunto de ações acima descritas nas áreas nela integradas, não se fazendo menção a quaisquer medidas de preservação, conservação e eventualmente recuperação da *estrutura biofísica básica e diversificada* [capaz de garantir] *a proteção de ecossistemas e a permanência e intensificação dos processos biológicos indispensáveis ao enquadramento equilibrado das atividades humanas*. Nesta conformidade, não podemos deixar de questionar o simplismo do legislador, quando, no artigo 1.º, refere que os objetivos visados pela REN são conseguidos *através do condicionamento à utilização de áreas com características ecológicas específicas*. Julga-se, pois, que a inexistência de uma vertente pedagógica e proativa da ideia de estrutura biofísica básica acaba por condicionar e dificultar a compreensão e, mais do que isso, a concretização da mesma.

Na senda do diploma anterior, também este veio criar uma comissão da REN (artigo 8.º), que integrava representantes de todos os ministérios responsáveis pela delimitação da mesma, mas também dos Ministérios da Indústria e Energia e da Defesa Nacional, bem como um representante da ANMP, admitindo-se ainda a possibilidade de integração de dois cidadãos de reconhecido mérito científico no âmbito do ordenamento do território (artigo 9.º).

O artigo 11.º introduziu um aspeto que não figurava no diploma anterior, mas cuja importância deve ser sublinhada e que se prende com a questão da fiscalização do cumprimento da lei. Esta competência foi atribuída à Direção-Geral do Ordenamento do Território (DGOT), às comissões de coordenação regional, aos municípios e a quaisquer outras entidades com competência em função da matéria ou da área de jurisdição,

recaindo na DGOT o dever de centralizar a informação participada pelas demais entidades. Também relacionada com a novidade da fiscalização, este decreto-lei veio definir um quadro de contraordenações, correspondentes à realização de ações contrárias às previstas no regime da REN, as quais eram puníveis, à data, com coimas de 100.000\$00 a 500.000\$00, valores agravados caso a contraordenação fosse praticada por uma pessoa coletiva, cabendo a aplicação das mesmas às comissões de coordenação regional (artigos 12.º e 13.º).

É importante destacar os mecanismos de fiscalização e de punição introduzidos no diploma da REN, uma vez que os mesmos conferem substância à própria lei e dão-lhe visibilidade na prática. A este propósito, destaca-se ainda que para além das contraordenações, o legislador previu a possibilidade de se embargarem e mesmo demolirem as obras realizadas em violação do regime da REN, bem como a faculdade de fazer cessar ações que com ele colidissem (artigo 14.º), considerando nulos e, portanto, sem nenhum efeito, todos os atos administrativos contrários àquele regime (artigo 15.º), os quais, quando implicassem prejuízos para os particulares que estivessem de boa fé, davam lugar à responsabilidade civil das entidades responsáveis por esses atos (artigo 16.º).

Regime Transitório da REN

As principais diferenças existentes entre o regime transitório e o que se acabou de analisar têm que ver com duas ordens de fatores: por um lado, o âmbito da REN, ou seja, as áreas a considerar para este efeito e, por outro lado, o regime jurídico aplicável, isto é, a admissibilidade ou não da realização de um determinado tipo de ações.

Ora, no primeiro caso, o legislador optou por elencar um conjunto de áreas que sujeitou sem mais ao regime transitório da REN e que constam do anexo II ao Decreto-Lei n.º 93/90 (Anexo 4), adicionando para o efeito um anexo III (Anexo 4), no qual procedeu a um conjunto de definições para melhor interpretação e aplicação dos conceitos vertidos nos anexos I e II.

No que respeita ao regime jurídico aplicável, optou-se por sujeitar as ações previstas no artigo 4.º n.º 1 (*operações de loteamento, obras de urbanização, construção de edifícios, obras hidráulicas, vias de comunicação, aterros, escavações e destruição do coberto vegetal*) à mera aprovação por parte da comissão de coordenação regional, sendo que a inexistência de decisão no prazo de 60 dias equivalia à aprovação. Mais ainda, este artigo previa que caso o pedido de aprovação fosse objeto de uma decisão desfavorável, o processo subia automaticamente à Comissão de REN para

decisão definitiva. No entanto, nos termos do n.º 6 do artigo 17.º, em caso de indeferimento por parte da comissão da REN, qualquer dos ministros com representação naquela comissão podia proceder à avocação do processo, com vista a sujeitá-lo à aprovação por despacho conjunto dos ministros com competências para a delimitação das áreas da REN.

Não obstante se admitir a necessidade de tutelar as expectativas de terceiros e de ser de relevar a inexistência, à data, de uma delimitação das áreas da REN, o teor do regime transitório não deixa de ser francamente incompreensível quando interpretado à luz daqueles que foram os objetivos do legislador na definição do regime jurídico da REN. De facto, se o que está em causa é a criação de uma estrutura biofísica básica e diversificada, com o intuito de proteger um conjunto de ecossistemas que estariam mais vulneráveis às pressões da sociedade, mercê do desenvolvimento desta, e se, no entendimento do legislador, estes objetivos são alcançados pelo condicionamento de certas ações nas áreas integradas em REN, como é que se explica que, no âmbito do regime transitório, ao invés da regra da proibição, o princípio seja aqui o da mera aprovação pelas CCR das ações previstas no artigo 4.º n.º 1? E mais ainda, que caso as CCR não se pronunciassem no prazo de 60 dias, tal correspondesse à aprovação de tais ações? A pergunta que se impõe não pode deixar de ser a seguinte: o que é que afinal se está a proteger? Quais foram as reais intenções do legislador? Não houve aqui uma total incoerência de critérios? A tudo isto acresce ainda o facto de, mesmo no caso de indeferimento da comissão da REN, não estar excluída a possibilidade da ação em causa ser viabilizada, uma vez que, como supra se referiu, a lei prevê a possibilidade de avocação do processo por parte de qualquer um dos ministros com assento na comissão da REN... Tudo isto parece esvaziar de sentido as funções da comissão da REN e, no limite, trazer incompreensibilidade e insegurança a um regime já de si bastante dúbio!...

Em face do que se expôs, é sem surpresa que se encontram inúmeras críticas a este diploma legal, que, para melhor compreensão, se subdividiram em seis pontos.

1. Caráter Restritivo

A primeira delas diz respeito ao regime restritivo imposto por este decreto-lei, que, segundo os autores, o transforma num regime “*non aedificandi*”. Mercê deste aspeto, a que já supra se havia aludido, o regime da REN passou a ser entendido, como refere Cláudia Albergaria¹¹, citando (Frade, 1999; Magalhães, 2001), por políticos,

¹¹ ALBERGARIA, Cláudia, *idem*, 2006, p.95

agentes económicos e cidadãos, quer como um obstáculo ao desenvolvimento, quer como uma limitação ao exercício de direitos constitucionalmente protegidos, como o direito de propriedade e o de iniciativa económica, impossibilitando a existência de mais-valias para os legítimos proprietários dos terrenos.

Acresce ainda que ao restringir, deste modo, a atividade humana nas áreas integradas na REN, este regime faz tábua rasa das realidades singulares dos sítios e das populações. Como bem sublinha André Espenica¹², *o condicionamento das atividades humanas, tal como vem sendo estabelecido, nem sempre garante os objetivos almejados e por vezes pode ser contraproducente. A razão fundamental é a teimosa persistência na não regulamentação dos condicionamentos específicos a aplicar a cada situação abrangida na REN. Em resultado disso, aplicam-se os mesmos condicionamentos em áreas com características e problemas muito diversos. É uma situação absurda, tanto mais que parte das áreas da REN estão incluídas neste regime pela existência de determinados riscos que só podem ser combatidos com medidas positivas específicas e não com restrições genéricas.*

2. Ausência de usos compatíveis

Para além de ser restritivo, este regime é-o de uma forma excessiva, uma vez que se mostra ainda mais proibitivo do que o regime das áreas protegidas, estando apenas preocupado com a fixação da realidade preexistente e não em melhorá-la ou valorizá-la. Como refere Cláudia Albergaria, citando Manuela Raposo Magalhães, “*A figura de proteção mais próxima deste instrumento é a de Reserva Integral, prevista no Decreto-Lei n.º 19/93 que estabelece a Rede Nacional de Áreas Protegidas, e esta apenas é aplicada a áreas muito restritas de elevado valor natural e científico, geralmente situadas no interior de outras figuras de proteção.*” (idem, 2006). Todavia e atendendo à ampla variedade de áreas abrangidas pelo regime da REN, é legítimo afirmar que existem inúmeros usos que em nada contrariam ou inviabilizam a salvaguarda do equilíbrio ecológico e a preservação da biodiversidade que aí devia ser promovida. Alude-se, pois, a este propósito à pertinência de se regulamentarem usos compatíveis com a REN, que considerem “*(...) diferentes sensibilidades, potencialidades e objetivos a atingir em cada unidade biofísica. Ao regar o uso do solo pela exclusão de usos incompatíveis, ou seja, pela perspectiva da “lista negativa”,*

¹² ESPENICA, André, *Reserva Ecológica Nacional: Um instrumento original, ambicioso e...útil?*, Sociedade e Território, Revista de Estudos Urbanos e Regionais, n.º 22, Ed. Afrontamento, (1995), p. 110-111.

relegou-se para segundo plano aquela que seria a abordagem mais correta, a implementação de usos compatíveis.” (idem, 2006)

3. Incoerência do regime com a finalidade da REN

Como sublinha Jorge Oliveira¹³, a natureza restritiva do regime da REN acaba por entrar em contradição com a própria finalidade do diploma legal. Decorre do próprio preâmbulo que a finalidade da REN se traduz na possibilidade de *exploração dos recursos e na utilização do território com a salvaguarda (...) das funções de que dependem o equilíbrio ecológico e a estrutura biofísica*. Ora, ao limitar-se a condicionar determinadas ações nas áreas integradas na REN, este regime jurídico não abre nenhuma margem para a dita exploração de recursos e utilização do território, as quais acabam por, no limite, ficar desprovidas de sentido. Nas palavras de Sidónio Pardal¹⁴, “(...) o diploma em causa interdita qualquer exploração ou utilização do território.”

4. Falta de rigor dos conceitos

Outro dos aspetos que já havia sido criticado no âmbito do diploma anterior e que é de novo abordado a propósito do Decreto-Lei n.º 93/90, prende-se com a falta de rigor dos conceitos e a sua difícil aplicação prática, designadamente o de leitos dos cursos de água, áreas de máxima infiltração e cabeceiras das linhas de água. Como explica Cláudia Albergaria¹⁵, no primeiro deles, o legislador não esclarece se devem ser classificados todos os leitos dos cursos de água, ou apenas os de interesse nacional. Relativamente às áreas de infiltração máxima, são as mesmas definidas na alínea n) do anexo III, como sendo *áreas que, devido às suas características de solo e do substrato geológico e ainda às condições de morfologia do terreno, a infiltração das águas apresenta condições favoráveis, contribuindo assim para a alimentação dos lençóis freáticos*. No entanto e no que respeita à identificação dos solos e subsolos que justificam estar-se em presença deste tipo de áreas, a legislação é omissa, o mesmo se dizendo para as características morfológicas do terreno. A este propósito, a autora invoca de novo Manuela Raposo Magalhães, “*Se é de consenso geral identificar-se os solos arenosos como áreas de máxima infiltração, outros há que necessitam de estudo e interpretação geomorfológica prévios a fim de se avaliar as suas potencialidades, e que recorrentemente não são classificados por falta de conhecimento.*”.

¹³ OLIVEIRA, Jorge, *A Reserva Ecológica Nacional: A Contribuição da Geografia para a eficácia deste instrumento no planeamento e ordenamento do território*, Dissertação de Mestrado, Porto, (1997).

¹⁴ PARDAL, Sidónio, idem, 2006

¹⁵ ALBERGARIA, Cláudia, idem, 2006

Por último, a noção de cabeceiras das linhas de água é problemática, na medida em que não há uma coincidência entre a definição constante do diploma legal anterior e a constante do DL n.º 93/90. *“Segundo Magalhães (2001), a atual definição além de imprecisa não corresponde à finalidade destas áreas, que é proteger as zonas situadas a montante das bacias hidrográficas mais sujeitas à erosão e onde se pretende incrementar a infiltração das águas pluviais e diminuir o escoamento superficial. Para se concretizar este objetivo o conceito de “cabeceiras” deveria incluir as duas definições.”* (idem, 2006), que correspondem respetivamente aos cabeços e bacias de receção.

A aplicação “cega” do conceito legal levava a que, em alguns casos, essas áreas abrangessem uma extensão muito significativa do concelho e não representassem iguais graus de sensibilidade, o que é inoportuno e incompatível com as ideias que deviam presidir a um plano que visa o desenvolvimento.

Ainda no que respeita à falta de rigor dos conceitos, e para além do que já se disse, cumpre recorrer uma vez mais a Sidónio Pardal¹⁶, quando refere que *“Em momento algum se identifica e se trata, nos chamados “ecossistemas” da atual REN, a proteção de espécies ou habitats. As principais componentes de um ecossistema são pura e simplesmente obliteradas da REN, que se reduz ao enunciado de um conjunto de situações geomorfológicas particulares, com pouca ou nenhuma relação com comunidades bióticas com interesse para a conservação, qualquer que seja o nível considerado.”*

5. Problema da elaboração das Cartas de REN

Sendo certo que a lei atribui esta competência às comissões de coordenação regional, na prática, e na sua grande maioria, estas foram delineadas pelas equipas a quem estava confiada a elaboração dos PDM, com uma supervisão das entidades competentes, na medida em que era óbvia a incapacidade dos serviços da administração central em proceder à delimitação da REN para todo o país. Assim, a elaboração das cartas de REN é indissociável das pressões vividas pelos municípios com vista à elaboração dos PDM, pelo que em lugar de haver concertação neste domínio, o que houve em muitos casos foi simples coerção, como explica André Espenica no artigo já citado.

¹⁶ PARDAL, Sidónio, idem, 2006, p.93

Foram então criadas, no dizer de Sidónio Pardal (idem, 2006), as “(...) *cartas da “REN bruta”, onde se incluíram todas as áreas resultantes de uma aplicação cega e taxativa dos indicadores da lei, muito permeáveis a diferentes leituras e interpretações (...)*”, às quais não foi alheia a falta de preparação dos técnicos responsáveis pela elaboração e acompanhamento dos planos.

Relativamente a este ponto, cumpre também aludir à inexistência no articulado legal de algo que determinasse como fundamental a lógica de continuidade, representatividade e interligação entre as áreas delimitadas como REN junto à fronteira com os concelhos vizinhos, a que se refere Jorge Oliveira¹⁷: “*Aparentemente cada um delimita a REN dentro do seu espaço administrativo sem perguntar ao concelho vizinho o que é que está a fazer. (...) Surgem assim os critérios mais díspares e as descontinuidades mais flagrantes em áreas contíguas, cujos ecossistemas não se compadecem com quaisquer limites.*”. Mais à frente, conclui ainda “*Se a lei é a mesma para todo o território nacional, parece evidente que perante a mesma lei, técnicos diferentes e diferentes equipas de planeamento realizam leituras de espaços geográficos semelhantes de formas significativamente diversas.*”

Em suma, e como diz Cláudia Albergaria¹⁸, “*Longe de estabelecer uma estrutura equilibrada e coerente, a REN, atualmente, é formada por um conjunto mais ou menos isolado de áreas, geralmente segregadas a locais marginais de baixo valor comercial, sendo frequentemente percecionadas como “guetos verdes”, nos quais se agravam as infrações e os problemas de abandono de terras. Isto decorre, não só de um deficiente traçado, mas também de sucessivas desafetações.*

Na realidade, a prática deste instrumento tem vindo a revelar uma série de dificuldades e limitações que se traduzem na desvirtuação dos objetivos inicialmente traçados e contribuem para o antagonismo generalizado de autarcas e população em geral.”

6. Necessidade de articulação de regimes

Ao estabelecer um regime na sua essência proibicionista, que contende com realidades díspares, muitas das quais objeto de regimes jurídicos específicos, a REN fragiliza-se, na medida em que abre portas a eventuais contradições que, no limite, podem pôr em causa as legítimas expectativas de terceiros. Esta realidade é

¹⁷ OLIVEIRA, Jorge, idem, 1997, p.42 e 64

¹⁸ ALBERGARIA, Cláudia, idem, 2006

particularmente premente quando se pensa nos recursos hídricos, mas também nas áreas classificadas, cujas conexões com o regime jurídico da REN são evidentes.

Como frisa Sidónio Pardal¹⁹, *“As proibições do regime da REN presentemente em vigor são deslocadas a ponto de gerar dificuldades despropositadas, caso fossem respeitadas essas proibições. Na prática, sucede que o regime da REN, ao não ser cumprido, fragiliza os agricultores, expondo-os a uma situação de ilegalidade. As áreas de aproveitamento hidroagrícola têm a sua legislação própria, não colhendo vantagem, nem sentido em termos de ordenamento do território, em serem integradas no regime jurídico da REN.”*

Idêntico raciocínio pode ser feito no que concerne às áreas classificadas, as quais ocupam, em Portugal, uma superfície muito superior à média europeia (cerca de 6 vezes mais), não se encontrando muitas vezes valores que justifiquem a sua conservação especial, o que contribui para diminuir a eficácia das medidas de conservação nas zonas onde estas efetivamente são necessárias. Com efeito, esta classificação devia ser mais rigorosa e utilizada apenas como *“ultima ratio”*, optando-se por procurar alternativas que comprometessem o envolvimento das populações, dos proprietários e dos municípios nas políticas e ações de conservação da natureza. É, pois, com base neste contexto que Sidónio Pardal afirma que *“As áreas classificadas e o regime da REN carecem de uma integração unificadora, cujo sentido é óbvio na lógica de uma política de conservação dos recursos naturais. As áreas classificadas deveriam estar integradas dentro da “Reserva Ecológica Nacional”, com um correspondente programa de conservação específico para cada uma das suas unidades territoriais, considerando os valores em causa, os quais devem estar claramente identificados em relatórios de especialidade.”* (idem, 93:2006)

Diz ainda Sidónio Pardal, a meu ver de forma muito acertada que *“É perante o comprometimento com objetivos bem explícitos e com resultados esperados que se podem tomar decisões políticas sobre a afetação do território, considerando os custos e a faculdade de a qualquer momento observar e avaliar resultados.”* (idem, 95:2006)

A mesma linha de entendimento aplica-se igualmente aos planos especiais de ordenamento do território, como sejam os Planos de Ordenamento da Orla Costeira (POOC), bem como os Planos das Albufeiras de Águas Públicas, parecendo incoerente que, sendo desenvolvidos pelo mesmo ministério que tutela a REN, estejam submetidos

¹⁹ PARDAL, Sidónio, idem, 2006, p.90

ao regime jurídico daquela, gerando-se assim situações incompreensíveis na prática, como seja o facto de os POOC preverem a infraestruturação das praias para o uso balnear, sendo necessário implantar construções, acessos, parques de estacionamento e outros elementos de apoio, que são proibidos pelo regime da REN.

Um último exemplo da real necessidade de articulação de regimes jurídicos tem que ver com os recursos florestais, já que, de acordo com a REN, nas áreas nela integradas está vedada qualquer alteração do coberto vegetal, o que na prática se traduz no impedimento de operações de limpeza de matos, apostando, no dizer de Pardal, *“(...)numa regeneração selvagem da vegetação, sem critérios ecológicos, silvícolas, económicos, cinegéticos ou paisagísticos. Atitude ingénua, irresponsável, mas extraordinariamente cómoda e alicerce de muito poder arbitrário sobre a economia do território.”* (idem, 100:2006)

2.3. Decreto-Lei n.º 316/90

O Decreto-Lei n.º 316/90, de 13 de outubro, teve como único propósito atualizar o anterior Decreto-Lei n.º 93/90, em resultado da criação do Ministério do Ambiente e Recursos Naturais, ao qual ficaram naturalmente adstritas as questões relativas à preservação dos ecossistemas, pelo que o objeto da REN passou a recair no âmbito das suas atribuições.

2.4. Decreto-Lei n.º 213/92

O Decreto-Lei n.º 213/92, de 12 de outubro, atribuiu ao Ministério do Ambiente e Recursos Naturais as competências necessárias a uma intervenção mais eficaz na REN, bem como procedeu à clarificação de determinados conceitos e procedimentos.

Neste sentido, uma das principais alterações consistiu na passagem das competências até então atribuídas às comissões de coordenação regional para as delegações regionais do Ministério do Ambiente e Recursos Naturais.

Concretizou-se ainda o objeto das propostas de delimitação das áreas integradas na REN, através das regras a esse propósito definidas no artigo 3.º n.º 6.

Para além disto, o elenco das exceções previstas no n.º 2 do artigo 4.º deixou de contar com a previsão da realização de ações insuscetíveis de prejudicar o equilíbrio ecológico, passando esta hipótese a ser admissível apenas para os casos em que não houvesse ainda plano municipal de ordenamento do território válido (artigo 4.º n.º 3). A exceção relativa às ações de reconhecido interesse público passou a depender de

despacho conjunto dos Ministros do Planeamento e da Administração do Território, do Ministro do Ambiente e Recursos Naturais e do ministro competente em razão da matéria, facto que, de acordo com Sidónio Pardal veio contribuir para agravar “ (...) o *determinismo cego e dogmático do diploma, o qual acaba por retirar às próprias comissões da REN margem de apreciação e de ajuizamento para considerar exceções ao regime.*” (idem: 83:2006)

Outra alteração introduzida pelo DL n.º 213/92 prendeu-se com a substituição das competências antes atribuídas à DGOT para o Serviço Nacional de Parques, Reservas e Conservação da Natureza. Com efeito, passou a caber a este Serviço o apoio administrativo à Comissão Nacional da REN, nos termos do n.º 5 do artigo 9.º, bem como as competências no âmbito da fiscalização do diploma (artigo 11.º n.ºs 1 e 2) e do embargo e demolição de obras previsto no artigo 14.º.

2.5. Decreto-Lei n.º 79/95

O Decreto-Lei n.º 79/95, de 20 de abril, introduziu apenas uma alteração ao artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 93/90, sendo que a integração ou exclusão das áreas da REN passou a ter de ser aprovada, por resolução do Conselho de Ministros, ouvida a Comissão da REN, à semelhança do que já se verificava para a ratificação dos PDM, tendo em conta a dimensão nacional dos interesses públicos envolvidos na delimitação dessas mesmas áreas.

Foi também introduzido um n.º 9 ao mesmo artigo, pelo qual se estipulou a necessidade de alterar o plano, quando não houvesse coincidência entre a delimitação da REN constante do PDM e aquela que resultasse da aprovação em Conselho de Ministros.

2.6. Decreto-Lei n.º 203/2002

Este decreto-lei teve como principal objetivo introduzir alterações à constituição da Comissão Nacional da REN em função, por um lado, da supressão de alguns ministérios e, conseqüentemente, da necessidade de fazer o ajustamento à Lei Orgânica do Governo e, por outro lado, da intenção de reforçar o papel das autarquias no que respeita à delimitação da REN.

Assim, as competências anteriormente atribuídas ao ex-Ministério do Planeamento e da Administração do Território e ao ex-Ministério do Ambiente e Recursos Naturais passaram a ser exercidas pelo Ministro das Cidades, Ordenamento do

Território e Ambiente. Por outro lado, a extinção do Serviço Nacional de Parques, Reservas e Conservação da Natureza levou a que as funções que lhe estavam afetas transitassem para o Instituto da Conservação da Natureza.

Relativamente ao reforço do papel das autarquias, este limitou-se à questão das propostas de delimitação das áreas de REN (artigo 8.º alínea b)), estabelecendo-se a possibilidade de a Comissão da REN integrar um representante escolhido, de comum acordo, pelas câmaras municipais dos municípios abrangidos pela proposta de delimitação em causa, correspondendo a falta de indicação do representante no prazo de 22 dias à renúncia do mesmo... (artigo 9.º n.º 4 e 5, na redação dada por este diploma legal).

2.7. Decreto-Lei n.º 180/2006

Se é certo que todos os diplomas legais posteriores ao Decreto-Lei n.º 93/90 se limitaram a introduzir alterações pontuais ao regime jurídico da REN, este Decreto-Lei n.º 180/2006, de 6 de setembro, veio trazer mudanças muito significativas ao mesmo e dar voz a muitas das sugestões de melhoria que foram sendo feitas ao longo dos, à data, 20 anos de vigência da REN.

A mudança paradigmática deste diploma corresponde à identificação de usos e ações compatíveis com as funções da REN. O legislador retomou o espírito original deste regime, que previa a regulamentação desses usos e ações, a qual todavia nunca tinha sido concretizada, viabilizando-se, assim, a manutenção de atividades que podem e devem existir nas áreas integradas em REN e que reconhecidamente não põem em causa a permanência dos recursos que esta pretende acautelar, muitos dos quais haviam inclusive sido admitidos ao longo dos 20 anos de vigência da REN através de múltiplos pedidos de reconhecimento de interesse público.

De acordo com o referido, recaiu sobre os municípios, no âmbito do planeamento municipal, uma responsabilidade crucial na definição das ações insuscetíveis de prejudicar o equilíbrio ecológico tutelado pela REN, pois que a viabilização dos usos e ações aqui em apreço implicavam sempre a conformidade, nuns casos, e a compatibilidade, noutros, com os instrumentos de gestão territorial aplicáveis.

Para além da definição dos usos e ações compatíveis, este diploma reviu ainda os princípios e critérios de demarcação da REN, os modos futuros de gestão e a integração eficaz no sistema nacional de áreas classificadas, com o objetivo de que a

REN pudesse atuar pela positiva no ordenamento do território, na senda das opiniões de muitos autores, alguns dos quais já citados neste estudo.

Por último, e tal como se havia verificado nos diplomas que o antecederam, também neste decreto-lei se aproveitou para atualizar as remissões feitas para legislação entretanto revogada, bem como para proceder às necessárias atualizações relativas à nomenclatura dos serviços competentes em matéria de REN.

Assim, e concretizando as alterações introduzidas ao regime, é de destacar que ao nível da delimitação, esta passou a ser de realização obrigatória (artigo 3.º n.º4) e, embora a sua aprovação continuasse a depender de resolução de conselho de ministros, as propostas voltaram a ser uma competência das CCDR. Por outro lado, previu-se expressamente a possibilidade de existir simultaneidade do processo de delimitação da REN e o de elaboração, alteração ou revisão de plano especial ou municipal de ordenamento do território, caso em que os respetivos atos de aprovação da delimitação da REN e de aprovação ou ratificação do instrumento de gestão territorial em causa seriam igualmente praticados em simultâneo, determinando a publicação da carta da REN do concelho (artigo 3.º n.º 10 e 12). Quando aquela hipótese se verificasse, devia ser solicitado parecer à comissão mista de coordenação a que se refere o Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial - RJIGT (Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de setembro, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro) - artigo 3.º n.º 11; e quando, pelo contrário, se verificasse que não existia coincidência entre a demarcação da REN constante de plano de ordenamento do território e a delimitação da REN aprovada em resolução de conselho de ministros, o plano em causa devia ser alterado nos termos do artigo 97.º do RJIGT – artigo 3.º n.º 13. De frisar que, por imposição legal, as cartas de delimitação da REN passaram a ser de consulta pública livre – artigo 3.º n.º 14.

Manteve-se ainda a salvaguarda de as propostas de delimitação serem acompanhadas de parecer dos municípios interessados, a solicitar pelas CCDR, reduzindo-se no entanto o prazo para os municípios o fazerem, de 45 para 30 dias, como resulta do artigo 3.º n.ºs 7 e 8.

Não obstante as alterações verificadas ao nível da delimitação da REN, mais significativas são sem dúvida as mudanças sentidas ao nível do seu regime e, mais concretamente, no que respeita às exceções às ações proibidas pelo n.º 1 do artigo 4.º, ações estas que se mantiveram na sua quase integralidade, substituindo-se apenas a

proibição de “construção de edifícios” pela proibição mais genérica de “construção e ou ampliação”.

Relativamente às exceções propriamente ditas, o legislador optou por destacar desde logo as ações insuscetíveis de prejudicar o equilíbrio ecológico das áreas integradas na REN, remetendo o elenco das mesmas para o anexo IV (o qual, pelas inexatidões verificadas aquando da publicação, foi alvo de duas declarações de retificação n.ºs 75-A e 76/2006, de 3 e 6 de novembro de 2006, respetivamente), sujeitando-as a um conjunto de requisitos a observar com vista à sua viabilização, os quais constam do anexo V, sendo que, naturalmente, ambos os anexos passaram a fazer parte integrante do regime da REN (Anexos 5 e 6, respetivamente).

No entanto, estabeleceram-se desde logo divisões dentro do elenco das ações insuscetíveis de prejudicar o equilíbrio ecológico, a saber: aquelas que estavam sujeitas a autorização da CCDR competente; as que estavam sujeitas a comunicação prévia à mesma entidade e, por último, as que estavam isentas de qualquer um dos procedimentos. Neste sentido, foi introduzido um artigo 4.ºA relativo aos diferentes procedimentos a adotar caso se tratasse de autorização ou de comunicação prévia, sendo que o primeiro caso implicava a existência de uma decisão por parte da CCDR competente, que seria sempre favorável na falta de decisão final, contados 45 dias do pedido de autorização e, no segundo caso, se esgotava no próprio ato da comunicação, muito embora a CCDR competente pudesse determinar a sujeição da ação em causa ao procedimento de autorização, na hipótese de a mesma ser legalmente enquadrável como tal. Fora dessa situação, o requerente podia iniciar a ação em causa decorridos 30 dias da apresentação da comunicação prévia. Nesta conformidade, e dada a natureza distinta de ambos os procedimentos, não é de estranhar que apenas o primeiro estivesse sujeito ao pagamento prévio de uma taxa de apreciação, como resulta do novo artigo 16.º-A. Ainda relativamente a estas exceções, a lei previa que a suscetibilidade de viabilização das ações aqui em causa estivesse dependente da compatibilização das mesmas com as disposições aplicáveis dos vários instrumentos de gestão territorial (artigo 4.º n.º 4). Por outro lado, quando estivesse em causa uma ação sujeita a autorização da CCDR competente e a respetiva pretensão implicasse prévia avaliação de impacte ambiental, a autorização só podia ser deferida caso esta avaliação fosse favorável (artigo 4.º n.º 5).

Uma última novidade introduzida pelo legislador tem que ver com o ónus de inalienabilidade, já referido a propósito do regime da RAN e aqui estipulado com os mesmos contornos, como resulta do n.º 6 do artigo 4.º.

Relativamente às demais exceções ao n.º 1 do artigo 4.º, mantiveram-se com pequenas alterações as já constantes dos diplomas anteriores:

- ações já previstas ou autorizadas à data de entrada em vigor da resolução de conselho de ministros relativa à delimitação das áreas a integrar na REN;

- instalações de interesse para a defesa nacional, a que se juntaram as instalações destinadas a estabelecimentos prisionais, *como tal reconhecidas por despacho conjunto dos membros do Governo responsáveis pelas áreas da defesa nacional, das finanças e do ambiente e ordenamento do território, no primeiro caso, e da justiça, das finanças e do ambiente e ordenamento do território, no segundo;*

- *ações de interesse público como tal reconhecido por despacho conjunto do membro do Governo responsável pela área do ambiente e ordenamento do território e do membro do Governo competente em razão da matéria.*

Face ao exposto, cumpre levantar as seguintes questões:

1. Houve coerência na utilização do termo insusceptibilidade [de prejudicar o equilíbrio ecológico], que por definição significa “que não envolve a possibilidade de” ou “que não fere determinada coisa”, relativamente a um conjunto de ações, quando depois se submetem as mesmas a um crivo apertado de requisitos de viabilização (previstos no anexo V) e, em alguns casos, de procedimentos legais? Por outras palavras, se uma ação é “insuscetível de prejudicar o equilíbrio ecológico”, para quê sujeitá-la a um regime tão exigente como o apresentado? Pelo contrário, se há necessidade de acautelar determinadas vicissitudes, então a utilização do termo insuscetível talvez seja enganadora...

2. Qual é a pertinência da inclusão dos estabelecimentos prisionais no rol das exceções às ações proibidas em áreas integradas em REN? Não se trata aqui de uma obra de construção e, mais ainda, de grande envergadura, que não carece de nenhuma localização em especial (a admitir que as instalações destinadas à defesa nacional possam ter algum interesse estratégico do ponto de vista da localização que justifique que, em casos pontuais, tenham de ser erigidas em áreas de REN)?

3. Até que ponto é legítimo depositar num despacho conjunto de dois membros do Governo o reconhecimento de “ação de interesse público”?

Outro aspeto alterado pelo legislador teve a ver com o montante das contraordenações aplicáveis às violações do regime da REN. Assim, optou-se por reduzir o montante mínimo, que se passou a cifrar em 250 €, e por aumentar o montante máximo, o qual, no caso das pessoas singulares, se fixou em 3740 € e, no caso das

peças coletivas, em 30.000 €. Para além disto, previu-se ainda um conjunto de sanções acessórias, as quais, dependendo da natureza e gravidade da infração e da culpa do agente, podiam ser aplicadas conjuntamente com a coima e de que são exemplo a privação do direito a subsídio; a obrigação de reposição da situação no estado anterior ao momento da prática da infração; entre outras.

2.8. Decreto-Lei n.º 166/2008

Muito embora o Decreto-Lei n.º 180/2006 tenha procedido a uma alteração preliminar do regime jurídico da REN, que, conforme explicitado, se centrou fundamentalmente na identificação de usos e ações considerados compatíveis com as funções da REN, foi decidido pelo XVII Governo Constitucional empreender uma revisão de fundo deste mesmo regime com base nos seguintes pressupostos:

- 1.reforço da importância estratégica da REN;
- 2.manutenção da natureza jurídica da REN enquanto restrição de utilidade pública (embora este tenha sido o primeiro diploma da REN a falar expressamente no conceito de restrição de utilidade pública...);
- 3.articulação explícita com outros instrumentos de política de ambiente e de ordenamento do território;
- 4.simplificação, racionalização e transparência de procedimentos de delimitação e gestão;
- 5.identificação de usos e ações compatíveis com cada uma das categorias de áreas integradas em REN, ultrapassando uma visão estritamente proibicionista sem fundamento técnico ou científico.

Em suma, o legislador pretendeu, através da revisão profunda do regime da REN, tornar mais compreensíveis para a sociedade os *grandes benefícios de uma boa delimitação e gestão da REN*. Vejamos como:

(1.º Pressuposto)

No que toca à importância estratégica da REN, entendeu o legislador, como resulta do artigo 2.º, que, tratando-se de uma estrutura biofísica que integra o conjunto de áreas merecedoras de proteção especial pelo valor e sensibilidade ecológica ou pela exposição e suscetibilidade perante riscos naturais, a REN potencia a ocupação e o uso sustentáveis do território, tendo como principais objetivos os seguintes:

- proteger os recursos naturais água e solo, bem como salvaguardar sistemas e processos biofísicos associados ao litoral e ao ciclo hidrológico terrestre;

- prevenir e reduzir os efeitos da degradação da recarga de aquíferos, dos riscos de inundação marítima, de cheias, de erosão hídrica do solo e de movimentos de massa em vertentes;

- contribuir para a conectividade e a coerência ecológica da Rede Fundamental de Conservação da Natureza;

- permitir a concretização, a nível nacional, das prioridades da Agenda Territorial da União Europeia em matéria de ecologia e gestão transeuropeia de riscos naturais.

Nesta conformidade, também a integração de áreas em REN (artigo 4.º) foi realizada em função dos objetivos traçados para a mesma, passando estas a dividir-se em três grandes grupos:

1. áreas de proteção do litoral, incluindo faixa marítima de proteção costeira; praias; restingas e ilhas-barreira; tômbolos; sapais; ilhéus e rochedos emersos no mar; dunas costeiras e dunas fósseis; arribas e respetivas faixas de proteção; faixa terrestre de proteção costeira; águas de transição e respetivos leitos; faixas de proteção das águas de transição.

2. áreas relevantes para a sustentabilidade do ciclo hidrológico terrestre, incluindo cursos de água e respetivos leitos e margens; lagoas e lagos e respetivos leitos, margens e faixas de proteção; albufeiras que contribuam para a conectividade e coerência ecológica da REN, bem como os respetivos leitos, margens e faixas de proteção; áreas estratégicas de proteção e recarga de aquíferos, entre outros.

3. áreas de prevenção de riscos naturais, incluindo zonas adjacentes; zonas ameaçadas pelo mar não classificadas como zonas adjacentes nos termos da Lei da Titularidade dos Recursos Hídricos (Lei n.º 54/2005, de 15 de novembro); zonas ameaçadas pelas cheias não classificadas como zonas adjacentes nos termos da Lei da Titularidade dos Recursos Hídricos; áreas de elevado risco de erosão hídrica do solo e áreas de instabilidade de vertentes.

Cumprir destacar que, deste elenco, melhor ilustrado no Anexo 16, constam novas áreas que não estavam abrangidas pelo regime anterior, a saber: margens dos cursos de água; zonas adjacentes e zonas ameaçadas pelo mar não classificadas como zonas adjacentes nos termos da Lei da Titularidade dos Recursos Hídricos.

(2.º Pressuposto)

Por outro lado, e ainda que tal já resultasse implícito dos diplomas anteriores, a REN é também pela primeira vez classificada pelo legislador, tal como ocorreu para a

RAN, como restrição de utilidade pública, *à qual se aplica um regime territorial especial que estabelece um conjunto de condicionamentos à ocupação, uso e transformação do solo (...) – artigo 2.º n.º 2.*

A este propósito, cumpre invocar Marcello Caetano²⁰ com vista à melhor compreensão do conceito de restrição de utilidade pública por oposição à noção de “servidões administrativas”, que são estabelecidas em proveito da utilidade pública de certos bens (ex: as servidões de passagem), enquanto que as “restrições de utilidade pública” “ (...) *visam a realização de interesses públicos abstratos, da utilidade pública ideal não corporizada na função de uma coisa. Assim, enquanto as primeiras constituem um encargo imposto sobre certos prédios em proveito da utilidade pública de uma coisa, as segundas são entendidas como limitações ao direito de propriedade que visam a realização de interesses públicos abstratos, sem que haja, portanto, qualquer relação com outros bens.*” No caso, o interesse público abstrato é a proteção dos recursos naturais água e solo.

Esta questão relaciona-se com outra que tem que ver com o reconhecimento de um conflito permanente entre propriedade privada e a tutela do ambiente, que desenvolveremos mais à frente a propósito da definição, pelo legislador, de um regime económico-financeiro para a REN, designadamente através da admissibilidade de mecanismos de perequação.

(3.º Pressuposto)

No que respeita à articulação com outros regimes jurídicos, merece especial destaque a compatibilização e complementaridade do regime da REN com a Lei da Água (aprovada pela Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro, e com a respetiva legislação complementar e regulamentar), destacando-se, a este propósito, a exclusão das infraestruturas hidráulicas do elenco dos usos e ações interditos, subordinando-se as mesmas ao disposto na Lei da Água. Por outro lado, previu-se também a possibilidade de articulação da REN com a diretiva aves e com a diretiva *habitats*, transpostas para o regime jurídico português através do Decreto-Lei n.º 140/99, de 24 de abril, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 49/2005, de 24 de fevereiro, sempre que o regime da REN contribua para a manutenção do estado de conservação favorável de *habitats* naturais e de espécies de fauna e flora inscritos nesses diplomas.

²⁰ CAETANO, Marcello, *Manual de Direito Administrativo*, Almedina, Coimbra, 1980, p. 1063

Para além disso, estipulou-se a obrigatoriedade de promoção, pela CCDR, de uma conferência de serviços com as entidades respetivamente competentes quando as ações em causa contendam com a utilização de recursos hídricos, com áreas classificadas ou com áreas integradas na REN – artigo 24.º.

(4.º Pressuposto)

Outro dos aspetos objeto de uma profunda revisão foi a definição de critérios para a delimitação das áreas integradas na REN, suas funções e identificação dos usos e ações admitidos, com vista à racionalização e transparência deste procedimento. Neste sentido, determinou-se que a delimitação seria feita em dois níveis:

- um nível estratégico, caracterizado pelas orientações de âmbito nacional e regional, a definir, respetivamente, pela Comissão Nacional da REN e pelas CCDR, em colaboração com as Administrações das Regiões Hidrográficas (ARH) e pelos municípios abrangidos pela região, que designam um representante. Estas orientações traduzem-se nas diretrizes e critérios a adotar, a nível municipal, para a delimitação das áreas de REN e são acompanhadas por um esquema nacional de referência (Anexo 15), que inclui a identificação gráfica dos principais componentes de proteção dos sistemas e processos biofísicos, os valores a salvaguardar e os riscos a prevenir. São definidas em coerência com o Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território (PNPOT), com as estruturas regionais de proteção e valorização ambiental (previstas nos PROT), com o Plano Nacional da Água, Planos de Gestão de Bacia Hidrográfica e outros planos sectoriais relevantes e obedecem aos critérios de delimitação estipulados no anexo I deste Decreto-Lei (Anexo 7), no qual são igualmente definidas as funções desempenhadas em cada uma das áreas;

- um nível operativo, relativo à elaboração – obrigatória - de propostas de cartas de delimitação das áreas de REN, tendo por base aquelas orientações estratégicas, com a indicação dos valores e riscos que justificam a sua integração, a executar pelas câmaras municipais, com base nas informações técnicas facultadas para o efeito pela CCDR e ARH competentes, admitindo-se inclusive a possibilidade de se estabelecerem parcerias com as CCDR – competências paralelas às assumidas pelas DRAP no âmbito da RAN -, cabendo à Comissão Nacional da REN dirimir os eventuais diferendos daí resultantes. Efetivamente, um dos objetivos deste diploma legal traduziu-se na procura de um envolvimento mais responsável por parte dos municípios. Das cartas de delimitação da REN e das respetivas memórias descritivas deve constar naturalmente a delimitação das áreas incluídas na REN, com menção das diferentes tipologias previstas no artigo 4.º,

bem como as áreas a excluir da REN, devido à existência de edificações legalmente licenciadas ou autorizadas, e das destinadas à satisfação das carências existentes em termos de habitação, atividades económicas, equipamentos e infraestruturas, as quais têm de ser fundamentadas, devendo indicar o fim a que se destinam (artigo 9.º n.ºs 2 e 3). De sublinhar que as áreas de REN, nos termos do n.º 4 do artigo 9.º, são identificadas nas plantas de condicionantes dos planos especiais e municipais de ordenamento do território, constituindo parte integrante das estruturas ecológicas municipais.

Ainda no que respeita à questão da delimitação, previu o legislador que, no prazo de 22 dias contados da apresentação da proposta de delimitação da REN pela Câmara Municipal, a CCDDR deve promover uma conferência de serviços com todas as entidades administrativas relevantes para os interesses a ponderar, a qual substitui a elaboração de pareceres por cada uma dessas entidades. Por outro lado, foi também atribuída às CCDDR a responsabilidade pela verificação da compatibilidade da delimitação proposta pelos municípios e as orientações estratégicas de âmbito nacional e regional.

Estipulou-se ainda reintegrar na REN áreas que tinham sido excluídas mas em que não se concretizaram, em tempo razoável, os fins que fundamentaram a sua exclusão, à semelhança do que a este propósito havia já sido referido relativamente à RAN.

Para além do exposto, foram definidas regras próprias, previstas nos artigos 14.º e 15.º, para os casos em que haja simultaneidade da delimitação da REN com a formação, respetivamente, de planos especiais ou municipais de ordenamento do território, com vista a garantir a coerência e o rigor do procedimento, sendo que em ambos os casos a delimitação da REN elaborada nestas circunstâncias determina a revogação e a consequente atualização da carta municipal da REN.

Finalmente, foi feita a ressalva, no artigo 16.º, de que, no sentido de garantir a integridade e a coerência sistémica da REN, quaisquer alterações da delimitação da REN, por integração ou exclusão de áreas, tem um carácter excecional e deve obedecer, com as devidas adaptações, ao procedimento previsto para a sua elaboração, acompanhamento e aprovação, salvo em situações excecionais de relevante interesse geral, em que a delimitação da REN pode ser alterada por resolução do Conselho de Ministros, ouvida a Câmara Municipal do município abrangido (artigo 17.º).

Ainda no âmbito do pressuposto relativo à *simplificação, racionalização e transparência de procedimentos de delimitação e gestão*, um dos exemplos que o caracteriza está na consagração - patente também no regime da RAN - do direito à informação e à participação (artigo 6.º), que determina a disponibilização aos interessados de todos os elementos relevantes na elaboração das orientações estratégicas e da delimitação da REN a nível municipal, assim como possibilita a formulação de observações, sugestões e pedidos de esclarecimento. Também a este propósito, o artigo 13.º n.º2 prevê a disponibilização na Internet, através do Sistema Nacional de Informação Territorial, das cartas da REN e da respetiva memória descritiva.

(5.º Pressuposto)

Este último pressuposto, traduzido na identificação de usos e ações compatíveis com cada uma das categorias de áreas integradas na REN, está diretamente relacionado com o regime da REN propriamente dito.

Assim, e à semelhança do que se verificava nos diplomas anteriores, o legislador começou por identificar os usos e ações interditos, que no fundo são idênticos às proibições anteriores, com a exceção de que se passaram a incluir na mesma alínea as obras de urbanização, construção e ampliação; e as escavações e aterros. Por último, a proibição de destruição do coberto vegetal mereceu aqui a designação de destruição do revestimento vegetal, fazendo-se menção expressa de que esta proibição não abrangia *as ações necessárias ao normal e regular desenvolvimento das operações culturais de aproveitamento agrícola do solo e das operações correntes de condução e exploração dos espaços florestais*, na linha das críticas que haviam sido feitas por alguns autores sobre este aspeto.

No que respeita, todavia, à proibição das operações de loteamento, foi introduzido o artigo 26.º, de acordo com o qual as áreas integradas na REN podem ser incluídas em operações de loteamento desde que não haja fracionamento, nem incompatibilidade de usos e ações. Por outro lado, estipulou-se também que as áreas da REN podem ser cedidas para espaços verdes públicos e de utilização coletiva, não havendo aqui lugar ao cálculo da edificabilidade.

Enumeradas as ações interditas, o diploma procede de imediato à descrição das exceções àquelas proibições, sendo que a primeira delas tem que ver com *os usos e ações compatíveis com os objetivos de proteção ecológica e ambiental e de prevenção e redução de riscos naturais de áreas integradas em REN*. Neste sentido, considera o legislador que para se estar em presença de uma ação compatível é necessário o

cumprimento de dois requisitos fundamentais: o primeiro, exige que as funções das respectivas áreas, tal como definidas no anexo I, não sejam postas em causa e, o segundo implica que a mencionada ação conste do anexo II (Anexo 8) como estando isenta de qualquer procedimento ou como estando sujeita à realização de mera comunicação prévia ou à obtenção de autorização. Foi determinado ainda que as condições a observar para a viabilização destas exceções seriam aprovadas por portaria, a qual acabaria por vir a ser publicada em 28 de novembro (Portaria n.º 1356/2008, de 28 de novembro).

Do exposto, resulta desde logo o claro aproveitamento da revisão introduzida pelo anterior Decreto-Lei n.º 180/2006, já que também aqui o quadro das exceções aos usos interditos está dependente de figuras jurídicas como a comunicação prévia e a autorização. A este propósito, cumpre ressaltar um aspeto que embora passe despercebido, deve ser destacado e que tem que ver com o facto de o Decreto-Lei n.º 180/2006 ter introduzido um conjunto de ações insuscetíveis de prejudicar o equilíbrio ecológico das áreas integradas na REN e deste novo diploma utilizar para o mesmo efeito a expressão “ações compatíveis”. Somos de opinião que o recurso a esta última expressão não foi gratuito e encontrará justificação na questão que a este respeito se levantou aquando da análise do DL n.º 180/2006. Com efeito, em termos rigorosos existe uma diferença bastante significativa em afirmar que uma ação é “insuscetível de prejudicar algo” ou, pelo contrário, assumir que tal ação é “compatível com algo”, na medida em que a primeira afirmação é muito mais radical do que a segunda, esgotando-se em si mesma. Na verdade, a “compatibilidade” pode pressupor a verificação de um conjunto de requisitos (como os previstos no anexo V do DL 180/2006) que a justifiquem, o que não ocorre com a ideia de insusceptibilidade, que, por isso, deixa muito menos margem de manobra. Neste sentido, parece-nos oportuna a mudança de terminologia verificada.

No que respeita aos procedimentos relativos à comunicação prévia e à autorização, muito embora os mesmos tenham seguido de perto as estipulações já constantes do Decreto-Lei n.º 180/2006, a verdade é que foram introduzidas algumas alterações significativas, nomeadamente no que concerne aos prazos. Quanto à comunicação prévia, ao contrário dos 30 dias definidos no diploma anterior, previu agora o legislador que volvidos apenas 25 dias da apresentação, por escrito, da comunicação à CCDR pelo interessado ou pela entidade administrativa competente para apreciar a decisão em causa, as obras podem iniciar-se, sendo que se se tratar de ações de defesa da floresta contra incêndios, esse prazo é reduzido para 10 dias.

Relativamente à autorização, o pedido a apresentar na CCDR, pelo interessado ou pela câmara municipal, considera-se tacitamente deferido no prazo de 25 dias (e não já de 45 dias!) se não houver decisão final. Tal como acontecia no âmbito do diploma legal anterior, a CCDR manteve a faculdade de requerer elementos adicionais para proferir a sua decisão, podendo igualmente definir condicionamentos de ordem paisagística e ambiental à realização das obras, tendo em vista os valores que presidem à constituição da REN.

Para além disto, manteve-se também aqui o conceito de ónus de inalienabilidade relativamente à construção de habitações para agricultores, com um único aspeto inovador, introduzido no n.º 8 do artigo 23.º, *“O ónus de inalienabilidade não se aplica quando a transmissão de quaisquer direitos reais sobre os prédios que constituem a exploração agrícola e sobre a edificação ocorrer entre agricultores, desde que se mantenha a afetação da edificação ao uso exclusivo de habitação para residência própria e habitual do adquirente como responsável pela exploração agrícola.”*

Definiu-se ainda, no artigo 21.º, a possibilidade de se realizarem ações de relevante interesse público nas áreas da REN, desde que as mesmas não se possam realizar adequadamente em qualquer outro lugar e que sejam reconhecidas por despacho conjunto do membro do Governo responsável pelas áreas do ambiente e do ordenamento do território e do membro do Governo competente em razão da matéria. Ainda assim, ressaltou-se a possibilidade de serem definidos condicionamentos e medidas de minimização de afetação da execução dessas mesmas ações.

Na continuação do que já havia sido implementado pelo Decreto-Lei n.º 93/90, também aqui foi frisada a nulidade de todos os atos administrativos que contrariem o regime da REN, sendo que a entidade administrativa responsável pelos mesmos responde civilmente pelos prejuízos causados, podendo inclusive haver lugar à responsabilidade solidária caso o ato revogado tenha resultado de parecer vinculativo (a entidade que o emitiu é igualmente responsabilizada) – artigo 27.º.

Relativamente ao regime sancionatório, verificou-se uma compatibilização com o disposto na lei quadro das contraordenações ambientais, aprovada pela Lei n.º 50/2006, de 29 de agosto, pelo que as contraordenações se subdividiram em leves, graves e muito graves. Esta alteração em termos práticos acabou por se revelar bastante significativa, se considerarmos que os montantes das coimas tal como definidos no DL n.º 180/2006 oscilavam, em caso de dolo, entre os 250 €, de montante mínimo e os 3740 € de montante máximo para as pessoas singulares, elevando-se para 30.000 €, caso se

tratasse de pessoas coletivas. Ora, como se vê no quadro se segue, as mudanças neste ponto não podiam ser mais drásticas...

Contraordenações / Agente	Pessoas Singulares (em caso de dolo)	Pessoas Coletivas (em caso de dolo)
Leve	1.500 € - 5.000 €	16.000 € - 22.500 €
Grave	17.500 € - 22.500 €	42.000 € - 48.000 €
Muito Grave	32.000 € - 37.500 €	500.000 € - 2.500.000 €

Atendendo a que esta alteração foi motivada pela compatibilização com a lei quadro das contraordenações ambientais, não nos cabe censurar, neste ponto, o legislador da REN. Ainda assim, cumpre refletir na disparidade dos montantes das coimas que se acabou de demonstrar, a qual nos parece despropositada se considerarmos os rendimentos médios da população portuguesa, quer ao nível das pessoas singulares, quer ao nível do quadro médio das empresas portuguesas. Sendo certo que se impunha uma atualização das coimas para montantes que garantissem a importância dos bens a proteger, a verdade é que uma tão profunda mudança de paradigma não terá certamente colhido os melhores resultados...

Por último, este decreto-lei introduziu uma novidade da máxima importância, de cariz económico-financeiro (artigos 32.º a 35.º), que, na sequência das sugestões dadas por autores como Sidónio Pardo²¹, veio permitir discriminar pela positiva as áreas de REN, quer pela via do financiamento público de ações, públicas ou privadas, que contribuam para a gestão sustentável das áreas da REN, através do Fundo de Intervenção Ambiental e do Fundo de Proteção dos Recursos Hídricos, quer no âmbito do Fundo Geral Municipal previsto na Lei das Finanças Locais (Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro), quando esteja em causa a inclusão de áreas municipais na REN. Na mesma linha, o legislador estipulou que, na elaboração dos PMOT, as áreas integradas na REN fossem consideradas para efeitos de estabelecimento de mecanismos de perequação compensatória dos benefícios e encargos entre proprietários, com vista a garantir o princípio da igualdade perante os encargos públicos. Assim, e na medida em que áreas

²¹ “Em todo o caso, deverá assistir aos proprietários dos terrenos em causa o direito de serem ressarcidos de menos-valias devidas à eventual desvalorização dos seus prédios em resultado das condicionantes e restrições que lhes são impostas e de poderem mesmo requerer a expropriação.”, in *Apropriação do Território – Crítica aos diplomas da RAN e da REN*, 2006, pag. 16

de REN valorizam os terrenos com capacidade edificatória, devem obrigatoriamente ser incluídas nas unidades de execução desses terrenos e, simultaneamente, não contabilizadas para o cálculo da edificabilidade.

Não obstante a introdução deste novo elemento que veio permitir salvaguardar um pouco mais os interesses dos particulares afetados pela delimitação da REN, a verdade é que, ao contrário do preconizado por autores como Sidónio Pardal, em momento algum se alude à possibilidade de uma proteção mais efetiva - e eventualmente mais justa, em alguns casos! – que, por vezes, deveria passar pela admissibilidade da justa indemnização e da expropriação no âmbito do regime da REN.

Como supra se havia referido a propósito da REN enquanto restrição de utilidade pública, não existem dúvidas de que esta, ao retirar aos seus proprietários as possibilidades de edificação nos terrenos por ela abrangidos, determina uma maior ou menor desvalorização dos mesmos, o que naturalmente contende com o direito fundamental de propriedade privada, previsto no artigo 62.º da Constituição da República Portuguesa, colocando-se, portanto, a questão de saber se há ou não lugar a ressarcimento.

Neste contexto, diz Sidónio Pardal “(...) *também a REN e, em boa parte, a RAN – embora cada uma delas de forma diversa – têm efeitos profundamente condicionadores e potencialmente lesivos do direito de propriedade. (...) Esta questão prende-se com outra, que é a de saber em que medida as proibições, limitações e condicionamentos às possibilidades de utilização, resultantes de imposição administrativa, que submetam certas categorias de solos a usos predeterminados (diferentes do uso existente), devem ou não conferir ao respetivo proprietário um direito de indemnização ou, no limite, de requerer a expropriação.*”(idem, 2006)

Sem querer alargar muito a discussão jurídica existente em torno desta questão, sempre se dirá que, tanto o direito à propriedade privada, como o direito ao ambiente correspondem a direitos análogos aos direitos, liberdades e garantias, devendo ressaltar-se, no entanto, que o direito à propriedade privada não é hoje em dia tão abrangente como foi no passado, considerando-se que o mesmo engloba, atualmente, uma função social e ecológica, que se traduz nas cada vez mais frequentes cedências da propriedade privada perante o interesse público. Contudo, e recorrendo de novo às palavras de Sidónio Pardal, “*O direito de propriedade privada, ainda que sendo considerado, hoje em dia, um direito de natureza limitada, beneficia ainda assim do regime específico dos direitos, liberdades e garantias, uma vez que tem natureza análoga a estes. (...) Assim*

sendo, quaisquer normas que tenham como objetivo ou efeito limitar as faculdades de uso e fruição que integram o direito de propriedade, terão sempre como limite aquele que é considerado o núcleo essencial deste direito, sob pena de inconstitucionalidade.” (idem, 55 e 56:2006)

Por outro lado, e como bem refere a advogada Elizabeth Fernandez²², “(...) *se a função social ecológica que a propriedade privada desempenha legitimam aquelas formas de intervenção na propriedade privada [legitimação de medidas ablativas ou restritivas da propriedade], de modo algum dispensam ou afastam as segundas [garantias constitucionais que acompanham aqueles atos], em particular aquela que concerne ao direito a uma justa e contemporânea indemnização.*” E continua, com a seguinte conclusão “(...) *é a própria garantia constitucional da propriedade privada que fundamenta esta convicção, pois, aquele direito fundamental não pode ser sacrificado sem indemnização, não apenas nas situações que configurem uma expropriação técnica, como também naquelas em que, muito embora não se alterando a titularidade do bem, determinadas faculdades daquele direito resultem excessiva ou desigualmente comprimidas por comparação ao escopo social ou ecológico onde originariamente encontram legitimidade.*”

Aliás, é precisamente este o entendimento vertido noutros diplomas legais, como por exemplo o que institui o regime do património arqueológico, definido pela Lei n.º 13/85, de 6 de julho, no qual especificamente se prevê a possibilidade de requerer uma indemnização à entidade responsável pela instituição de uma reserva arqueológica de proteção, por parte de qualquer particular que demonstre ter sido diretamente prejudicado com o estabelecimento da mesma, como resulta do artigo 40.º daquela lei.

Sempre se diga, *mutatis mutandis*, que este raciocínio se aplica igualmente à RAN, em virtude de também esta constituir uma restrição de utilidade pública, implicando por isso mesmo o condicionamento das áreas nela integradas.

Foram ainda revistas as regras relativas à composição, competência e funcionamento da Comissão Nacional da REN, a qual passou a funcionar junto da Direção-Geral do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Urbano (DGOTDU).

²² FERNANDEZ, Elizabeth, *A Reserva Agrícola e Ecológica Nacional como vínculos ambientais que restringem o uso dos solos: Discussão acerca da sua ressarcibilidade*, Revista de Direito do Ambiente e Ordenamento do Território, n.º 2, (1996), p.43-58.

De salientar que este Decreto-Lei veio também concretizar a medida inscrita no SIMPLEX – Programa de Simplificação Legislativa e Administrativa, “Simplificar e racionalizar o regime jurídico da REN”.

No que respeita às disposições transitórias, previu o legislador, no artigo 41.º, que as orientações estratégicas, nacionais e regionais, estivessem concluídas no prazo de um ano a contar da tomada de posse da Comissão Nacional da REN, sendo que até essa ocorrência se verificar, a delimitação da REN a nível municipal obedeceria ao procedimento previsto no Decreto-Lei n.º 93/90. Uma vez elaboradas as mencionadas orientações estratégicas, os municípios, no prazo de três anos, deveriam elaborar ou adaptar a delimitação da REN às mesmas, sendo para tal auxiliados pelo Anexo IV do Decreto-Lei n.º 166/2008, que estabelece a correspondência das áreas definidas no Decreto-Lei n.º 93/90 com as novas categorias de áreas integradas na REN (Anexo 10). Também no âmbito das disposições transitórias, foi estipulado que, nos municípios em que a REN ainda não estivesse delimitada, os usos e ações proibidos no âmbito do Regime da REN careciam de autorização da CCDDR quando a área em causa fosse uma das identificadas no anexo III do diploma legal em análise (Anexo 9).

Na tentativa de permitir uma melhor compreensão da evolução legal do regime jurídico da REN, e tal como se fez no âmbito da RAN, junta-se em anexo um quadro comparativo (Anexo 11) onde se procura ilustrar essa mesma evolução, dando destaque aos aspetos que se reputam mais importantes, designadamente, o conceito de REN, a delimitação e o seu regime propriamente dito. No sentido de tornar mais perceptível a evolução daqueles aspetos, optou-se por seguir a sequência do articulado que instituiu a REN e, seguidamente, estabelecer as comparações necessárias com os diplomas legais que se lhe sucederam, destacando apenas os que tiveram consequências mais evidentes para a figura da REN (Decreto-Lei n.º 93/90, Decreto-Lei n.º 180/2006 e Decreto-Lei n.º 166/2008).

2.9. Reflexões sobre o regime jurídico da REN

Do exposto, resulta evidente que houve um esforço de clarificação e de objetividade por parte do legislador no âmbito da definição dos objetivos visados pela REN e da forma de os concretizar, sendo que muitas das críticas feitas no passado ao regime jurídico da REN foram aqui atendidas e, em muitos casos, solucionadas. Relembrando as principais dissonâncias detetadas no âmbito do Decreto-Lei n.º 93/90, percebe-se que, por exemplo, o carácter restritivo e estritamente proibicionista da REN

foi contornado pela definição de usos e ações compatíveis, que de certa forma contribuem igualmente para conciliar os objetivos da REN com a realidade dos diferentes sítios e das populações que neles habitam, na linha do entendimento manifestado por diferentes autores.

Outro dos aspetos apontados ao anterior regime da REN consistia na falta de rigor dos conceitos, em que mereciam particular destaque o de “leitos dos cursos de água”, “áreas de máxima infiltração” e “cabeceiras das linhas de água”. Neste ponto, convém referir que todos estes conceitos foram suprimidos no novo regime jurídico da REN.

Por outro lado, e como resulta do relatório final elaborado pela Fundação da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa relativo à “Consultadoria no âmbito da elaboração do nível estratégico da REN – Litoral e Instabilidade de Vertentes”²³, “*(...) o novo regime jurídico da REN ganha em clareza e precisão no âmbito dos perigos naturais, por comparação com o estabelecido anteriormente, nomeadamente ao diferenciar de modo explícito as “áreas de elevado risco de erosão hídrica do solo” e as “áreas de instabilidade de vertentes”, antes aglutinadas sob a designação de “áreas com riscos de erosão” (Decreto-Lei nº 93/90 de 19 de março).*

No entanto, continuam a existir traços do regime cuja aplicabilidade pode revelar-se complexa, como seja “*(...) a omissão de referência explícita às “escarpas”, a qual no entendimento daquela Fundação pode dar lugar a que as especificidades próprias destes elementos morfológicos não sejam adequadamente contempladas pelas metodologias mais correntes para a delimitação das “áreas de instabilidade de vertentes”.* Para além disto, “*(...) o Decreto-Lei nº 166/2008 de 22 de agosto, padece de alguns problemas conceptuais e de terminologia que, caso não sejam devidamente resolvidos, serão inevitavelmente geradores de problemas, nomeadamente na fase operativa da REN. Neste contexto, destaca-se a inexistência de uma definição clara de “Risco”, bem como o estabelecimento inequívoco do tipo de produto de “cartografia de risco” que deve ser produzido no âmbito da delimitação da REN.*” Neste sentido, compreendem os mesmos autores que “*(...) o estabelecimento de um modelo conceptual de risco consistente, e a indicação clara do tipo (e do objetivo) de*

²³ FUNDAÇÃO da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, *Consultadoria no âmbito da elaboração do nível estratégico da REN – Litoral e Instabilidade de Valores – Relatório final*, DGOTDU, (2010). Acedido em 03/06/2012, em http://cnren.dgotdu.pt/cnren/Documents/Documentos%20Públicos/RelatóriosDomínioTemático/RelatórioLitoralVertentes_Set2010.pdf

cartografia pretendida, facilitarão o trabalho das equipas que delimitarão a REN a nível municipal, ao mesmo tempo que diminui a margem para interpretações subjetivas por parte das entidades responsáveis pela apreciação da conformidade dos documentos produzidos.”

Para além disto, verificou-se existir igualmente no diploma em análise uma evolução de conceitos no que respeita às áreas das zonas costeiras a considerar para integração na REN, se bem que, na opinião daqueles autores, “(...) subsistam ainda problemas na definição de limites fundamentais como a “linha que limita o leito das margens do mar” ou a “linha de máxima preia-mar de águas vivas equinociais (LMPMAVE)”, e problemas terminológicos decorrentes da utilização de termos que não fazem parte do léxico geológico e geomorfológico correntemente utilizado pela comunidade científica.”

Um outro aspeto merecedor de advertências no anterior regime da REN tinha que ver com o problema da elaboração das cartas de REN, que na maioria das vezes não contribuíam para garantir a necessária “ (...) continuidade, representatividade e interligação entre as áreas delimitadas como REN junto à fronteira com os concelhos vizinhos”²⁴. Ainda que o novo Regime da REN tenha sido especialmente cauteloso com a questão da delimitação, através da introdução do conceito de orientações estratégicas que funcionam como diretrizes para a delimitação a nível municipal, e de estar expressamente prevista a competência das CCDR para aferirem a compatibilidade das delimitações propostas a nível municipal com aquelas mesmas orientações, a verdade é que as diferentes velocidades em que são feitas as propostas de delimitação nos vários municípios, bem como as variações na utilização das escalas em que tais delimitações podem ser realizadas, dificultam muitas vezes a tarefa de compatibilização, a que acresce o facto de as CCDR, em regra, não disporem de meios humanos que lhes permitam conferir *in loco* o rigor das propostas apresentadas.

Por outro lado, sendo certo que o novo regime jurídico da REN empreendeu um avanço imenso ao elencar todo um conjunto de ações compatíveis com os objetivos visados pela REN, é forçoso concluir que não introduziu nenhuma medida no sentido de potenciar esses mesmos objetivos e de proteger ativamente a Reserva Ecológica Nacional. Relembrando as palavras de André Espenica²⁵, “(...) parte das áreas da REN

²⁴ OLIVEIRA, Jorge, *idem*, 1997, p.42

²⁵ ESPENICA, André, *idem*, 1995

estão incluídas neste regime pela existência de determinados riscos que só podem ser combatidos com medidas positivas específicas e não com restrições genéricas.”

Outro aspeto curioso tem que ver com a promoção de *ações de sensibilização das populações quanto ao interesse e aos objetivos da REN*, competência atribuída à Comissão Nacional da REN (CNREN) e prevista no artigo 28.º n.º 2 alínea i). A este propósito, julgou-se oportuno questionar diretamente o secretariado técnico da Comissão Nacional da REN relativamente às ações de sensibilização efetivamente levadas a cabo por esta entidade (Anexo 14). A incredulidade ficou patente ao obter a seguinte resposta: *“A CNREN protelou a promoção de ações de sensibilização das populações para depois da plena vigência do DL n.º 166/2008, ou seja, para depois da publicação das orientações estratégicas de âmbito nacional e regional, na medida em que o regime jurídico estabelecido por este diploma legal difere do estabelecido pelo diploma revisto (DL n.º 93/90, de 19 de março, republicado pelo DL n.º 188/2006, de 6 de setembro), e porque, é expectável que as delimitações de REN enquadradas pelo DL n.º 166/2008 resultem também diferentes das que atualmente vigoram.”*

Parece-nos uma aberração que o desenvolvimento de ações de sensibilização das populações esteja dependente da publicação das orientações estratégicas (as quais, nos termos do n.º 1 do artigo 41.º do Decreto-Lei n.º 166/2008, de 22 de agosto, deviam ser elaboradas no prazo de um ano a contar da tomada de posse da CNREN, o que se verificou a 25 de maio de 2009, como resulta do despacho n.º 12208/2009, de 21 de maio, pese embora a composição da CNREN ter sofrido entretanto alterações resultantes da tomada de posse dos sucessivos governos constitucionais). Se é certo que as mesmas são relevantes do ponto de vista da delimitação, o mesmo já não se pode dizer no que toca a demonstrar o interesse e os objetivos da REN. E pior, se atendermos a que o Decreto-Lei n.º 166/2008 foi publicado em 22 de agosto de 2008, tendo entrado em vigor 30 dias depois, de acordo com o seu artigo 48.º, e que até à presente data não só não foram publicadas as orientações estratégicas, como também nada foi feito no que toca à questão da sensibilização, é no mínimo de questionar a eficiência da CNREN...

Ainda sobre este assunto, cumpre concluir que, dado o facto de as orientações estratégicas não terem sido publicadas até à data, o novo regime jurídico da REN não representa, para já, mais que uma miragem, tendo em conta que daquelas orientações depende toda a estrutura de delimitação da REN, mantendo-se até à sua publicação o procedimento previsto no artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 93/90, como inclusive decorre do artigo 41.º n.º 2 do Decreto-Lei n.º 166/2008.

Neste contexto, faz sentido invocar os resultados do pequeno inquérito realizado no âmbito deste estudo, (Anexos 12 e 13), no qual se pretendeu acima de tudo auscultar uma amostra da população, com vista a aferir a sensibilidade das pessoas relativamente à existência da REN e àquilo que a Reserva Ecológica pretende proteger. Para tal, foram selecionadas pessoas na faixa etária dos 20, 30, 40 e 50 anos (mais ou menos 10 pessoas para cada geração), solicitando-lhes que encaminhassem por sua vez o inquérito à sua lista de contactos.

De acordo com os resultados obtidos, (Anexo 13), concluiu-se que 97% dos inquiridos disse ser sensível às questões ambientais e 84% admitiu já ter ouvido falar da REN. Quando confrontados com a existência ou não de áreas de REN em Portugal, já só 79% respondeu afirmativamente, resposta que todavia se revelou falaciosa, na medida em que tendo sido solicitada a indicação de um exemplo de uma área integrada na REN, a percentagem mais elevada de respostas coincidentes (29%) referiu o Parque Nacional da Peneda Gerês. Percebe-se, pois, que as pessoas associam ou confundem a Reserva Ecológica Nacional com os Parques Nacionais, os quais no entanto são objeto de uma regulamentação própria, distinta do regime jurídico aplicável à REN. A comprovar o exposto, cita-se uma das justificações dadas no inquérito para a resposta negativa à hipótese de ser ou não admissível a construção de uma multinacional em área de REN: “Se o interesse da multinacional for legítimo e não houver implantações alternativas, dever-se-á procurar áreas alternativas para essa REN. É melhor cuidar dos vivos do que, à custa deles, combater a extinção de mais uma dos milhares (ou milhões) de espécies que têm sido naturalmente extintas pela evolução...”. Sem comentar a bondade da afirmação em causa, a verdade é que não deixa de traduzir uma grande confusão quanto ao conceito de REN... No mesmo sentido, outra resposta: “Ainda que seja uma mais-valia óbvia, desperdiçar 'vida' numa construção industrial é matar tudo aquilo por que existimos. Acredito que se devem encontrar locais próprios e disponíveis para se desenvolver indústrias que são necessárias, sim, mas sem ocupar espaço de vida animal selvagem e considerada essencial.”

Em sentido oposto, destaca-se a seguinte afirmação: “Sendo Eng.^a de Ambiente de formação, e, naturalmente, sensível às questões ambientais, estou também consciente da forma como foi delimitada a REN. Apesar da bondade do conceito, a delimitação foi feita sem ter em consideração critérios de valor ambiental e, em muitos casos, mesmo sem ter em consideração a situação atual do território, mas apenas a orografia, proximidade a cursos de água, etc. Deste modo, até uma delimitação tecnicamente mais

válida, julgo que nos casos de grande mais-valia económica será necessário avaliar caso a caso, fazendo uma análise custo-benefício.”

Contudo, no que se refere ao cariz proibicionista da REN e talvez por analogia com a realidade dos parques nacionais, a grande maioria dos inquiridos respondeu negativamente às hipóteses de admissibilidade de construção, no primeiro caso de uma multinacional, e no segundo, de habitação própria, em áreas de REN, sublinhando a primazia dos valores ambientais e dos interesses ecológicos em detrimento de interesses pessoais ou económicos.

Ainda assim, cumpre esclarecer que os inquéritos foram respondidos por pessoas que na sua maioria (71%) referiram ter como habilitações literárias a licenciatura, facto que não sendo conclusivo, pode sugerir uma maior familiaridade relativamente às questões ambientais.

Com efeito, extraíram-se conclusões distintas das entrevistas²⁶ levadas a cabo junto de alguns trabalhadores de explorações agrícolas na Veiga dos Bougados, na Trofa, alguns sem escolaridade e outros com escolaridade mínima, os quais quando confrontados com a existência da Reserva Ecológica Nacional, ou não conheciam a existência da mesma, ou já tinham ouvido falar, sabendo que nessas áreas não podiam “fazer nada”. Idênticos resultados foram igualmente observados no âmbito da entrevista realizada à Engenheira Cláudia Santos da Cooperativa dos Agricultores de Santo Tirso e Trofa, da qual se concluiu que, de acordo com o retorno dado pelos associados nas conversas mantidas com a cooperativa, os mesmos encaravam a REN como algo destinado à proteção dos “passarinhos”, não compreendendo o porquê das suas ações estarem condicionadas nessas áreas, uma vez que estão convictos de que a existência de uma atividade rural nas mesmas não pode prejudicar o ambiente. A este propósito foi também curioso ouvir que, para os associados, um dos piores “receios” consistia na constatação de que os seus terrenos pudessem estar integrados na REN, uma vez que tal era sinónimo de praticamente não os poderem utilizar!...

Não obstante as observações supra expostas, julga-se ainda pertinente analisar as observações feitas por Sidónio Pardal²⁷ a propósito do projeto-lei que antecedeu o Decreto-Lei n.º 166/2008, dadas as múltiplas reflexões empreendidas por este autor relativamente à REN e na sequência do que foi já referido no âmbito do Decreto-Lei n.º

²⁶ Não se transcreve o teor das entrevistas efetuadas por ter sido a condição para a realização das mesmas.

²⁷ PARDAL, Sidónio, *Parecer sobre a Proposta de Revisão do Regime Jurídico da REN* (2008). Acedido em 2 de maio de 2012, em http://www.estig.ipbeja.pt/~ac_direito/2_janeiro2008ren.pdf

93/90. Naturalmente, que só serão suscitadas as questões que transitaram da proposta de lei para o diploma legal ora em análise.

1. Caráter proibicionista e ações compatíveis

O autor começa por destacar a reafirmação de «*um princípio geral de proibição de determinados usos e ações*» em sentido indeterminado, para o que se invoca em termos vagos uma suposta proteção “ecológica e ambiental”. Considera ainda que este princípio impõe o abandono e a regeneração selvagem como base de um poder discricionário de autorização de “usos e ações compatíveis”, ou, por outras palavras, “(...) *a proibição liminar de construções ou de ampliações nas áreas incluídas na REN, aplicada como “regime geral”, mantém o disparate e as situações aberrantes que poderão ser obviadas ou agravadas pela condescendência ou pela intolerância dos juízos subjetivos das “Comissões”, através do enquadramento dessas ações como compatíveis.*” Neste sentido, conclui o autor: “*O poder absoluto caracteriza-se por chamar a si a capacidade de tudo proibir e de tudo permitir. A REN foi gerada com o fito de proporcionar aos seus mentores um poder absoluto sobre o território que se vem a alargar e sofisticar com as compatibilidades (...).*” (idem, 2008)

2. Regime económico-financeiro

Por outro lado, sublinha a referência feita pelo legislador à «*atribuição de apoios por programas de financiamento público*» para compensar os Municípios com áreas afetadas à REN, mas alerta para o facto de não serem explicitados os prejuízos e as menos-valias provocados pela aplicação do regime da REN, o que cria, no entendimento do autor, uma enorme confusão.

Neste contexto, considera igualmente surpreendente a ideia de ressarcir as menos-valias dos proprietários de terrenos abrangidos pelo regime da REN através de mecanismos de perequação compensatória em sede de PMOT, uma vez que esta ideia se afigura deslocada e praticamente inexecutável (a não ser em casos muito excecionais que, se tiverem sustentação e lógica económica, o Decreto-Lei n.º 316/2007 – que altera e republica o RJIGT - não impede).

3. Articulação com outros regimes

Considera que a REN se imiscui de forma “(...) *obscura e pleonástica (...)*” noutros regimes, como sejam o das áreas classificadas e a Lei da água, que já são objeto de regulamentação própria, facto que considera poder trazer ao sistema de planeamento uma confusão e uma complicação agravadas, “(...) *não obstante se pretender sustentar que assim se «concretiza a medida “Simplificar e racionalizar o regime jurídico da*

REN”, inscrita no SIMPLEX – Programa de Simplificação Legislativa e Administrativa».” (idem, 2008)

4. Carta de Valores e de Riscos

Reconhece o aproveitamento de uma ideia estruturante de estudos anteriores do autor, caracterizada pela identificação, demarcação e regulamentação de medidas e ações de salvaguarda de valores e de controlo e mitigação de riscos, confundindo, todavia, erradamente os valores e os riscos, sem trabalhar sobre as diferenças dos respetivos espaços, que exigem abordagens distintas. Considera o autor que os “(...) *espaços onde ocorrem valores, logicamente, não podem ter o mesmo regime geral que os espaços de risco, não obstante, a proposta, inadvertidamente, aplicar o mesmo regime a ambos, o que é absurdo. A proposta iria num sentido tolerável se agregasse, numa base informativa, os diversos espaços sujeitos a regimes de proteção e salvaguarda de recursos e valores naturais e se promovesse ajudas para a qualificação funcional e paisagística dos espaços rústicos, o que de todo não faz. Em vez disso, agrava a multiplicação de regimes, sem qualquer ação positiva e impondo a intrusão burocrática de poderes técnicos subjetivos, distantes dos sítios e que fatalmente irão atuar de forma cega e consequentemente arbitrária, preconceituosa e suscetível a fidelidades a grupos organizados a pretexto da “defesa da natureza” e a obediências ideológicas de caráter para-político.*” (idem, 2008)

5. Delimitação da REN

A distinção entre o nível estratégico, atribuído à Administração Central, e o nível operativo, atribuído aos Municípios, no âmbito da delimitação das áreas de REN é, no entendimento do autor, “(...) *um hábil artifício para permitir a reserva de um poder central, mais do que tutelar, absoluto, transferindo para os Municípios a tarefa manual e pesada de elaborar as cartas de demarcação das áreas da REN ditadas pelas CCDR. (...) Objetivamente, está-se, de uma forma subreptícia, a entregar ao aparelho da REN a faculdade e o poder de decidir sobre o estatuto da formação das áreas urbanizáveis, dando a quem tem a prerrogativa de estabelecer as “referências” e de, em última instância, impor os traçados da REN por pareceres técnicos vinculativos o poder de dar ou sonegar o direito de urbanizar espaços rústicos e, portanto, de viabilizar ou inviabilizar investimentos e empreendimentos imobiliários.*” (idem, 2008)

6. Ausência de definição de resultados

Por fim, Sidónio Pardal faz ainda referência a um aspeto que nos parece fundamental no quadro de um estado de Direito, que se quer transparente e fidedigno, e

que tem que ver com o facto de o regime da REN nunca especificar concretamente os seus fins e não se comprometer com resultados — não sendo, portanto e no entendimento do autor, passível de uma monitorização e avaliação. Nesta conformidade, constitui-se como “ (...) um *regime marginal que alimenta um poder quase arbitrário sobre uma parte significativa da economia do território que as comissões podem seleccionar e agarrar com ampla margem de escolha.*”.

CONCLUSÃO

Em jeito de conclusão, pode-se dizer que foram necessários 25 anos para se começar a compreender com alguma clareza de que se fala quando se fala de Reserva Ecológica Nacional.

A partir do conceito de REN agora em vigor percebe-se que esta pretende, enfim, proteger os recursos naturais água e solo, preocupando-se essencialmente com a proteção do litoral, com a sustentabilidade do ciclo hidrológico terrestre e com a prevenção de riscos naturais.

O caminho foi mais facilitado no que respeita à RAN, uma vez que desde sempre esteve em causa a ideia de preservar do uso não agrícola, nomeadamente, urbanístico, os solos considerados como de maior aptidão para a agricultura. Para tal, teve o legislador que lançar mão de critérios agronómicos, com vista a delimitar os terrenos mais qualificados, protegendo-os de outras utilizações, sob pena de comprometer a sua utilização no futuro. Tais critérios, ainda que nem sempre consensuais, correspondem a uma primeira fase da prossecução dos objetivos visados pela RAN, com base nos quais se passou depois a definir as áreas a integrar e a excluir na Reserva Agrícola, através de um processo de delimitação. Depois de cumprida esta tarefa, definiu o legislador uma regra geral de proibição de utilizações não agrícolas nas áreas incluídas na RAN, admitindo tão-só um conjunto restrito de ações compatíveis.

Idêntico raciocínio foi também aplicado à REN - o que não surpreende dado o paralelismo existente entres estes dois regimes jurídicos! -, cujos meios empregues para proteger aqueles recursos naturais se traduzem, por um lado, na delimitação das áreas consideradas objeto de proteção especial, pelo valor e sensibilidade ecológicos ou pela exposição e suscetibilidade perante riscos naturais que demonstram e, por outro lado, no condicionamento à utilização, à ocupação e transformação dos mesmos, através da definição de ações proibidas e de ações compatíveis com os objetivos que a REN tutela.

No entanto, e como resulta do presente estudo, foram necessários muitos anos e sucessivas alterações legislativas para que os regimes jurídicos da RAN e da REN se comessem progressivamente a tornar mais flexíveis, assimilando as sugestões, as críticas e as reflexões que ao longo dos tempos foram apontadas por diversos autores. A pertinência das críticas apontadas à RAN e à REN é desde logo perceptível na progressiva pormenorização e rigor dos conceitos; na definição de usos compatíveis; na articulação da RAN e da REN com regimes jurídicos conexos; entre outros.

A este propósito, deixa-se uma palavra especial no que respeita à utilização de conceitos indeterminados, tantas vezes apontada no âmbito destes dois regimes. Esta técnica legislativa, longe de surtir os efeitos pretendidos, o mais que consegue é gerar discrepâncias e uma geral falta de entendimento relativamente aos objetivos visados, pelo que deve ser francamente repudiada. Como refere sabiamente Alain Bourdin²⁸, “(...) quando os conceitos vagos levam a melhor, até se estruturarem os conceitos do urbanismo, vamos a caminho da catástrofe. Em primeiro lugar, porque eles veiculam convicções ou crenças e porque o seu sucesso reforça este caráter, antagónico a um processo de questionamento e de análise; de seguida, porque o caráter frequentemente muito abrangente das palavras vagas torna fácil a afirmação perentória e difícil para a construção de um raciocínio circunstanciado; e finalmente porque eles dissimulam por vezes preconceitos cognitivos sobre os quais já ninguém se interroga.” Sem pôr em causa a dificuldade em escolher os melhores meios para se poder proteger bens essenciais, que são de todos, a verdade é que, do estudo efetuado, somos forçados a concluir que devia haver um maior esforço de objetividade e pragmatismo naquilo que concretamente é expectável da aplicação de um determinado conjunto de normas. A não ser assim, a lei fica descredibilizada e esvaziada do seu conteúdo prático, subsistindo à margem da comunidade para que no fundo foi criada. Julgamos ser este mesmo o grande problema de ambos os regimes jurídicos em presença, muito embora se considerem válidos e oportunos os seus intentos.

Para além deste, muitos são os aspetos que ainda hoje causam perplexidade no âmbito destes dois regimes, alguns deles já atrás referidos, mas agora de novo frisados.

Em primeiro lugar, não se compreende que, ao visarem, segundo resulta da letra da lei, a proteção da água e do solo, não se comprometam com um conjunto sério de resultados a atingir, os quais possam ser monitorizados e avaliados, de forma, não só a garantir o propósito do diploma, como também a permitir credibilizar a RAN e a REN junto da população e dos organismos internacionais relevantes nestas matérias.

Ainda neste contexto, cumpre voltar a referir a inexistência da definição de medidas positivas de salvaguarda daqueles recursos, isto porque, como resulta do bom senso básico e foi por diversas vezes afirmado por vários autores, os objetivos que a RAN e a REN pretendem acautelar passam em muito maior escala por ações a realizar pelo próprio Estado, do que pelo condicionamento e pela mera proibição de utilização

²⁸ BOURDIN, Alain, *O urbanismo depois da crise*, Livros Horizonte, (2011), p.22

de determinadas áreas. É, pois, imperativo, abandonar-se a ideia da proteção pela proibição e fazê-la anteceder de medidas concretas de preservação do litoral, de prevenção de riscos naturais e de garantia do ciclo hidrológico, no caso da REN, e do solo agrícola, no caso da RAN.

Por outro lado, cumpre lembrar o problema da delimitação das áreas da RAN e da REN, uma vez que os objetivos visados por estas reservas não se compadecem com a existência de fronteiras administrativas, mas sim com a realidade delineada pelas “fronteiras” naturais. Este facto cria, todavia, inúmeras dificuldades na sua concretização, na medida em que, como se referiu, a delimitação da RAN e da REN é uma tarefa que na prática está atribuída aos municípios, os quais por sua vez se preocupam apenas com as áreas incluídas nas suas fronteiras geográficas, ignorando outro tipo de preocupações, que deveriam ser centrais se se quisesse efetivamente dar cumprimento aos ditames destes regimes jurídicos...

Outro aspeto a destacar: tendo o legislador optado, como se viu, pela definição de um regime proibicionista, agora mitigado com a admissibilidade de usos e ações compatíveis, parece-nos incompreensível a quase inexistência de iniciativas com vista à sensibilização das populações para esta realidade. À luz deste contexto, não é de estranhar a confusão gerada em torno de REN e que pôde ser percecionada, como supra se referiu, nos inquéritos realizados, dos quais se pode concluir que a maior parte das pessoas associa a ideia de Reserva Ecológica Nacional à de Parques Nacionais, os quais, como se sabe, são objeto de uma legislação específica distinta do diploma aqui em análise.

Para além disto, também no âmbito das entrevistas efetuadas resultou claro existir uma quase “aversão” por parte dos proprietários de terrenos inseridos em REN ao regime jurídico da mesma, já que ainda se associa muito esta figura à ideia do proibicionismo ao nível das construções e, como tal, a uma limitação ao próprio direito de propriedade. Com efeito, e como reconhece Ricardo Magalhães, citado por Inês Costa Pessoa²⁹, “ (...) com o andar do tempo, a Reserva Ecológica transformou-se numa mera e redutora condicionante da ocupação e uso do território, no contexto dos PDM. Foi-se perdendo, gradualmente, o sentido de Recurso que esteve na sua génese.”. Sobretudo durante o período de vigência do DL n.º 93/90, a REN nem sempre

²⁹ PESSOA, Inês Costa, *Reserva Ecológica Nacional: Dois Olhares*, LVT: Lisboa e Vale do Tejo, n.º 1, (2005), p.27-31.

– ou poucas vezes – foi eficaz na salvaguarda dos valores ecossistémicos e na viabilização de atividades de conservação da natureza, de que são exemplo as florestas, e na recuperação e qualificação paisagísticas, em grande medida devido à escala e aos termos com que operou e ao conhecimento pouco aprofundado de certos domínios vertidos na lei. Estes e outros motivos levaram inclusive a que autores como Sidónio Pardal³⁰ tenham sido implacáveis nas críticas tecidas à REN, considerando que esta se limitou a impedir a urbanização e a construção nos terrenos demarcados, nada propondo sobre o Ordenamento do Território, a regulação do mercado imobiliário e o incremento da qualidade dos planos e projetos arquitetónicos e paisagísticos dos empreendimentos. Forma de obstar a todas estas críticas poderá passar, na senda do afloramento que a este respeito já se encontra vertido no DL n.º 166/2008, pelo esforço de articulação coerente e integradora com outros regimes jurídicos e, idealmente, afirmar, na prática, a REN como parte integrante e principal de uma Estrutura Ecológica, tal como prevista no RJGT.

Finalmente, cabe-nos interrogar qual a real importância dos objetivos subjacentes à RAN e à REN, tendo em conta que na prática se verifica uma maior expressividade das exceções ao regime do que propriamente das suas regras gerais; que a fiscalização é pouco significativa e que são inexpressivos os casos em que efetivamente se observa a prerrogativa de reposição das situações anteriores à prática de infrações; e que abundam exemplos das constantes desafetações de que estas reservas são alvo, na grande maioria dos municípios portugueses...É certo, que há interesses que devem ser tutelados e, como supra se referiu, um proibicionismo taxativo e cego nunca será a melhor política. No entanto, se consideramos que determinada área é essencial para garantir a proteção de determinados recursos naturais e depois a desafetamos para outros interesses totalmente incompatíveis com estes, e não os punimos devidamente de acordo com os mecanismos existentes, diplomas como os que nos serviram de estudo tornam-se incompreensíveis.

Ainda assim, citando Pascal, “tudo o que é incompreensível, nem por isso deixa de existir.”

³⁰ *O descalabro agrava-se com o embuste da dita Reserva Ecológica Nacional, que mais não é do que um habilidoso estratagema de assalto ao poder de decisão sobre a doação ou sonegação de mais-valias imobiliárias. A REN não protege coisa alguma, apenas chama a si a autoridade de decidir sobre a urbanização e a construção em geral com uma argumentação espúria, in A Apropriação do Território – Crítica aos diplomas da RAN e da REN, editado pela Ordem dos Engenheiros, (2006). pag.27*

LISTA DE REFERÊNCIAS

- ALBERGARIA, Cláudia, *Um olhar crítico sobre o conceito e a prática da Reserva Ecológica Nacional*, Dissertação de Mestrado, Porto, (2006).
- BASSO, Vilma, *Reserva Agrícola Nacional: Notas e Reflexões sobre o regime jurídico vigente*, Revista de Administração Local, n.º 207, (2005), p.261-265.
- CAETANO, Marcello, *Manual de Direito Administrativo*, Almedina, Coimbra, 1980
- BOURDIN, Alain, *O urbanismo depois da crise*, Livros Horizonte, (2011)
- COMISSÃO de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, *Delimitação da Reserva Ecológica Nacional*, (2009). Acedido em 23 de fevereiro de 2012, <http://www.ccdr-n.pt/fotos/editor2/imported/www.ccr-norte.pt/ordenamento/guiaren.zip>
- COOPERATIVA dos Agricultores dos Concelhos de Santo Tirso e Trofa, CRL, *Plano de Adaptação Ambiental das Explorações Pecuárias do Concelho da Trofa*, Trofa, (2006).
- ESPENICA, André, *Reserva Ecológica Nacional: Um instrumento original, ambicioso e...útil?*, Sociedade e Território, Revista de Estudos Urbanos e Regionais, n.º 22, Ed. Afrontamento, (1995), p. 110-111.
- FACULDADE de Ciências e Tecnologias da Universidade Nova de Lisboa, *Elaboração de orientações estratégicas de âmbito nacional – Recursos Hídricos Superficiais*, (2010). Acedido em 03/06/2012 http://cnren.dgotdu.pt/cnren/Documents/Documentos%20Públicos/RelatóriosDomínioTemático/RelatórioRHSuperficiais_Set2010.pdf
- FERNANDEZ, Elizabeth, *A Reserva Agrícola e Ecológica Nacional como vínculos ambientais que restringem o uso dos solos: Discussão acerca da sua ressarcibilidade*, Revista de Direito do Ambiente e Ordenamento do Território, n.º 2, (1996), p.43-58.
- FOLQUE, André, *Solos Florestais e Reserva Agrícola Nacional*, Revista Jurídica do Urbanismo e do Ambiente, Coimbra, (2007), p.9-31.
- FONSECA, Guilherme, *A reserva ecológica nacional e a jurisprudência do tribunal constitucional: Um exemplo de lei inoperante*, Os magistrados e a proteção do património natural e cultural: Comunicações apresentadas no colóquio

realizado no Governo Civil de Braga em 14 de junho de 1996, integrado nas comemorações do 25.º aniversário do Parque Nacional da Peneda - Gerês, (1996), p.37-50.

FUNDAÇÃO da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, *Consultadoria no âmbito da elaboração do nível estratégico da REN – Litoral e Instabilidade de Valores – Relatório final*, DGOTDU, (2010). Acedido em 03/06/2012, em

http://cnren.dgotdu.pt/cnren/Documents/Documentos%20Públicos/RelatóriosDomínioTemático/RelatórioLitoralVertentes_Set2010.pdf

LARANJEIRA, Maria Manuela; TELES, Virgínia, *Melhoria da funcionalidade Ecológica num Território Fragmentado. Crítica à Reserva Ecológica Nacional*, *Geo-Working Papers, Série Investigação 2005/4*, Universidade do Minho, (2005).

MAGALHÃES, Manuela Raposo, *A Arquitetura Paisagista – morfologia e complexidade*, Editorial Estampa, (2001)

MASSENHO, Manuel David, *Da afetação de terrenos agrícolas no Direito português: a Reserva Agrícola Nacional*, *Revista Jurídica do Urbanismo e do Ambiente*, n.º 4, Coimbra, (1995), p. 319 e ss.

MINISTÉRIO da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território, *Planta de Condicionantes da Trofa, Acesso Simples*. Acedido em 20 de novembro de 2011,

<http://www.dgotdu.pt/SNITAcessoSimples/plantas.aspx?CCDR=NORTE&CONCID=1318&CONCNAME=TROFA&TI=PDM&IDIGT=203>

MINISTÉRIO da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território, *Esquema Nacional de Referência*. Acedido em 12 de março de 2012, em

http://cnren.dgotdu.pt/cnren/Documents/Documentos%20Públicos/RelatóriosDomínioTemático/REN_ENR_Out2010.pdf

MOREIRA, Júlio, *Quem tem medo da reserva agrícola nacional”?*, *Poder Local*, n.º 35, (1983), p.58-63.

OLIVEIRA, Fernanda Paula, *A Reserva Ecológica Nacional e o Planeamento do Território: a necessária consideração integrada de distintos interesses públicos*, *Revista Jurídica do Urbanismo e do Ambiente*, n.º 27/28, Coimbra, (2007), p. 33-52.

- OLIVEIRA, Jorge, *A Reserva Ecológica Nacional: A Contribuição da Geografia para a eficácia deste instrumento no planeamento e ordenamento do território*, Dissertação de Mestrado, Porto, (1997).
- PARDAL, Sidónio, *A Apropriação do Território – Crítica aos diplomas da RAN e da REN*, editado pela Ordem dos Engenheiros, (2006).
- PARDAL, Sidónio, *Parecer sobre a Proposta de Revisão do Regime Jurídico da REN* (2008). Acedido em 2 de maio de 2012, em http://www.estig.ipbeja.pt/~ac_direito/2_janeiro2008ren.pdf
- PARDAL, Sidónio, *Planeamento do Espaço Rústico (As irracionalidades da RAN e da REN)*, Edição de ADISA – Instituto Superior de Agronomia e CESUR – Instituto Superior Técnico, Lisboa, (2002).
- PEREIRA, Ana Ramos; RAMOS, Catarina; LARANJEIRA, Manuela, *A reserva ecológica nacional: sua importância para o ambiente e o ordenamento do território*, *Finisterra: Revista Portuguesa de Geografia*, n.º 70, (2000), p.7-40.
- PESSOA, Inês Costa, *Reserva Ecológica Nacional: Dois Olhares*, *LVT*, n.º 1, (2005), p.27-31.
- PROCURADORIA - Geral Distrital de Lisboa, Decreto-Lei n.º 73/2009, atualizado e referenciado. Acedido em 2 de dezembro de 2011, em http://www.pgdlisboa.pt/pgdl/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=1070&tabela=leis&ficha=1&pagina=1&
- PROCURADORIA-Geral Distrital de Lisboa, Decreto-Lei n.º 166/2008, atualizado e referenciado. Acedido em 2 de dezembro de 2011, em http://www.pgdlisboa.pt/pgdl/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=1058&tabela=leis&ficha=1&pagina=1&
- SILVA, Victor, *O regime da Reserva Ecológica Nacional*, *Poder Local*, n.º 143, (2003), p.40-43.

LEGISLAÇÃO:

Constituição da República Portuguesa

Lei da Água – Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro. Acedido em 14 de maio de 2012

<http://dre.pt/pdf1sdip/2005/12/249A00/72807310.pdf>

Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial – Decreto-Lei n.º 389/99, de 22 de setembro. Acedido em 14 de maio de 2012, em

<http://dre.pt/pdf1sdip/1999/09/222A00/65906622.pdf>

Decreto-Lei n.º 149/99, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 49/2005, que transpôs para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º [79/409/CEE](#), do Conselho, de 2 de abril, relativa à conservação das aves selvagens (diretiva aves) e da Diretiva n.º [92/43/CEE](#), do Conselho, de 21 de maio, relativa à preservação dos habitats naturais e da fauna e da flora selvagens (diretiva habitats). Acedido em 14 de maio de 2012, em

<http://dre.pt/pdf1sdip/2005/02/039A00/16701708.pdf>

REN

Decreto-Lei n.º 321/83, de 5 de julho. Acedido em 12/01/2012, em <http://dre.pt/pdf1sdip/1983/07/15200/24252427.pdf>

Decreto-Lei n.º 411/83, de 23 de novembro. Acedido em 12/01/2012, em

<http://dre.pt/pdf1sdip/1983/11/27000/38703871.pdf>

Decreto-Lei n.º 93/90, 19 de março. Acedido em 12/01/2012, em

<http://dre.pt/pdf1sdip/1990/03/06500/13501354.pdf>

Decreto-Lei n.º 316/90, de 13 de outubro. Acedido em 12/01/2012, em

<http://dre.pt/pdf1sdip/1990/10/23700/42754276.pdf>

Decreto-Lei n.º 213/92, de 12 de outubro. Acedido em 12/01/2012, em

<http://dre.pt/pdf1sdip/1992/10/235A00/47594762.pdf>

Decreto-Lei n.º 79/95, de 20 de abril. Acedido em 12/01/2012, em

<http://dre.pt/pdf1sdip/1995/04/093A00/22552255.pdf>

Decreto-Lei n.º 203/2002, de 1 de outubro. Acedido em 12/01/2012, em

<http://dre.pt/pdf1sdip/2002/10/227A00/66446645.pdf>

Decreto-Lei n.º 180/2006, de 6 de setembro. Acedido em 12/01/2012, em

<http://dre.pt/pdf1sdip/2006/09/17200/65516578.pdf>

Decreto-Lei n.º 166/2008, de 22 de agosto. Acedido em 12/01/2012, em

<http://dre.pt/pdf1sdip/2008/08/16200/0586505884.pdf>

Declaração de Retificação n.º 75-A/2006, de 3 de novembro. Acedido em 12/01/2012, em

<http://dre.pt/pdf1sdip/2006/11/21202/00180021.pdf>

Declaração de Retificação n.º 76/2006, de 6 de novembro. Acedido em 12/01/2012,

<http://dre.pt/pdf1sdip/2006/11/21300/77187720.pdf>

Declaração de Retificação n.º 63-B/2008, de 21 de outubro. Acedido em 12/01/2012,

<http://dre.pt/pdf1sdip/2008/10/20401/0000200006.pdf>

Portaria n.º 1356/2008, de 28 de novembro. Acedido em 20/02/2012, em

<http://dre.pt/pdf1sdip/2008/11/23200/0856108570.pdf>

Portaria n.º 1247/2008, de 4 de novembro. Acedido em 20/02/2012, em

<http://dre.pt/pdf1sdip/2008/11/21400/0769107691.pdf>

Despacho n.º 12208/2009, de 21 de maio. Acedido em 15/06/2012, em

<http://dre.pt/pdf2sdip/2009/05/098000000/2044220442.pdf>

Despacho n.º 11137/2010, de 7 de julho. Acedido em 15/06/2012, em

<http://dre.pt/pdf2sdip/2010/07/130000000/3674636746.pdf>

Despacho n.º 15483/2010, de 14 de outubro. Acedido em 15/06/2012, em

<http://dre.pt/pdf2sdip/2010/10/200000000/5079450794.pdf>

Despacho n.º 7581/2012, de 1 de junho. Acedido em 15/06/2012, em

<http://dre.pt/pdf2sdip/2012/06/107000000/1995419955.pdf>

RAN

Decreto-Lei n.º 451/82, de 16 de novembro. Acedido em 24/01/2012, em

<http://dre.pt/pdf1sdip/1982/11/26500/38283832.pdf>

Decreto-Lei n.º 196/89, de 14 de junho. Acedido em 24/01/2012, em

<http://dre.pt/pdf1sdip/1989/06/13400/23182327.pdf>

Decreto-Lei n.º 274/92, de 12 de dezembro. Acedido em 24/01/2012, em

<http://dre.pt/pdf1sdip/1992/12/286A00/56845685.pdf>

Decreto-Lei n.º 278/95, de 25 de outubro. Acedido em 24/01/2012, em

<http://dre.pt/pdf1sdip/1995/10/247A00/66196621.pdf>

Decreto-Lei n.º 73/2009, de 31 de março. Acedido em 24/01/2012, em

<http://dre.pt/pdf1sdip/2009/03/06300/0198802000.pdf>

Portaria n.º 162/2011, de 18 de abril. Acedido em 20 de abril de 2012, em

<http://dre.pt/pdf1sdip/2011/04/07600/0232702332.pdf>

ANEXOS

Anexo 1 – Anexo ao Decreto-Lei nº 196/89, de 14 de Junho

2326

DIÁRIO DA REPÚBLICA — I SÉRIE

N.º 134 — 14-6-1989

Anexo a que se refere o n.º 2 do artigo 2.º

Classe A

Solos com capacidade de uso muito elevada, com poucas ou nenhuma limitação, sem riscos de erosão ou com riscos ligeiros, susceptíveis de utilização agrícola intensiva e de outras utilizações.

Inclui solos:

- Com elevada ou moderada capacidade produtiva;
- De espessura efectiva mediana ou grande (mais de 45 cm);
- Com fraca ou moderada erodibilidade;
- Planos ou com declives suaves ou moderados (0%-8%);
- Bem ou moderadamente supridos de elementos nutritivos ou reagindo favoravelmente ao uso de fertilizantes;
- Bem providos de água durante todo o ano, mas podendo ser deficientes durante a maior parte da estação seca; a capacidade de água utilizável é, em geral, elevada; as culturas durante o período Outono-Primavera não são afectadas por deficiências de água no solo ou apenas o são ocasionalmente;
- Bem drenados e não sujeitos a inundações ou sujeitos a inundações ocasionais, de modo que as culturas só raramente são afectadas por um excesso de água no solo;
- Sem elementos grosseiros e afloramentos rochosos ou com percentagem de tais elementos que não afecte a sua utilização nem o uso de maquinaria;
- Não salinos ou alcalinos.

Podem apresentar algumas limitações ligeiras.

As principais são as seguintes:

- Espessura efectiva não muito grande (nunca inferior a 45 cm);
- Riscos de erosão ligeiros, podendo o solo ser defendido com práticas muito simples;
- Declives moderados (até 8%);
- Menor abundância de elementos nutritivos ou reagindo menos favoravelmente ao uso de fertilizantes;
- Deficiência de água na maior parte da estação seca;
- Ligeiro excesso de água durante períodos curtos (correspondentes a períodos excepcionalmente chuvosos ou a inundações ocasionais);
- Estrutura um pouco desfavorável ou certa dificuldade de serem trabalhados (grande esforço de tracção e ou períodos de sação curtos).

Classe B

Solos com capacidade de uso elevada, limitações moderadas, riscos de erosão, no máximo, moderados, susceptíveis de utilização agrícola moderadamente intensiva e de outras utilizações.

Apresentam maior número de limitações e restrições de uso que os solos da classe A e necessitam de uma exploração mais cuidadosa, incluindo práticas de conservação mais intensivas. O número de culturas que se podem realizar é, em princípio, mais reduzido que na classe A, bem como o número de alternativas para a sua utilização.

As principais limitações podem resultar de qualquer dos seguintes factores:

- Espessura efectiva reduzida (embora nunca inferior a 35 cm);
- Riscos de erosão moderados exigindo práticas de defesa mais intensivas que na classe A;
- Declives moderadamente acentuados (até 15%);
- Mediana a baixa fertilidade ou reacção menos favorável ao uso de fertilizantes;
- Deficiência de água durante o período seco estival; durante o período Outono-Primavera as culturas são frequentemente afectadas por deficiências de água no solo, o que resulta de uma capacidade de água utilizável mediana ou baixa;
- Excesso de água no solo resultante de uma drenagem insuficiente ou de prováveis inundações, afectando algumas vezes as culturas;
- Quantidade variável de elementos grosseiros ou afloramentos rochosos limitando a sua utilização por afectarem, embora não impedindo, o uso de maquinaria;
- Ligeira salinidade e ou alcalinidade que afecte, mas não impeça, as culturas mais sensíveis.

Classe C

Solos com capacidade de uso mediana, limitações acentuadas, riscos de erosão, no máximo, elevados, susceptíveis de utilização agrícola pouco intensiva e de outras utilizações.

O número de limitações e restrições de uso é maior do que na classe B, necessitando de uma exploração ainda mais cuidadosa ou de práticas de conservação mais complexas. O número de culturas e de alternativas de exploração é também, em princípio, mais reduzido.

As principais limitações podem resultar de qualquer dos seguintes factores:

- Reduzida espessura efectiva (nunca inferior a 25 cm);
- Severos riscos de erosão;
- Severos efeitos de erosão;
- Declives acentuados (até 25%);
- Baixa fertilidade de difícil correcção ou reacção muito pouco favorável ao uso de fertilizantes;
- Deficiência de água durante o período seco estival; durante o período Outono-Primavera as culturas são mais frequentemente afectadas por deficiências de água utilizável muito baixa;
- Excesso de água no solo resultante de uma drenagem imperfeita ou de inundações frequentes (embora só em determinada época do ano), afectando muito frequentemente as culturas;
- Quantidade variável de elementos grosseiros ou de afloramentos rochosos limitando a sua utilização por impedirem o uso da maquinaria mais sensível;
- Moderada salinidade e ou alcalinidade; as culturas sensíveis são muito afectadas; praticamente só as culturas resistentes são susceptíveis de serem cultivadas.

Classe D

Solos com capacidade de uso baixa, limitações severas, riscos de erosão, no máximo, elevados a muito elevados; não susceptíveis de utilização agrícola, salvo casos muito especiais; poucas ou moderadas limitações para pastagem, explorações de matos e exploração florestal.

As limitações que apresentam restringem o número de culturas, não sendo a cultura agrícola praticamente viável; admite-se a possibilidade de, em casos excepcionais e em condições especiais, serem cultivados durante períodos não muito longos, mas sempre sujeitos a grandes restrições.

As principais limitações podem resultar de qualquer dos seguintes factores:

- Espessura efectiva não muito reduzida (nunca inferior a 15 cm);
- Riscos de erosão elevados a muito elevados;
- Severos a muito severos efeitos de erosão;
- Declives acentuados a muito acentuados;
- Deficiências de água durante o período seco estival; durante o período Outono-Primavera só ocasionalmente a água do solo é suficiente para as culturas; os solos apresentam uma capacidade de água utilizável muito baixa;
- Excesso de água durante grande parte ou todo o ano que impede ou limita muito a sua utilização agrícola, mas não impedindo ou limitando pouco a sua utilização com pastagem, exploração de matos ou exploração florestal; o excesso de água pode resultar de uma drenagem pobre ou muito pobre ou de inundações frequentes e de distribuição irregular;
- Grande quantidade de elementos grosseiros ou afloramentos rochosos que limitam muito a utilização do solo por impedirem o uso de maquinaria pesada e dificultarem o uso da restante;
- Moderada e elevada salinidade e ou alcalinos; não são possíveis as culturas sensíveis e as resistentes são muito afectadas, embora não sejam totalmente impedidas.

Classe E

Solos com capacidade de uso muito baixa, limitações muito severas, riscos de erosão muito elevados, não susceptíveis de uso agrícola; severas a muito severas limitações para pastagens, explorações de matos e exploração florestal; em muitos casos o solo não é susceptível de qualquer utilização económica; nestes casos pode destinar-se a vegetação natural ou floresta de protecção ou recuperação.

As principais limitações podem resultar dos seguintes factores:

- Espessura efectiva excepcionalmente reduzida (inferior a 15 cm);
- Riscos de erosão muito elevados;
- Efeitos de erosão severos a muito severos;
- Declives muito acentuados;
- Deficiência de água durante praticamente todo o ano, exceptuando-se apenas o período de chuvas;

Excesso de água durante grande parte ou todo o ano, limitando muito severamente ou mesmo impedindo o seu aproveitamento como pastagem e ou exploração florestal; o excesso de água pode resultar de um nível freático superficial (drenagem muito pobre) ou de inundações muito frequentes e de distribuição irregular;

Afloramentos rochosos ou elementos grosseiros em tal percentagem que limitam ou impedem mesmo qualquer utilização do solo;

Elevada salinidade e ou alcalinidade; só a vegetação natural muito resistente consegue vegetar.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Portaria n.º 432/89

de 14 de Junho

A Portaria n.º 95/87, de 10 de Fevereiro, foi relevante na educação de adultos, na medida em que introduziu o processo de avaliação contínua dos participantes dos cursos de educação de base de adultos, ao nível dos 1.º e 2.º ciclos do ensino básico.

A nova regulamentação dos cursos nocturnos do 2.º ciclo do ensino básico torna necessária a reformulação da referida portaria, tendo em vista os cursos respeitantes ao 1.º ciclo do ensino básico.

Enquadrando-se no espírito do Ano Internacional da Alfabetização (1990), que visa a eliminação do analfabetismo até ao fim do século, pretende a presente portaria impulsionar os referidos cursos no sentido de atenuar as clivagens e os níveis educativos das camadas mais jovens e dos adultos, contribuindo assim para um maior diálogo e equilíbrio da sociedade.

Tendo em conta os n.ºs 1 do artigo 1.º e 3 do artigo 2.º e o artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 489/73, de 2 de Outubro, o n.º 1 do artigo 1.º da Lei n.º 3/79, de 10 de Janeiro, e o n.º 4 do artigo 4.º e o artigo 23.º da Lei n.º 46/86, de 14 de Outubro:

Manda o Governo, pelo Ministro da Educação, o seguinte:

1 — Os cursos de educação de base de adultos, ao nível do 1.º ciclo do ensino básico, destinam-se a indivíduos cuja idade já não lhes permita a sua frequência no ensino regular.

2 — Os cursos referidos no número anterior serão definidos anualmente por despacho dos directores regionais de educação.

3 — Consideram-se objectivos gerais dos cursos de educação de base de adultos:

3.1 — Desenvolver a capacidade de comunicar através de diversas formas de linguagem, como forma de expressão, de relação e de participação na vida social;

3.2 — Desenvolver a capacidade de análise e reflexão crítica, possibilitando a auto-identificação como agente transformador do meio e da cultura, considerando os valores humanos que devem orientar e dirigir essa transformação;

3.3 — Desenvolver a capacidade de adquirir e usar conhecimentos relacionados com as necessidades e experiência dos adultos, com as exigências do mundo actual e de modo a permitir o prosseguimento de estudos no sistema formal e não formal;

3.4 — Desenvolver atitudes positivas face à formação e à necessidade de aperfeiçoamento e de valorização pessoal e social, numa perspectiva de educação permanente.

4 — Estes cursos deverão proporcionar ao adulto:

4.1 — Captar o essencial de mensagens orais, tais como conversas, programas de rádio e de televisão, palestras, discursos, exposições e debates;

4.2 — Emitir mensagens orais, designadamente em conversas, debates, exposições, discussões, relatos, reuniões, pedidos de informação e apresentação de questões;

4.3 — Captar o essencial de mensagens gráficas, tais como cartas, anúncios, cartazes, jornais, bandas desenhadas, relatórios, gráficos, mapas, escalas, impressos, legendas em programas de televisão e em filmes, formulários, boletins e avisos;

4.4 — Emitir mensagens gráficas, como, por exemplo, telegramas, postais, cartas, resumos, relatórios, requerimentos, actas, exposições, formulários, impressos, boletins, avisos e esquemas;

4.5 — Resolver problemas do quotidiano pelo recurso às operações fundamentais, técnicas e instrumentos de cálculo, como, por exemplo, cálculo de despesas;

4.6 — Adquirir e usar conhecimentos no âmbito das áreas curriculares definidas, consciente da complementaridade dos saberes;

4.7 — Adquirir hábitos de relação e decisão, leitura, pesquisa, análise e outros que lhe permitam informar-se, utilizar a informação, formular juízos críticos e continuar a aprender.

5 — A estrutura curricular dos cursos mencionados no n.º 1 contempla as áreas de Português, Matemática e Mundo Actual, cujos conteúdos constam de programas referenciais.

6 — Sempre que se provar adequado, a Direcção-Geral de Extensão Educativa organizará currículos alternativos para grupos específicos da população, de nível equivalente e correspondente aos referidos no número anterior.

7 — O programa de aprendizagem específico para cada curso é organizado numa perspectiva pluridisciplinar e integrada em função:

7.1 — De uma avaliação diagnóstica e do reconhecimento dos saberes adquiridos;

7.2 — Dos interesses e necessidades dos adultos e da comunidade;

7.3 — Da interdisciplinaridade e da articulação com outras actividades culturais e profissionais;

7.4 — Das áreas curriculares expressas no n.º 5.

8 — A avaliação, tendo por função verificar se foram atingidos os objectivos definidos para os cursos de educação de base, a nível do 1.º ciclo do ensino básico, reveste duas formas:

8.1 — Contínua, para os que tenham frequentado os cursos durante um mínimo de 150 horas ou 60 dias;

8.2 — Final, para os que a requeiram como autopropostos.

9 — Avaliação contínua:

9.1 — A avaliação contínua deverá efectuar-se tendo em atenção o uso de critérios de competência;

9.2 — São instrumentos da avaliação contínua:

O *dossier* de trabalho do adulto;

O processo individual do adulto;

9.3 — Do *dossier* de cada adulto deverá constar todo o material por ele utilizado e realizado, de acordo com os programas de aprendizagem estabelecidos inicialmente para o grupo;

Anexo 2 – Anexo I e II ao Decreto-Lei nº 73/2009, de 31 de Março

ANEXO I

(a que se refere o n.º 4 do artigo 6.º)

Aptidão para uso agrícola genérico

Classe A1

Aptidão elevada

Terras com produtividade elevada e custos relativamente baixos para aplicação sustentada do uso em questão, devido a limitações nulas ou pouco significativas de regime de temperaturas, espessura efectiva do solo, fertilidade, toxicidade, disponibilidade de água no solo, drenagem, riscos de erosão, presença de afloramentos rochosos, pedregosidade, terraceamento ou declive.

Classe A2

Aptidão moderada

Terras com produtividade ou custos moderados para aplicação sustentada do uso em questão, devido a limitações nulas ou pouco significativas de regime de temperaturas, espessura efectiva do solo, fertilidade, disponibilidade de água no solo, drenagem, riscos de erosão, terraceamento ou declive.

Classe A3

Aptidão marginal

Terras com produtividade marginal ou custos severos para aplicação sustentada do uso em questão, devido a limitações severas de regime de temperaturas, espessura efectiva do solo, fertilidade, disponibilidade de água no solo, riscos de erosão, presença de afloramentos rochosos, pedregosidade, terraceamento ou declive.

Classe A4

Aptidão condicionada

Terras com aptidão condicionada ao uso sustentado (com vinha do Douro), por restrições quanto às práticas de gestão e na escolha de culturas, devido a limitações severas de riscos de erosão, terraceamento ou declive.

Classe A0

Sem aptidão

Terras sem quaisquer possibilidades edafológicas, climáticas, técnicas ou económicas de aplicação sustentada do uso em questão, devido a limitações excessivas de regime de

temperaturas, espessura efectiva do solo, toxicidade, riscos de erosão, presença de afloramentos rochosos, pedregosidade, terraceamento ou declive.

ANEXO II

(a que se refere o n.º 4 do artigo 7.º)

Classe A

Solos com capacidade de uso muito elevada, com poucas ou nenhuma limitações, sem riscos de erosão ou com riscos ligeiros, susceptíveis de utilização agrícola intensiva e de outras utilizações.

Inclui solos:

- a) Com elevada ou moderada capacidade produtiva;
- b) De espessura efectiva mediana ou grande (mais de 45 cm);
- c) Com fraca ou moderada erodibilidade;
- d) Planos ou com declives suaves ou moderados (0 % -8 %);
- e) Bem ou moderadamente supridos de elementos nutritivos ou reagindo favoravelmente ao uso de fertilizantes;
- f) Bem providos de água durante todo o ano, mas podendo ser deficientes durante a maior parte da estação seca (a capacidade de água utilizável é, em geral, elevada, as culturas durante o período Outono -Primavera não são afectadas por deficiências de água no solo ou apenas o são ocasionalmente);
- g) Bem drenados e não sujeitos a inundações ou sujeitos a inundações ocasionais, de modo que as culturas só raramente são afectadas por um excesso de água no solo;
- h) Sem elementos grosseiros e afloramentos rochosos ou com percentagem de tais elementos que não afecte a sua utilização nem o uso de maquinaria;
- i) Não salinos ou alcalinos;
- j) Podem apresentar algumas limitações ligeiras. As principais são as seguintes:
 - l) Espessura efectiva não muito grande (nunca inferior a 45 cm);
 - m) Riscos de erosão ligeiros, podendo o solo ser defendido com práticas muito simples;
 - n) Declives moderados (até 8 %);
 - o) Menor abundância de elementos nutritivos ou reagindo menos favoravelmente ao uso de fertilizantes;
 - p) Deficiência de água na maior parte da estação seca;
 - q) Ligeiro excesso de água durante períodos curtos (correspondentes a períodos

excepcionalmente chuvosos ou a inundações ocasionais);

r) Estrutura um pouco desfavorável ou certa dificuldade de serem trabalhados (grande esforço de tracção e ou períodos de sação curtos).

Classe B

Solos com capacidade de uso elevada, limitações moderadas, riscos de erosão, no máximo, moderados, susceptíveis de utilização agrícola moderadamente intensiva e de outras utilizações.

Apresentam maior número de limitações e restrições de uso que os solos da classe A e necessitam de uma exploração mais cuidadosa, incluindo práticas de conservação mais intensivas. O número de culturas que se podem realizar é, em princípio, mais reduzido que na classe A, bem como o número de alternativas para a sua utilização.

As principais limitações podem resultar de qualquer dos seguintes factores:

a) Espessura efectiva reduzida (embora nunca inferior a 35 cm);

b) Riscos de erosão moderados exigindo práticas de defesa mais intensivas que na classe A;

c) Declives moderadamente acentuados (até 15 %);

d) Mediana a baixa fertilidade ou reacção menos favorável ao uso de fertilizantes;

e) Deficiência de água durante o período seco estival; durante o período Outono -Primavera as culturas são frequentemente afectadas por deficiências de água no solo, o que resulta de uma capacidade de água utilizável mediana ou baixa;

f) Excesso de água no solo resultante de uma drenagem insuficiente ou de prováveis inundações, afectando algumas vezes as culturas;

g) Quantidade variável de elementos grosseiros ou afloramentos rochosos limitando a sua utilização por afectarem, embora não impedindo, o uso de maquinaria;

h) Ligeira salinidade e ou alcalinidade que afecte, mas não impeça, as culturas mais sensíveis.

Classe C

Solos com capacidade de uso mediana, limitações acentuadas, riscos de erosão, no máximo, elevados, susceptíveis de utilização agrícola pouco intensiva e de outras utilizações.

O número de limitações e restrições de uso é maior do que na classe B, necessitando de

uma exploração ainda mais cuidadosa ou de práticas de conservação mais complexas. O número de culturas e de alternativas de exploração é também, em princípio, mais reduzido.

As principais limitações podem resultar de qualquer dos seguintes factores:

a) Reduzida espessura efectiva (nunca inferior a 25 cm);

b) Severos riscos de erosão;

c) Severos efeitos de erosão;

d) Declives acentuados (até 25 %);

e) Baixa fertilidade de difícil correcção ou reacção muito pouco favorável ao uso de fertilizantes;

f) Deficiência de água durante o período seco estival; durante o período Outono -Primavera as culturas são mais frequentemente afectadas por deficiências de água utilizável muito baixa;

g) Excesso de água no solo resultante de uma drenagem imperfeita ou de inundações frequentes (embora só em determinada época do ano), afectando muito frequentemente as culturas;

h) Quantidade variável de elementos grosseiros ou de afloramentos rochosos limitando a sua utilização por impedirem o uso da maquinaria mais sensível;

i) Moderada salinidade e ou alcalinidade; as culturas sensíveis são muito afectadas; praticamente só as culturas resistentes são susceptíveis de serem cultivadas.

Classe D

Solos com capacidade de uso baixa, limitações severas, riscos de erosão, no máximo, elevados a muito elevados; não susceptíveis de utilização agrícola, salvo casos muito especiais; poucas ou moderadas limitações para pastagem, explorações de matos e exploração florestal.

As limitações que apresentam restringem o número de culturas, não sendo a cultura agrícola praticamente viável; admite -se a possibilidade de, em casos excepcionais e em condições especiais, poderem ser cultivados durante períodos não muito longos, mas sempre sujeitos a grandes restrições.

As principais limitações podem resultar de qualquer dos seguintes factores:

a) Espessura efectiva não muito reduzida (nunca inferior a 15 cm);

b) Riscos de erosão elevados a muito elevados;

c) Severos a muito severos efeitos de erosão;

d) Declives acentuados a muito acentuados;

e) Deficiências de água durante o período seco estival, durante o período Outono - Primavera só ocasionalmente a água do solo é suficiente para as culturas (os solos apresentam uma capacidade de água utilizável muito baixa);

f) Excesso de água durante grande parte ou todo o ano que impede ou limita muito a sua utilização agrícola, mas não impedindo ou limitando pouco a sua utilização com pastagem, exploração de matos ou exploração florestal (o excesso de água pode resultar de uma drenagem pobre ou muito pobre ou de inundações frequentes e de distribuição irregular);

g) Grande quantidade de elementos grosseiros ou afloramentos rochosos que limitam muito a utilização do solo por impedirem o uso de maquinaria pesada e dificultarem o uso da restante;

h) Moderada e elevada salinidade e ou alcalinos; não são possíveis as culturas sensíveis e as resistentes são muito afectadas, embora não sejam totalmente impedidas.

h) Elevada salinidade e ou alcalinidade; só a vegetação natural muito resistente consegue vegetar.

Classe E

Solos com capacidade de uso muito baixa, limitações muito severas, riscos de erosão muito elevados, não susceptíveis de uso agrícola; severas a muito severas limitações para pastagens, explorações de matos e exploração florestal; em muitos casos o solo não é susceptível de qualquer utilização económica; nestes casos pode destinar -se a vegetação natural ou floresta de protecção ou recuperação.

As principais limitações podem resultar dos seguintes factores:

a) Espessura efectiva excepcionalmente reduzida (inferior a 15 cm);

b) Riscos de erosão muito elevados;

c) Efeitos de erosão severos a muito severos;

d) Declives muito acentuados;

e) Deficiência de água durante praticamente todo o ano, exceptuando -se apenas o período de chuvas;

f) Excesso de água durante grande parte ou todo o ano, limitando muito severamente ou mesmo impedindo o seu aproveitamento como pastagem e ou exploração florestal; o excesso de água pode resultar de um nível freático superficial (drenagem muito pobre) ou de inundações muito frequentes e de distribuição irregular;

g) Afloramentos rochosos ou elementos grosseiros em tal percentagem que limitam ou impedem mesmo qualquer utilização do solo;

Anexo 3 - Evolução Legislativa do Regime Jurídico da Reserva Agrícola Nacional

DL/ Artigo	DL 451/82	DL 196/89	DL 73/09
1.º	<p>Conceito de RAN</p> <p>É instituída a reserva agrícola nacional, que integra os solos com maior aptidão para a produção de bens agrícolas indispensáveis ao abastecimento nacional, para o pleno desenvolvimento da agricultura e para o equilíbrio e estabilidade das paisagens.</p>	<p>Artigo 3.º - Definição e estrutura:</p> <p>1 - A Reserva Agrícola Nacional, abreviadamente designada «RAN», é o conjunto das áreas que, em virtude das suas características morfológicas, climatéricas e sociais, maiores potencialidades apresentam para a produção de bens agrícolas. [estrutura]</p> <p>2 - Para efeitos da sua gestão ordenada, a RAN divide-se em regiões que coincidem com o território de cada direcção regional de agricultura.</p> <p>3 - Cada região da RAN tem como órgão próprio uma comissão regional da reserva agrícola, existindo, a nível nacional, o Conselho Nacional da Reserva Agrícola.</p>	<p>Artigo 2.º - Conceito:</p> <p>1 — A RAN é o conjunto das áreas que em termos agro- -climáticos, geomorfológicos e pedológicos apresentam maior aptidão para a actividade agrícola.</p> <p>2 — A RAN é uma restrição de utilidade pública, à qual se aplica um regime territorial especial, que estabelece um conjunto de condicionamentos à utilização não agrícola do solo, identificando quais as permitidas tendo em conta os objectivos do presente regime nos vários tipos de terras e solos.</p>
2.º	<p>Constituição da RAN</p> <p>1 - A reserva agrícola nacional, que adiante se designará por reserva agrícola, é constituída pelos solos das classes de capacidade de uso A e B e da subclasse Ch.</p> <p>2 - Nas freguesias onde não existam solos das classes A e B integrar-se-ão na reserva agrícola os solos de toda a classe C.</p> <p>3 - Incluem-se, também, na reserva agrícola os «assentos» de lavoura de explorações agrícolas viáveis, as áreas submetidas a importantes investimentos destinados a aumentar a capacidade produtiva dos solos, bem como aquelas cujo aproveitamento seja determinante da viabilidade económica de</p>	<p>Artigo 4.º - Composição</p> <p>1 - As áreas da RAN são constituídas por solos das classes A e B, bem como por solos de baixas aluvionares e coluviais e ainda por solos de outros tipos cuja integração nas mesmas se mostre conveniente para a prossecução dos fins previstos no presente diploma.</p> <p>2 - Aos assentos da lavoura de explorações agrícolas viáveis situadas nas áreas da RAN é aplicável o regime desta.</p>	<p>Artigo 8.º - Áreas integradas na RAN</p> <p>1 — Integram a RAN as unidades de terra que apresentam elevada ou moderada aptidão para a actividade agrícola, correspondendo às classes A1 e A2, previstas no artigo 6.º</p> <p>2 — Na ausência da classificação prevista no artigo 6.º, integram a RAN:</p> <p>a) As áreas com solos das classes de capacidade de uso A, B e Ch, previstas no n.º 2 do artigo 7.º;</p> <p>b) As áreas com unidades de solos classificados como baixas aluvionares e coluviais;</p> <p>c) As áreas em que as classes e unidades referidas nas alíneas a) e b) estejam maioritariamente representadas, quando em complexo com outras classes e unidades de solo.</p>

	<p>explorações agrícolas existentes.</p> <p>4 - As classes de capacidade de uso A, B e C e respectivas subclasses são as definidas para a elaboração da Carta de Capacidade de Uso do Solo, a cargo do Centro Nacional de Reconhecimento e Ordenamento Agrário, serviço operativo do Instituto Nacional de Investigação Agrária e Extensão Rural.</p>		
3.º	<p>Regime da REN</p> <p>“1 - Nos solos da reserva agrícola são proibidas todas as acções que diminuam ou destruam as suas potencialidades, nomeadamente obras hidráulicas, vias de comunicação e acessos, construção de edifícios, aterros e escavações ou quaisquer outras formas de utilização com fins não agrícolas.</p> <p>2 - Exceptuam-se do disposto no número anterior:</p> <p>a) As obras com finalidade exclusivamente agrícola, quando integradas e utilizadas em explorações que as justifiquem;</p> <p>b) As habitações para fixação dos agricultores nos prédios rústicos, quando estes forem constituídos unicamente por solos de reserva agrícola, desde que daí resultem comprovados benefícios para a agricultura;</p> <p>c) As expansões urbanas, desde que previstas em planos directores municipais, em planos de</p>	<p>Regime da RAN</p> <p>Artigo 8.º - Princípio geral</p> <p>1 - Sem prejuízo do disposto nos artigos seguintes, os solos da RAN devem ser exclusivamente afectos à agricultura, sendo proibidas todas as acções que diminuam ou destruam as suas potencialidades agrícolas, designadamente as seguintes:</p> <p>a) Obras hidráulicas, vias de comunicação e acessos, construção de edifícios, aterros e escavações;</p> <p>b) Lançamento ou depósito de resíduos radioactivos, resíduos sólidos urbanos, resíduos industriais ou outros produtos que contenham substâncias ou microrganismos que possam alterar as características do solo;</p> <p>c) Despejo de volumes excessivos de lamas, designadamente resultantes da utilização indiscriminada de processos de tratamento de efluentes;</p> <p>d) Acções que provoquem erosão e degradação do solo, desprendimento de terras, encharcamento, inundações, excesso de salinidade e outros efeitos perniciosos;</p> <p>e) Utilização indevida de técnicas ou produtos fertilizantes e fitofarmacêuticos.</p> <p>2 - As actividades agrícolas desenvolvidas nos solos da RAN são objecto de tratamento preferencial em todas as acções de fomento e apoio à agricultura desenvolvidas pelas entidades públicas.</p> <p>Artigo 9.º - Utilização de solos da RAN condicionados pela lei geral</p> <p>1 - Carecem de prévio parecer favorável das comissões</p>	<p>Regime</p> <p>Artigo 20.º - Afectação das áreas da RAN</p> <p>1 — As áreas da RAN devem ser afectas à actividade agrícola e são áreas <i>non aedificandi</i>, numa óptica de uso sustentado e de gestão eficaz do espaço rural.</p> <p>2 — Aos assentos da lavoura de explorações ligadas à actividade agrícola ou a actividades conexas ou complementares à actividade agrícola, situados nas áreas da RAN, é aplicável o presente decreto - lei.</p> <p>Artigo 21.º - Acções interditas</p> <p>São interditas todas as acções que diminuam ou destruam as potencialidades para o exercício da actividade agrícola das terras e solos da RAN, tais como:</p> <p>a) Operações de loteamento e obras de urbanização, construção ou ampliação, com excepção das utilizações previstas no artigo seguinte;</p> <p>b) Lançamento ou depósito de resíduos radioactivos, resíduos sólidos urbanos, resíduos industriais ou outros produtos que contenham substâncias ou microrganismos que possam alterar e deteriorar as características do solo;</p> <p>c) Aplicação de volumes excessivos de lamas nos termos da legislação aplicável, designadamente resultantes da utilização indiscriminada de processos de tratamento de efluentes;</p> <p>d) Intervenções ou utilizações que provoquem a degradação do solo, nomeadamente erosão, compactação, desprendimento de terras, encharcamento, inundações, excesso de salinidade, poluição e outros efeitos perniciosos;</p> <p>e) Utilização indevida de técnicas ou produtos fertilizantes e</p>

	<p>urbanização e em áreas de desenvolvimento urbano prioritário, e áreas de construção prioritárias plenamente eficazes; d) As construções a implantar dentro dos limites ou perímetros dos aglomerados urbanos definidos por planos directores municipais e planos de urbanização plenamente eficazes, ou, na sua falta, fixados em diploma legal ou aprovados por despacho conjunto do Ministro de Estado e da Qualidade de Vida e dos Ministros da Administração Interna e da Habitação, Obras Públicas e Transportes, sob proposta das câmaras municipais; e) As vias de comunicação, seus acessos e outros empreendimentos ou construções de interesse público nacional, regional ou local, desde que não haja alternativa técnica economicamente aceitável para o seu traçado ou localização; f) As obras indispensáveis de defesa do património cultural, designadamente de natureza arqueológica.</p> <p>3 - É da competência da respectiva direcção regional de agricultura confirmar a existência de condições que justifiquem as excepções previstas nas alíneas a) e b) do número anterior.</p> <p>4 - Quando se trate de empreendimentos ou construções de interesse público nacional, a</p>	<p>regionais da reserva agrícola todas as licenças, concessões, aprovações e autorizações administrativas relativas a utilizações não agrícolas de solos integrados na RAN.</p> <p>2 - Os pareceres favoráveis das comissões regionais da reserva agrícola só podem ser concedidos quando estejam em causa:</p> <p>a) Obras com finalidade exclusivamente agrícola, quando integradas e utilizadas em explorações agrícolas viáveis, desde que não existam alternativas de localização em solos não incluídos na RAN ou, quando os haja, a sua implantação nestes inviabilize técnica e economicamente a construção;</p> <p>b) Habitações para fixação em regime de residência habitual dos agricultores em explorações agrícolas viáveis, desde que não existam alternativas válidas de localização em solos não incluídos na RAN;</p> <p>c) Habitações para utilização própria e exclusiva dos seus proprietários e respectivos agregados familiares, quando se encontrem em situação de extrema necessidade sem alternativa viável para a obtenção de habitação condigna e daí não resultem inconvenientes para os interesses tutelados pelo presente diploma;</p> <p>d) Vias de comunicação, seus acessos e outros empreendimentos ou construções de interesse público, desde que não haja alternativa técnica economicamente aceitável para o seu traçado ou localização;</p> <p>e) Exploração de minas, pedreiras, barreiras e saibreiras, ficando os responsáveis obrigados a executar o plano de recuperação dos solos que seja aprovado;</p> <p>f) Obras indispensáveis de defesa do património cultural, designadamente de natureza arqueológica.</p> <p>3 - Os pareceres favoráveis a que se referem os números anteriores só podem incidir sobre solos das classes A e B quando não existir alternativa idónea para a localização das obras e construções em causa em afloramentos de outra categoria.</p> <p>Artigo 10.º - Utilizações de solos da RAN não condicionadas pela lei geral</p> <p>Todas as utilizações não estritamente agrícolas de solos</p>	<p>fitofarmacêuticos;</p> <p>f) Deposição, abandono ou depósito de entulhos, sucatas ou quaisquer outros resíduos.</p> <p>Artigo 22.º - Utilização de áreas da RAN para outros fins</p> <p>1 — As utilizações não agrícolas de áreas integradas na RAN só podem verificar -se quando não exista alternativa viável fora das terras ou solos da RAN, no que respeita às componentes técnica, económica, ambiental e cultural, devendo localizar -se nas terras e solos classificadas como de menor aptidão, e quando estejam em causa:</p> <p>a) Obras com finalidade agrícola, quando integradas na gestão das explorações ligadas à actividade agrícola, nomeadamente, obras de edificação, obras hidráulicas, vias de acesso, aterros e escavações, e edificações para armazenamento ou comercialização;</p> <p>b) Construção ou ampliação de habitação para residência própria e permanente de agricultores em exploração agrícola;</p> <p>c) Construção ou ampliação de habitação para residência própria e permanente dos proprietários e respectivos agregados familiares, com os limites de área e tipologia estabelecidos no regime da habitação a custos controlados em função da dimensão do agregado, quando se encontrem em situação de comprovada insuficiência económica e não sejam proprietários de qualquer outro edifício ou fracção para fins habitacionais, desde que daí não resultem inconvenientes para os interesses tutelados pelo presente decreto -lei;</p> <p>d) Instalações ou equipamentos para produção de energia a partir de fontes de energia renováveis;</p> <p>e) Prospekção geológica e hidrogeológica e exploração de recursos geológicos, e respectivos anexos de apoio à exploração, respeitada a legislação específica, nomeadamente no tocante aos planos de recuperação exigíveis;</p> <p>f) Estabelecimentos industriais ou comerciais complementares à actividade agrícola, tal como identificados no regime de exercício da actividade industrial, aprovado pelo Decreto -Lei n.º 209/2008, de 29 de Outubro;</p> <p>g) Estabelecimentos de turismo em espaço rural, turismo de habitação e turismo de natureza, complementares à actividade agrícola;</p>
--	---	---	---

	<p>excepção prevista na alínea e) do n.º 2 é confirmada por despacho do Ministro da Habitação, Obras Públicas e Transportes, publicado no Diário da República, sob parecer favorável do Conselho de Reserva Agrícola; no caso de empreendimentos ou construções de interesse regional ou local, a referida confirmação compete ao Ministro da Administração Interna, sob parecer favorável das comissões regionais da reserva agrícola.</p> <p>5 - A excepção prevista na alínea f) do n.º 2 é confirmada por despacho do Ministro da Cultura e Coordenação Científica, publicado no Diário da República, sob parecer do Conselho de Reserva Agrícola</p>	<p>integrados na RAN que, de acordo com a lei geral, não dependam de licença, concessão, aprovação ou autorização de entidades públicas carecem de autorização das comissões regionais da reserva agrícola.</p> <p>Artigo 11.º - Requerimento de pareceres e autorizações</p> <p>1 - A emissão dos pareceres e autorizações a que se referem os artigos 9º e 10º depende de requerimento dos interessados, instruído com os elementos necessários para a cabal apreciação da situação em causa.</p> <p>2 - As entidades competentes para a emissão dos pareceres e autorizações podem solicitar aos interessados ou a quaisquer serviços públicos os elementos que considerem convenientes, bem como efectuar as vistorias e inspecções que se mostrem necessárias.</p> <p>3 - Decorridos 90 ou 60 dias, consoante se trate do parecer exigido pelo artigo 9º ou da autorização prevista pelo artigo 10º, sem que os interessados tenham sido notificados do requerido, considera-se, para todos os efeitos, favorável o parecer ou concedida a autorização, respectivamente.</p>	<p>h) Instalações de recreio e lazer complementares à actividade agrícola e ao espaço rural;</p> <p>i) Instalações desportivas especializadas destinadas à prática de golfe declarados de interesse para o turismo pelo Turismo de Portugal, I. P., desde que não impliquem alterações irreversíveis na topografia do solo e não inviabilizem a sua eventual reutilização pela actividade agrícola;</p> <p>j) Obras e intervenções indispensáveis à salvaguarda do património cultural, designadamente de natureza arqueológica, recuperação paisagística ou medidas de minimização determinados pelas autoridades competentes na área do ambiente;</p> <p>l) Obras de construção, requalificação ou beneficiação de infra - estruturas públicas rodoviárias, ferroviárias, aeroportuárias, de logística, de saneamento, de transporte e distribuição de energia eléctrica, de abastecimento de gás e de telecomunicações, bem como outras construções ou empreendimentos públicos ou de serviço público;</p> <p>m) Obras indispensáveis para a protecção civil;</p> <p>n) Obras de reconstrução e ampliação de construções já existentes, desde que estas já se destinassem e continuem a destinar -se a habitação própria;</p> <p>o) Obras de captação de águas ou de implantação de infra - estruturas hidráulicas.</p> <p>2 — Apenas pode ser permitida uma única utilização não agrícola das áreas integradas na RAN, no que se refere às alíneas b) e c) do número anterior.</p> <p>3 — Compete aos membros do Governo responsáveis pelas áreas do ambiente, do ordenamento do território, da economia, da agricultura, do desenvolvimento rural, das obras públicas e transportes aprovar, por portaria, os limites e as condições a observar para a viabilização das utilizações referidas no n.º 1, nomeadamente assentes em factores demográficos ou de ordenamento do território, após audição das entidades regionais da RAN.</p> <p>Artigo 23.º - Parecer prévio</p> <p>1 — As utilizações não agrícolas de áreas integradas na RAN para as quais seja necessária concessão, aprovação, licença, autorização administrativa ou comunicação prévia estão sujeitas a parecer</p>
--	---	--	--

			<p>prévio vinculativo das respectivas entidades regionais da RAN, a emitir no prazo de 25 dias.</p> <p>Artigo 24.º - Comunicação prévia</p> <p>1 — As utilizações que não estejam sujeitas ao parecer prévio previsto no artigo anterior e as obras de construção de escassa relevância urbanística, nos termos do regime jurídico da urbanização e edificação, aprovado pelo Decreto -Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, estão sujeitas à obrigação de comunicação prévia.</p> <p>Artigo 25.º - Acções de relevante interesse público</p> <p>1 — Nas áreas da RAN podem ser realizadas as acções de relevante interesse público que sejam reconhecidas como tal por despacho conjunto do membro do Governo competente pela área do desenvolvimento rural e do membro do Governo competente em razão da matéria, desde que não se possam realizar de forma adequada em áreas não integradas na RAN.</p> <p>2 — Os efeitos do reconhecimento referido no número anterior prevalecem sobre eventual parecer prévio desfavorável emitido ao abrigo do n.º 1 do artigo 23.º.</p>
4.º	Explorações mineiras	(sem equivalente)	(sem equivalente)
5.º	<p>Identificação dos solos de Reserva Agrícola</p> <p>Os solos integrados na reserva agrícola serão obrigatoriamente identificados em todos os instrumentos que definam a ocupação física do território, designadamente planos de ordenamento, planos directores municipais e planos de urbanização.</p>	<p>Art.33.º - Identificação dos solos da RAN</p> <p>Os solos integrados na RAN são obrigatoriamente identificados em todos os instrumentos que definam a ocupação física do território, designadamente planos regionais de ordenamento, planos directores municipais e planos de urbanização.</p>	<p>Art.11.º - Identificação das áreas da RAN</p> <p>As áreas da RAN são obrigatoriamente identificadas a nível municipal nas plantas de condicionantes dos planos especiais e dos planos municipais de ordenamento do território.</p>
6.º	<p>Órgãos da Reserva Ecológica</p> <p>“Para efeito do disposto neste diploma, são criados o Conselho de Reserva Agrícola e as comissões regionais da reserva agrícola, com a composição e as atribuições definidas nos artigos seguintes.</p>	Secção III – órgãos da RAN	

7.º	Composição do Conselho	Art.14.º - Composição	Art.31.º - Entidade nacional da RAN (composição)
8.º	<p>São atribuições do Conselho de Reserva Agrícola:</p> <p>a) Promover a implementação de medidas de defesa da reserva agrícola;</p> <p>b) Assegurar o cumprimento das normas estabelecidas neste diploma e a realização das acções com elas relacionadas;</p> <p>c) Promover acções de sensibilização da opinião pública, relativamente à necessidade de defesa do solo agrícola;</p> <p>d) Emitir parecer que habilite os ministros competentes a confirmar a existência das excepções previstas nas alíneas e) e f) do n.º 2 do artigo 3.º;</p> <p>e) Decidir dos recursos a que se refere o n.º 3 do artigo 13.º;</p> <p>f) Promover a criação, instalação e funcionamento das comissões regionais.</p>	<p>Artigo 15.º - Competências</p> <p>1 - Compete ao Conselho Nacional da Reserva Agrícola:</p> <p>a) Promover medidas de defesa da RAN;</p> <p>b) Assegurar o cumprimento das normas estabelecidas no presente diploma e a realização das acções com elas relacionadas;</p> <p>c) Propor as medidas legislativas ou regulamentares que considere necessárias;</p> <p>d) Emitir os pareceres que lhe sejam solicitados pelo Ministro da Agricultura, Pescas e Alimentação;</p> <p>e) Assegurar, sem prejuízo das especificidades regionais, a uniformidade de critérios de actuação das comissões regionais da reserva agrícola, podendo, para o efeito, emitir as orientações genéricas que se mostrem necessárias;</p> <p>f) Reapreciar os pareceres e decidir os recursos a que se referem, respectivamente, os n.os 2 e 3 do artigo 17.º;</p> <p>g) Emitir os pareceres previstos no artigo 32.º.</p> <p>2 - As orientações genéricas previstas na alínea e) do número anterior carecem de homologação do Ministro da Agricultura, Pescas e Alimentação.</p> <p>3 - Dos actos praticados no exercício da competência estabelecida na alínea f) do n.º 1, que respeitam aos pareceres previstos na alínea d) do n.º 2 do artigo 9.º, cabe ainda recurso para o Conselho.</p>	<p>Artigo 32.º - Competências</p> <p>1 — Compete à entidade nacional da RAN:</p> <p>a) Promover medidas de defesa da RAN;</p> <p>b) Assegurar o cumprimento das normas estabelecidas no presente decreto -lei e a realização das acções com elas relacionadas;</p> <p>c) Propor as medidas legislativas ou regulamentares consideradas necessárias;</p> <p>d) Emitir os pareceres que lhe sejam solicitados pelo membro do Governo responsável pela área do desenvolvimento rural;</p> <p>e) Assegurar, sem prejuízo das especificidades regionais, a uniformidade de critérios de actuação das entidades regionais da RAN, podendo, para o efeito, emitir as orientações genéricas que se mostrem necessárias;</p> <p>f) Emitir os pareceres previstos nos n.os 6 e 7 do artigo 14.º;</p> <p>g) Conhecer dos recursos previstos no n.º 10 do artigo 23.º</p> <p>2 — As orientações genéricas previstas na alínea e) do número anterior são homologadas pelo membro do Governo responsável pela área do desenvolvimento rural.</p>
9.º	<p>Composição e área de actuação das comissões regionais</p> <p>1 — As comissões regionais têm a seguinte composição:</p> <p>a) Um representante da Direcção - Geral de Agricultura, que presidirá;</p> <p>b) Um representante do Centro Nacional de Reconhecimento e Ordenamento Agrário;</p> <p>c) Um representante da Direcção — Geral de Ordenamento;</p> <p>d) Um representante da Direcção — Geral de Planeamento Urbanístico;</p>	<p>Artigo 16.º - Composição</p> <p>1 — As comissões regionais da reserva agrícola têm a seguinte composição:</p> <p>a) Dois representantes da direcção regional de agricultura respectiva, um dos quais é designado para presidente;</p> <p>b) Um representante do Centro Nacional de Reconhecimento e Ordenamento Agrário (CNROA);</p> <p>c) Dois representantes da comissão de coordenação regional cuja área de actuação mais coincida com a região de RAN em causa;</p> <p>d) Um representante da Associação Nacional dos Municípios Portugueses.</p>	<p>Artigo 33.º - Entidades Regionais da RAN (composição)</p> <p>1 — As entidades regionais da RAN têm a seguinte composição:</p> <p>a) O director regional de Agricultura e Pescas territorialmente competente, que presidirá;</p> <p>b) Um representante da CCDR, cuja área de actuação coincida maioritariamente com a região da RAN em causa;</p> <p>c) Um representante da ANMP.</p>

	<p>e) Um representante dos municípios da área de actuação da comissão;</p> <p>f) Um representante das associações regionais de agricultores.</p>		
10.º	<p>São atribuições das comissões regionais:</p> <p>a) Colaborar com o conselho nas acções de implementação e defesa da reserva agrícola;</p> <p>b) Dar parecer sobre a viabilidade da implantação, na área da reserva agrícola, de empreendimentos ou construções de interesse público regional ou local e propor soluções alternativas;</p> <p>c) Aprovar, para efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 17.º, os projectos de recuperação dos solos indevidamente utilizados.</p>	<p>Artigo 17.º - Competências</p> <p>1 - Compete às comissões regionais da reserva agrícola:</p> <p>a) Colaborar com o Conselho Nacional da Reserva Agrícola nas acções de promoção e defesa da RAN;</p> <p>b) Desenvolver acções de sensibilização da opinião pública relativamente à necessidade de defesa dos solos integrados na RAN;</p> <p>c) Promover, a nível regional, a cooperação e a colaboração entre todas as entidades públicas, com vista à plena realização dos fins visados com o presente diploma;</p> <p>d) Emitir os pareceres previstos no n.º 2 do artigo 6.º;</p> <p>e) Emitir os pareceres previstos no artigo 9.º;</p> <p>f) Conceder as autorizações a que se refere o artigo 10.º;</p> <p>g) Determinar e aplicar as coimas pelas contra-ordenações previstas no presente diploma;</p> <p>h) Ordenar, nos termos do artigo 39.º, a cessação das acções desenvolvidas em violação do disposto no presente diploma;</p> <p>i) Determinar, de acordo com o artigo 40.º, a reposição dos solos na situação anterior à infracção.</p> <p>2 - Os interessados podem requerer a reapreciação pelo Conselho Nacional da Reserva Agrícola dos pareceres a que se refere a alínea e) do número anterior.</p> <p>3 - Dos actos administrativos praticados no exercício das competências previstas nas alíneas f), h) e i) do nº 1 cabe recurso necessário para o Conselho Nacional da Reserva Agrícola, com efeito suspensivo quando estejam em causa actos previstos na última destas alíneas.</p>	<p>Artigo 34.º</p> <p>Compete às entidades regionais da RAN:</p> <p>a) Emitir o parecer previsto no n.º 4 do artigo 9.º;</p> <p>b) Deliberar sobre os pedidos de parecer prévio vinculativo a elaborar nos termos do artigo 23.º;</p> <p>c) Quando seja o caso, rejeitar as comunicações prévias previstas no artigo 24.º;</p> <p>d) Comunicar à administração fiscal a inutilização de terras e solos para a actividade agrícola, nos termos do artigo 28.º;</p> <p>e) Desenvolver acções de sensibilização da opinião pública relativamente à necessidade de defesa dos solos e das terras integrados na RAN;</p> <p>f) Promover, a nível regional, a cooperação e a colaboração entre todas as entidades públicas, com vista à plena realização dos fins visados com o presente decreto -lei;</p> <p>g) Colaborar com a entidade nacional da RAN nas acções de promoção e defesa da RAN.</p>
11.º	Empreendimentos de interesse público		
12.º	Deliberações	Art.20.º - Funcionamento das reuniões	Art.35.º - Funcionamento da entidade nacional e das entidades regionais da RAN
13.º	Recursos		

14.º	Obrigatoriedade de pareceres		
15.º	Competência para a emissão de pareceres		
16.º	Solicitação de pareceres		
17.º	Penalidades	Art.36.º - Contraordenações (designação introduzida pela entrada em vigor do Regime Geral das Contraordenações e Coimas, constante do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de Outubro) Art.39.º - Cessação das ações violadoras do regime da RAN Art.40.º - Reposição da situação anterior à infração Art.42.º - Taxas	Art.39.º - Contraordenações Art.43.º - Cessação das ações violadoras do regime da RAN Art.44.º - Reposição da situação anterior à infração Art.45.º - Taxas
18.º	Fiscalização	Art.37.º - Fiscalização	Art.40.º - Fiscalização
19.º	Cartografia		Direito à informação e participação
20.º	Regulamentação (acabou por não ser concretizada)	Sem equivalente neste diploma	Sem equivalente neste diploma
21.º	Dúvidas	Sem equivalente neste diploma	Sem equivalente neste diploma
22.º	Âmbito de aplicação (apenas para o Continente)	Art.45.º - Regiões Autónomas O presente diploma aplica-se às Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, sem prejuízo das adaptações que possam ser introduzidas por diploma regional adequado.	Art.48.º - Regiões Autónomas O disposto no presente decreto -lei aplica -se às Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, sem prejuízo da sua adequação à especificidade regional a introduzir por decreto legislativo regional.
23.º	Regime transitório	Art.44.º Normas transitórias	Art.47.º Regime transitório
24.º	Revogação	Art.46.º - Norma Revogatória São revogados o Decreto-Lei n.º 451/82, de 16 de Novembro, e a Portaria n.º 399/83, de 8 de Abril.	Art.49.º Norma revogatória
		Novidades introduzidas por este diploma:	Art.3.º definições Art.28.º - Comunicação à administração fiscal Art.29.º Inalienabilidade
		Artigo 5.º - Delimitação 1 - As áreas da RAN são identificadas na carta da RAN, a publicar por portaria do Ministro da Agricultura, Pescas e Alimentação. 2 - A publicação da carta da RAN pode ser feita de forma parcelada, designadamente município a município, consoante os trabalhos da sua elaboração se forem desenvolvendo.	Art.12.º - Conteúdo da proposta de delimitação. Art.13.º - Elaboração da proposta de delimitação. Art.14.º - Acompanhamento e aprovação da proposta de delimitação da RAN no âmbito da formação de planos municipais de ordenamento do território”. Art.15.º - Acompanhamento e aprovação da proposta de delimitação da RAN no âmbito da formação de planos especiais de ordenamento do território.

		<p>Artigo 6.º - Integração específica</p> <p>1 - Quando assumam relevância em termos de economia local ou regional, podem ser integrados na RAN:</p> <p>a) As áreas que tenham sido submetidas a importantes investimentos destinados a aumentar com carácter duradouro a capacidade produtiva dos solos;</p> <p>b) Os solos cujo aproveitamento seja determinante da viabilidade económica de explorações agrícolas existentes;</p> <p>c) Os solos da subclasse Ch.</p> <p>2 - A submissão ao regime da RAN faz-se por despacho do Ministro da Agricultura, Pescas e Alimentação, sob proposta da direcção regional de agricultura e após parecer da comissão regional da reserva agrícola e audição dos titulares dos prédios em causa ou das suas organizações representativas.</p> <p>3 - Os despachos a que se refere o número anterior são publicados na 2ª série do <i>Diário da República</i>.</p>	<p>Artigo 9.º - Integração específica</p> <p>1 — Quando assumam relevância em termos de economia local ou regional, podem ainda ser integradas na RAN, após a audição dos titulares dos prédios e suas organizações específicas, as terras e os solos de outras classes quando:</p> <p>a) Tenham sido submetidas a importantes investimentos destinados a aumentar com carácter duradouro a capacidade produtiva dos solos ou a promover a sua sustentabilidade;</p> <p>b) O aproveitamento seja determinante para a viabilidade económica de explorações agrícolas existentes.</p> <p>c) Assumam interesse estratégico, pedogenético ou patrimonial.</p> <p>2 — A integração específica referida no número anterior pode ser efectuada no âmbito da elaboração, alteração ou revisão de plano municipal ou especial de ordenamento do território.</p> <p>3 — No caso referido no número anterior, o procedimento aplicável é o previsto nos artigos 13.º e seguintes.</p> <p>4 — A integração específica também pode ser determinada por despacho do membro do Governo responsável pela área da agricultura, depois de ouvidas as entidades administrativas representativas de interesses a ponderar e após parecer favorável da entidade regional da RAN e da câmara municipal em causa.</p> <p>5 — Nos casos previstos no número anterior, aplica-se o disposto no artigo 97.º do Decreto -Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro.</p>
		<p>Artigo 7.º - Solos não integrados na RAN</p> <p>Não se integram na RAN:</p> <p>a) Os solos destinados a expansões urbanas, consignados em planos directores municipais, em planos de urbanização, em áreas de desenvolvimento urbano prioritário e em áreas de construção prioritária plenamente eficazes;</p> <p>b) Os solos destinados à construção que se encontrem dentro dos limites ou perímetros dos aglomerados urbanos definidos por planos directores municipais e planos de urbanização plenamente eficazes ou, na sua falta, fixados em diploma legal ou ainda aprovados por despacho fundamentado do Ministro do Planeamento e da Administração do Território, sob proposta dos respectivos municípios;</p> <p>c) Os solos destinados a loteamentos urbanos de interesse</p>	<p>Artigo 10.º - Solos não integrados na RAN</p> <p>1 — Não integram a RAN as terras ou solos que integrem o perímetro urbano identificado em plano municipal de ordenamento do território como solo urbanizado, solos cuja urbanização seja possível programar ou solo afecto a estrutura ecológica necessária ao equilíbrio do sistema urbano.</p> <p>2 — Quando exista reclassificação de áreas integradas na RAN como solo urbano, aplica -se o procedimento previsto no artigo 14.º.</p> <p>(cfr. Art.º 18.º reintegração (das áreas excluídas da RAN))</p>

		regional ou local, quando integrados em núcleos de construção legalmente autorizados antes da entrada em vigor do presente diploma.	
		<p>Artigo 12.º - Direito de preferência</p> <p>1 - Sem prejuízo das preferências estabelecidas no Código Civil, os proprietários de prédios rústicos incluídos numa área da RAN gozam do direito de preferência na alienação ou dação em cumprimento de prédios rústicos sítos na mesma área.</p> <p>2 - O tribunal notifica os preferentes previstos no número anterior por meio de éditos a afixar na sede ou sedes das zonas agrárias com competência na área da RAN em que se situa o prédio em causa, devendo os preferentes exercer o seu direito nos 30 dias imediatos à afixação, aplicando-se em tudo o mais o disposto na lei processual civil, com as necessárias adaptações.</p> <p>3 - No caso de violação do prescrito nos números anteriores é aplicável o disposto no artigo 1410.º do Código Civil, excepto se a alienação ou dação em cumprimento tiver sido efectuada a favor de um dos preferentes.</p>	<p>Artigo 26.º - Direito de preferência</p> <p>1 — Sem prejuízo dos direitos de preferência estabelecidos no Código Civil e em legislação complementar, os proprietários de prédios rústicos ou mistos incluídos numa área da RAN gozam do direito de preferência na alienação ou dação em cumprimento de prédios rústicos ou mistos confinantes.</p> <p>2 — Os proprietários dos prédios rústicos ou mistos inseridos na RAN que os pretendam vender, comunicam por escrito a sua intenção aos confinantes que podem exercer o seu direito nos termos dos artigos 416.º a 418.º do Código Civil.</p> <p>3 — No caso de violação do prescrito nos números anteriores é aplicável o disposto no artigo 1410.º do Código Civil, excepto se a alienação ou dação em cumprimento tiver sido efectuada a favor de um dos preferentes.</p>
		<p>Artigo 13.º - Unidade de cultura</p> <p>Nas áreas da RAN, a unidade de cultura corresponde ao dobro da área fixada pela lei geral para os respectivos terrenos e região.</p>	<p>Artigo 27.º - Fraccionamento</p> <p>Para efeitos de fraccionamento, nas áreas RAN, a unidade de cultura corresponde ao triplo da área fixada pela lei geral para os respectivos terrenos e região.</p>
		<p>Art.34.º - Nulidades</p> <p>São nulos todos os actos administrativos praticados em violação do disposto no n.º 1 do artigo 9.º.</p>	<p>Art.38.º - Nulidades</p>
		<p>Artigo 41.º - Publicidade</p> <p>1 - Nos municípios abrangidos por cartas da RAN ou por cartas de capacidade de uso dos solos devem estas ser afixadas nos paços do concelho, acompanhadas de nota explicativa, de forma a proporcionar aos interessados o conhecimento das suas implicações.</p> <p>2 - Os serviços regionais do Ministério da Agricultura, Pescas e Alimentação devem afixar, nos termos do número anterior, as cartas da RAN e as cartas de capacidade de uso dos solos que abranjam áreas da sua competência.</p>	<p>Artigo 16.º - Depósito e consulta</p> <p>1 — A delimitação das áreas da RAN aprovada em definitivo é depositada junto da DGADR.</p> <p>2 — Para efeitos do disposto no número anterior, a DRAP envia à DGADR a cartografia da RAN por si aprovada e respectivas notas explicativas, em formato digital.</p> <p>3 — Os elementos referidos no número anterior são disponibilizados na Internet através do sítio da DGADR e do Sistema Nacional de Informação Territorial.</p>

Anexo 4 – Anexo I, II e III ao Decreto-Lei nº 93/90, de 19 de Março

N.º 65 — 19-3-1990

DIÁRIO DA REPÚBLICA — I SÉRIE

1353

Artigo 14.º

Embargos e demolições

1 — À Direcção-Geral do Ordenamento do Território, às comissões de coordenação regional, aos municípios e às demais entidades competentes por força da matéria ou da área de jurisdição compete embargar e demolir as obras, bem como fazer cessar outras acções realizadas em violação ao disposto no presente diploma.

2 — A entidade competente nos termos do número anterior intima o proprietário a demolir as obras feitas ou a repor o terreno no estado anterior à intervenção, fixando-lhe prazos de início e termo dos trabalhos para o efeito necessários.

3 — Decorridos os prazos referidos no número anterior sem que a intimação se mostre cumprida, procede-se à demolição ou reposição nos termos do n.º 1, por conta do proprietário, sendo as despesas cobradas coercivamente nos termos previstos no Código de Processo das Contribuições e Impostos, servindo de título executivo a certidão extraída de livros ou documentos donde conste a importância e os demais requisitos exigidos no artigo 156.º do Código de Processo das Contribuições e Impostos.

Artigo 15.º

Nulidade de actos administrativos

São nulos e de nenhum efeito os actos administrativos que violem os artigos 4.º e 17.º

Artigo 16.º

Responsabilidade civil

As entidades competentes para o licenciamento de obras ou para aprovação dos projectos de localização de empreendimentos são civilmente responsáveis pelos prejuízos que advenham, para os particulares de boa fé, da nulidade dos actos administrativos prevista no artigo anterior.

Artigo 17.º

Regime transitório

1 — Nas áreas incluídas e definidas, respectivamente, nos anexos II e III do presente diploma, que dele fazem parte integrante, que ainda não tenham sido objecto da delimitação a que se refere o artigo 3.º, as obras e os empreendimentos mencionados no n.º 1 do artigo 4.º estão sujeitos a aprovação por parte da comissão de coordenação regional.

2 — A aprovação prevista no número anterior deve ocorrer no prazo de 60 dias a contar da data da recepção do projecto das obras e empreendimentos ou de localização dos empreendimentos, interpretando-se como aprovação a ausência de decisão nesse prazo.

3 — A aprovação referida no n.º 2 é solicitada pelas entidades competentes para o licenciamento das obras e empreendimentos ou para aprovação do projecto de localização dos empreendimentos, incluindo-se nestas entidades os organismos portuários.

4 — No caso de decisão desfavorável do pedido de aprovação, por parte da comissão de coordenação regional, o processo sobe automaticamente à Comissão da REN, para decisão definitiva.

5 — A Comissão da REN deve pronunciar-se no prazo de 45 dias a contar da data da recepção do processo.

6 — No caso de indeferimento pela Comissão da REN, qualquer dos ministros com representantes naquela Comissão pode, no prazo de 30 dias, proceder à avocação do processo, para o sujeitar à aprovação, a prestar por despacho conjunto dos Ministros do Planeamento e da Administração do Território, das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, da Agricultura, Pescas e Alimentação e do Comércio e Turismo.

7 — É aplicável ao regime transitório o disposto nos artigos 11.º a 16.º

Artigo 18.º

Vigência do regime transitório

Em cada área do País, o regime transitório vigora até à aprovação da portaria de delimitação da REN prevista no n.º 1 do artigo 3.º

Artigo 19.º

Norma transitória

Enquanto não for constituída a Comissão da REN as competências que lhe são atribuídas pelo presente diploma são exercidas pela Direcção-Geral do Ordenamento do Território.

Artigo 20.º

Legislação revogada

São revogados os Decretos-Leis n.ºs 321/83, de 5 de Julho, e 411/83, de 23 de Novembro.

Artigo 21.º

Aplicação

A aplicação do presente diploma nas Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores depende de diploma das respectivas assembleias legislativas regionais que adapte os seus princípios às condições locais.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 21 de Dezembro de 1989. — *Aníbal António Cavaco Silva* — *Vasco Joaquim Rocha Vieira* — *Lino Dias Miguel* — *Eurico Silva Teixeira de Melo* — *Luís Francisco Valente de Oliveira* — *Álvaro Roque de Pinho Bissai Barreto* — *Luís Fernando Mira Amaral* — *João Maria Leitão de Oliveira Martins* — *Joaquim Martins Ferreira do Amaral*.

Promulgado em 2 de Março de 1990.

Publique-se.

O Presidente da República, MÁRIO SOARES.

Referendado em 7 de Março de 1990.

O Primeiro-Ministro, *Aníbal António Cavaco Silva*.

ANEXO I

Áreas a considerar para efeitos de integração na REN, nos termos do artigo 3.º:

1) Nas zonas costeiras:

a) Praias;

b) Dunas litorais, primárias e secundárias, ou, na presença de sistemas dunares que não possam ser classificados daquela

forma, toda a área que apresente riscos de rotura do seu equilíbrio biofísico por intervenção humana desadequada ou, no caso das dunas fósseis, por constituírem marcos de elevado valor científico no domínio da geo-história;

- c) Arribas ou falésias, incluindo faixas de protecção medidas a partir do rebordo superior e da base cuja largura seja determinada em função da altura do desnível, da geodinâmica e do interesse cénico e geológico do local;
- d) Quando não existirem dunas nem arribas, uma faixa que assegure uma protecção eficaz da zona litoral de acordo com os valores referidos no preâmbulo;
- e) Faixa ao longo de toda a costa marítima cuja largura é limitada pela linha da máxima preia-mar de águas vivas equinociais e a batimétrica dos 30 m;
- f) Estuários, lagoas, lagoas costeiras e zonas húmidas adjacentes englobando uma faixa de protecção delimitada para além da linha de máxima preia-mar de águas vivas equinociais;
- g) Ilhas, ilhéus e rochedos emersos do mar;
- h) Sapais;
- i) Restingas;
- j) Tombolos;

2) Nas zonas ribeirinhas, águas interiores e áreas de infiltração máxima ou de apanhamento:

- a) Leitões dos cursos de água e zonas ameaçadas pelas cheias;
- b) Lagoas, suas margens naturais e zonas húmidas adjacentes e uma faixa de protecção delimitada a partir da linha de máximo alagamento;
- c) Albufeiras e uma faixa de protecção delimitada a partir do rego máximo;
- d) Cabeceiras das linhas de água sempre que a sua dimensão e situação em relação à bacia hidrográfica tenha repercussões sensíveis no regime do curso de água e na erosão das cabeceiras ou das áreas situadas a jusante;
- e) Áreas de máxima infiltração;
- f) Insuas;

3) Nas zonas declivosas:

- a) Áreas com riscos de erosão;
- b) Escarpas, sempre que a dimensão do seu desnível e comprimento o justifiquem, incluindo faixas de protecção delimitadas a partir do rebordo superior e da base, com largura determinada em função da geodinâmica e dimensão destes acidentes de terreno e do interesse cénico e geológico do local.

ANEXO II

Áreas sujeitas ao regime transitório da REN, nos termos do artigo 17.º:

- a) Praias e dunas litorais, primária e secundária;
- b) Arribas e falésias, incluindo faixas de protecção com largura igual a 200 m, medidas a partir do rebordo superior e da base;
- c) Quando não existirem dunas nem arribas, uma faixa de 500 m de largura, medida a partir da linha de máxima preia-mar de águas vivas equinociais na direcção do interior do território, ao longo da costa marítima;
- d) Estuários, sapais, lagoas, lagoas costeiras e zonas húmidas adjacentes, incluindo uma faixa de protecção com a largura de 200 m a partir da linha de máxima preia-mar de águas vivas equinociais;
- e) Ilhéus e rochedos emersos do mar;
- f) Restingas e tombolos;
- g) Lagoas e albufeiras incluindo uma faixa de protecção com largura igual a 100 m medidos a partir da linha máxima de alagamento;
- h) As encostas com declive superior a 30 %, incluindo as que foram alteradas pela construção de terraços;
- i) Escarpas e abrupções de erosão com desnível superior a 15 m, incluindo faixas de protecção com largura igual a uma vez e meia a altura do desnível, medidas a partir do rebordo superior e da base.

ANEXO III

Definições a considerar para efeitos da aplicação dos anexos I e II:

- a) Praia — forma de acumulação mais ou menos extensa de areias ou cascalhos de fraco declive limitada inferiormente pela linha de baixa-mar de águas vivas equinociais e superiormente pela linha atingida pela preia-mar de águas vivas equinociais;

- b) Dunas litorais — formas de acumulação eólica cujo material de origem são areias marinhas;
- c) Arriba ou falésia — forma particular de vertente costeira abrupta ou com declive forte, em regra talhada em rochas coerentes pela acção conjunta dos agentes morfogenéticos marinhos, continentais e biológicos;
- d) Estuário — secção terminal de um curso de água limitado a montante pelo local até onde se fazem sentir as correntes de maré (salinidade e dinâmica);
- e) Lagoas, designadas tradicionalmente em Portugal por rias e lagoas costeiras — todo o volume de águas salobras ou salgadas e respectivos leitos adjacentes ao mar e separadas deste, temporária ou permanentemente, por cordões arenosos, tendo por limite, a montante, o local até onde se faz sentir a influência das marés (salinidade e dinâmica);
- f) Sapal — formação aluvionar periodicamente alagada pela água salgada e ocupada por vegetação halofítica ou, nalguns casos, por mantos de sal;
- g) Restinga — acumulação de areia ou calhaus que se apoiam na costa a partir da qual se desenvolvem;
- h) Tombolo — cordão de areia que liga uma ilha ao continente;
- i) Leitões de cursos de água — o terreno coberto pelas águas quando não influenciado por cheias extraordinárias, inundações ou tempestades; no leito compreendem-se os mouchões, lodeiros e areias nele formados por disposição aluvial; o leito das restantes águas é limitado pela linha que corresponder à estrema dos terrenos que as águas cobrem em condições de cheias médias, sem transbordar para o solo natural, habitualmente enxuto; essa linha é definida, conforme os casos, pela aresta ou crista do talude das motas, cômoros, valados, tapadas ou muros marginais [artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 468/71 (domínio público hídrico)];
- j) Zona ameaçada pelas cheias — a área contígua à margem de um curso de água que se estende até à linha alcançada pela maior cheia que se produza no período de um século ou pela maior cheia conhecida no caso de não existirem dados que permitam identificar a anterior;
- k) Lagoas e albufeiras — zonas alagadas, naturais ou artificiais, com água proveniente do lençol freático, de qualquer forma de precipitação atmosférica ou de cursos de água;
- l) Cabeceiras das linhas de água — áreas côncavas situadas na zona montante das bacias hidrográficas, tendo por função o apanhamento das águas pluviais, onde se pretende promover a máxima infiltração das águas pluviais e reduzir o escoamento superficial e, consequentemente, a erosão;
- m) Áreas de infiltração máxima — áreas em que, devido à natureza do solo e do substrato geológico e ainda às condições de morfologia do terreno, a infiltração das águas apresenta condições favoráveis, contribuindo assim para a alimentação dos lençóis freáticos;
- n) Áreas com riscos de erosão — áreas que, devido às suas características de solo e subsolo, declive e dimensão da vertente e outros factores susceptíveis de serem alterados, tais como o coberto vegetal e práticas culturais, estão sujeitas à perda de solo, deslizamentos ou quebra de blocos;
- o) Escarpa — vertente rochosa com declive superior a 45°;
- p) Abrupto de erosão — todo o desnível natural de terreno resultante de qualquer forma de erosão;
- q) Insua — forma de acumulação sedimentar situada nos leitos dos cursos de água.

Portaria n.º 197/90

de 19 de Março

Tendo presente a acrescida importância das actividades científicas e tecnológicas, em que os apelos à interdisciplinaridade são cada vez mais prementes, torna-se aconselhável alargar o leque de actividades a abranger pelo conjunto das comissões coordenadoras de investigação da Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, numa perspectiva da sua articulação em rede, nomeadamente nas áreas das Ciências Exactas e Naturais e das Ciências Sociais e Humanas, que desempenham um papel insubstituível nos planos da expansão do conhecimento e da abertura de novas perspectivas de intervenção científica.

ACÇÕES INSUSCEPTÍVEIS DE PREJUDICAR O EQUILÍBRIO ECOLÓGICO DAS ÁREAS INTEGRADAS NA REN NOS TERMOS REFERIDOS NO ANEXO V	CABECEIRAS DAS LINHAS DE ÁGUA	ÁREAS DE MÁXIMA INFILTRAÇÃO	ÁREAS COM RISCOS DE EROSAO	ZONAS AMEAÇADAS PELAS CHEIAS	ALBUFEIRAS		LEITOS DOS CURSOS DE ÁGUA	ZONAS COSTEIRAS (excepto praias, zonas húmidas, arribas ou falésias e respectiva faixa de protecção e duna primária)
					PLANO DE ÁGUA	FAIXA DE PROTECÇÃO		
						Nível pleno de armazenamento 50 m	>50 m	
b) Novos estabelecimentos de culturas marinhas								(b) (*)
c) Recuperação, manutenção e ampliação de estabelecimentos de culturas marinhas existentes, incluindo estruturas de apoio à exploração de actividade.								(a)
d) Reconversão de salinas em estabelecimentos de culturas marinhas, incluindo estruturas de apoio à exploração de actividade.								(a)
IV – PROSPECÇÃO E PESQUISA GEOLÓGICA								
a) Abertura de sanjas, com extensão superior a 30 m ou profundidade superior a 6 m e largura da base superior a 1m.								
b) Abertura de sanjas, de dimensão inferior a 30 m, profundidade inferior a 6 m e largura da base inferior a 1m.								
c) Sondagens mecânicas e outras acções de prospecção e pesquisa geológica de âmbito localizado.								
V – EXPLORAÇÃO DE RECURSOS GEOLÓGICOS								
a) Novas explorações.				(*)				(*)
b) Ampliação de explorações existentes.				(*)				
c) Anexos de exploração exteriores à área de exploração. Equipamentos de britagem, crivagens, moagem, lavagem de inertes e outros de tratamento primário directamente afectos à exploração.				(*)				
d) Ampliação de estabelecimentos industriais de engarrafamento, desde que associadas a águas minerais naturais e de nascente.								
e) Ampliação de balneários termais.								
f) Abertura de caminhos de apoio ao sector.				(*)				
VI – INDÚSTRIA TRANSFORMADORA								
Alterações e/ou ampliações de estabelecimentos industriais.								
VII – TURISMO								
a) Ampliação de estruturas afectas ou a afectar a agroturismo, turismo rural, turismo de habitação, turismo de aldeia e casas de campo.						(*)		
b) Apoios às zonas de recreio balnear e à actividade náutica de recreio, bem como infra-estruturas de apoio, em zonas fluviais.								
c) Estruturas flutuantes de apoio à actividade e à náutica de recreio, em zonas fluviais.								
d) Equipamentos e apoios de praia costeira, bem como infra-estruturas de apoio à utilização das praias.								(c)
VIII – RECREIO E LAZER								
a) Espaços verdes equipados de utilização colectiva.				(*)		(*)		
b) Abertura de trilhos e caminhos pedonais/cicláveis destinados à educação e interpretação ambiental e de descoberta da natureza, incluindo pequenas infra-estruturas de apoio.				(*)				
IX – INSTALAÇÕES MILITARES								
Espaços não construídos.								
X - INFRA-ESTRUTURAS DE SANEAMENTO BÁSICO								
Todas as infra-estruturas de saneamento básico, incluindo ETAR				(*)		(*)	(*)	(*)

ACÇÕES INSUSCEPTÍVEIS DE PREJUDICAR O EQUILÍBRIO ECOLÓGICO DAS ÁREAS INTEGRADAS NA REN NOS TERMOS REFERIDOS NO ANEXO V	CABECEIRAS DAS LINHAS DE ÁGUA	ÁREAS DE MÁXIMA INFILTRAÇÃO	ÁREAS COM RISCOS DE EROÇÃO	ZONAS AMEAÇADAS PELAS CHEIAS	ALBUFEIRAS			LEITOS DOS CURSOS DE ÁGUA	ZONAS COSTEIRAS (excepto praias, zonas húmidas, arribas ou falésias e respectiva faixa de protecção e duna primária)
					PLANO DE ÁGUA	FAIXA DE PROTECÇÃO			
						Nível pleno de armazenamento 50 m	>50 m		
XI – BENEFICIAÇÃO DE VIAS RODOVIÁRIAS E FERROVIÁRIAS E DE CAMINHOS MUNICIPAIS EXISTENTES									
a) Pequenas beneficiações de vias				(*)					
b) Alargamento de plataformas e pequenas correcções de traçado existente.				(*)					
c) Construção de restabelecimentos para supressão de passagens de nível				(*)					
d) Construção de subestações de tracção para reforço da alimentação em linhas electrificadas existentes.									
XII – BENEFICIAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURAS PORTUÁRIAS EXISTENTES									
Beneficiação de infra-estruturas portuárias já existentes e acessibilidades marítimas.									(a)
XIII – PRODUÇÃO DE ELECTRICIDADE A PARTIR DE FONTES DE ENERGIA RENOVÁVEIS									
Produção de electricidade a partir de fontes de energia renováveis.				(*)				(*)	
XIV – ACÇÕES DE PRESERVAÇÃO E VALORIZAÇÃO DOS ECOSISTEMAS									
Desassoreamento, estabilização de taludes e de áreas com risco de erosão, nomeadamente muros de suporte, e obras de correcção torrencial.				(*)				(*)	
XV – REDES ELÉCTRICAS AÉREAS E ANTENAS DE RÁDIO E TELEDIFUSÃO									
XVI – REDES SUBTERRÂNEAS ELÉCTRICAS E DE TELECOMUNICAÇÕES E CONDUTAS DE GÁS.				(*)				(*)	(*)
XVII – VEDAÇÕES E MUROS DE SUPORTE DE TERRAS									
a) Vedação em sebe viva ou postes de madeira e fiadas de arame ou rede e muros de pedra seca.				(*)					
b) Muros de suporte de terras desde que apenas ao limite da cota do terreno, ou até mais 0,20 m acima deste, desde que em pedra seca com enrocamento em terra e sem vedação.				(*)					
XVIII – PEQUENAS PONTES, PONTÕES E OBRAS HIDRÁULICAS				(*)				(*)	
XIX – AMPLIAÇÃO DE OUTRAS EDIFICAÇÕES EXISTENTES									
Ampliação de edificações existentes destinadas a habitação e outras não abrangidas pelos números anteriores, nomeadamente empreendimentos turísticos, hotéis rurais, equipamentos de utilização colectiva, etc..							(*)		

(*) Sujeito aos condicionaisismos específicos referidos no anexo v.

(a) Incluindo as zonas húmidas

(b) Incluindo zonas húmidas e arribas ou falésias e respectiva faixa de protecção.

(c) Toda a zona costeira

Legenda:

	Áreas de REN onde a realização das acções está sujeita a autorização da CCDR competente.
	Áreas de REN onde os usos e acções estão sujeitos a comunicação prévia à CCDR competente.
	Áreas de REN onde as acções referidas estão isentas de autorização ou comunicação prévia.

Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros, 30 de Outubro de 2006. — Pelo Secretário-Geral, a Secretária-Geral-Adjunta, *Ana Almeida*.

Anexo 6 - Anexo V do Decreto-Lei nº 93/90, na redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei nº180/2006 de 6 de Setembro

ANEXO V

Requisitos a observar para viabilização das acções insusceptíveis de prejudicar o equilíbrio ecológico das áreas integradas na Reserva Ecológica Nacional identificadas no anexo IV.

I — Sector agrícola

a) Apoios agrícolas afectos exclusivamente à exploração agrícola e instalações para transformação de produtos exclusivamente da exploração ou de carácter artesanal directamente afectos à exploração agrícola (nomeadamente, armazéns para alfaías, máquinas agrícolas e produtos agrícolas, cubas, silos, secadores, câmaras de refrigeração, estábulos, salas de ordenha e queijarias). — A pretensão pode ser autorizada desde que cumpra, cumulativamente, os seguintes requisitos:

Não existam alternativas de localização viáveis em áreas não integradas na Reserva Ecológica Nacional, devendo a CCDR solicitar à direcção regional de agricultura declaração que, tendo em conta os prédios rústicos e urbanos que o requerente possui em seu nome e a actividade agrícola desenvolvida, ateste a indispensabilidade daquela localização para a racionalidade do plano de exploração agrícola; Seja justificada por razões de necessidade decorrentes da actividade agrícola desenvolvida; A área total de implantação de edificações e respectivas ampliações e impermeabilizações não exceda 750 m² e 1 % da área da exploração agrícola;

A área de exploração seja superior à unidade mínima de cultura definida nos termos da legislação aplicável;

O apoio agrícola se situe junto do assento de lavoura preexistente, salvo casos devidamente justificados;

Quando a pretensão se situar em solos de Reserva Agrícola Nacional, tenha sido obtida previamente autorização da Comissão Regional da Reserva Agrícola para ocupação não agrícola desses solos.

Nota. — Nas zonas ameaçadas pelas cheias só são admitidos em áreas devidamente identificadas pelas entidades competentes, e apenas nos casos em que toda a exploração se encontre em zona ameaçada pelas cheias, como é o caso particular da Lezíria do Tejo, devendo ser garantida a normal circulação das águas, caso em que a construção pode ser sobrelevada

ou assente em pilaretes e preferencialmente de carácter precário.

b) Habitação para fixação em regime de residência própria e permanente dos agricultores.

— A pretensão pode ser autorizada desde que cumpra cumulativamente os seguintes requisitos:

Não existam alternativas de localização, a comprovar através de certidão da conservatória do registo predial e de parcelário, a solicitar pela CCDR competente para a decisão do pedido, com a descrição dos prédios rústicos e urbanos que o requerente possui em seu nome; Esteja prevista e regulamentada em plano municipal de ordenamento do território; Seja justificada por razões de necessidade decorrentes da actividade agrícola desenvolvida; A pretensão esteja integrada e sirva exploração economicamente viável, comprovada por declaração passada pela direcção regional de agricultura a pedido da CCDR competente;

O requerente exerça a título principal a actividade de agricultor e disponha de capacidade profissional adequada, nos termos do programa AGRO e medida AGRIS; Não tenha sido autorizada, nos últimos 10 anos, a realização de uma construção deste tipo por requerente e por exploração agrícola;

Área máxima de implantação e impermeabilização do solo—250 m²;

Área mínima do prédio (unidade matricial) onde se pretende instalar a habitação — pelo menos o dobro da unidade mínima de cultura definida nos termos da legislação aplicável para os terrenos de sequeiro e de arvenses de regadio; Tenha sido obtida prévia autorização da Comissão Regional da Reserva Agrícola para ocupação não agrícola desses solos quando a pretensão se situar em solos de Reserva Agrícola Nacional.

A autorização da pretensão determina a interdição de ampliação nos 10 anos subsequentes, findos os quais se aplica o regime previsto no n.º XVIII do presente anexo.

c) Estufas para produção agrícola, em estrutura ligeira.

— A pretensão pode ser autorizada desde que cumpra cumulativamente os seguintes requisitos:

Seja justificada a necessidade da exploração; Não sejam realizadas obras de edificação e não haja lugar à impermeabilização do solo; Cumpra o Código de Boas Práticas Agrícolas, as normas decorrentes da aplicação do princípio da condicionalidade e outra legislação aplicável;

Seja imposta a obrigatoriedade de reposição do terreno no seu estado originário depois de abandonada a estufa, bem como da eliminação de resíduos, considerando-se abandonada 12 meses após a última colheita.

d) Agricultura em masseiras (acções inerentes ao cultivo em masseiras, incluindo as acções de manutenção das existentes que impliquem a movimentação de solos para adaptação dos terrenos, abertura de poços, drenos e acessos, apenas na área de actuação da Direcção Regional de Entre Douro e Minho).

— A pretensão pode ser autorizada desde que cumpra cumulativamente os seguintes requisitos:

Estar prevista e regulamentada nos instrumentos de gestão territorial;

As áreas onde esta actividade é permitida deverão ser delimitadas e ordenadas, de acordo com a sua capacidade de utilização, pela direcção regional de agricultura e contempladas nos planos especiais e municipais de ordenamento do território;

A movimentação de solos para adaptação dos terrenos não implique alterações significativas da topografia do terreno;

Largura máxima dos acessos— 4 m, observadas as condições da alínea i);

As areias resultantes do movimento de terras não terem outra finalidade que não seja ligada à própria exploração, sendo proibida a sua comercialização;

Seja solicitado parecer à Direcção Regional de Agricultura de Entre Douro e Minho pela CCDR competente.

e) Acções nas regiões delimitadas de interesse vitivinícola, frutícola e olivícola (pelo seu interesse cultural e económico, são admitidas acções relacionadas com a actividade vitivinícola olivícola e frutícola, nomeadamente a alteração da topografia e a construção de muros e patamares para adaptação dos terrenos às culturas, bem como a abertura de acessos).

— A pretensão pode ser autorizada desde que cumpra cumulativamente os seguintes requisitos:

Seja justificada a necessidade das acções para a exploração;

Seja garantida a não afectação dos leitos dos cursos de água;

Seja garantido que as acções a desenvolver não contribuam para o aumento da erosão dos solos, nem para a perda de solo;

Seja solicitado parecer ao organismo competente do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas pela CCDR competente.

Nota. — Nas zonas ameaçadas pelas cheias só podem ser autorizadas se não constituírem ou

contiverem elementos que funcionem como obstáculo à livre circulação das águas.

f) Plantação de oliveiras, vinhas, pomares e instalação de prados, sem alteração da topografia e sem adaptação do terreno às culturas.

— A pretensão deve cumprir cumulativamente os seguintes requisitos:

Garantia de não afectação dos leitos dos cursos de água;

Garantia de que as acções a desenvolver não contribuam para o aumento da erosão dos solos, nem para a perda de solo.

Nota. — Nas zonas ameaçadas pelas cheias não podem constituir ou conter elementos que funcionem como obstáculo à livre circulação das águas.

g) Pequenas estruturas e infra-estruturas de rega e órgãos associados de apoio à exploração agrícola (sem utilização de efluentes) (instalação de tanques, estações de filtragem, condutas, canais, incluindo levadas, e cabinas para motores de rega, para beneficiação da exploração, com área superior a 4 m² e não podendo exceder 10 m²).

— A pretensão pode ser autorizada desde que cumpra cumulativamente os seguintes requisitos:

Não existam alternativas de localização viável em áreas não integradas na Reserva Ecológica Nacional;

Seja justificada por razões de necessidade decorrentes da actividade agrícola desenvolvida; Seja obtida prévia autorização da Comissão Regional da Reserva Agrícola para ocupação não agrícola desses solos quando a pretensão se situar em solos de Reserva Agrícola Nacional.

Nota. — Nas zonas ameaçadas pelas cheias não é autorizada a instalação de tanques e estações de filtragem. As restantes infra-estruturas só podem ser autorizadas se não constituírem ou contiverem elementos que funcionem como obstáculo à livre circulação das águas.

i) Abertura de caminhos de apoio ao sector agrícola.

— A pretensão pode ser autorizada desde que cumpra cumulativamente os seguintes requisitos:

Seja justificada por razões de necessidade decorrentes da actividade agrícola desenvolvida; Largura máxima da plataforma, incluindo berma e drenagem— 5 m;

Utilize pavimento permeável ou semipermeável; O traçado seja adaptado à topografia do terreno, não podendo implicar operações de aterro ou escavação de dimensão relevante;

Seja respeitada a drenagem natural do terreno.

Notas

Nas zonas ameaçadas pelas cheias não podem constituir ou conter elementos que funcionem como obstáculo à livre circulação das águas. Na faixa de protecção a albufeiras a pretensão apenas pode ser autorizada nas situações de recuperação da rede de acessibilidades existente que tenha sido destruída com a criação da albufeira ou quando enquadrada em plano de ordenamento de albufeira de águas públicas.

j) Construção de pequenos açudes e charcas de apoio à exploração agrícola, com capacidade máxima de 15 000 m³.

— A pretensão pode ser autorizada desde que cumpra cumulativamente os seguintes requisitos:

Seja justificada por razões de necessidade decorrentes da actividade agrícola desenvolvida; As charcas não estabeleçam ligação com as linhas de água, com excepção de eventual encaminhamento de excedentes através de descarregador para uma linha de água próxima; Seja solicitado parecer ao organismo competente do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas pela CCDR competente.

Nota. — Nos leitos dos cursos de água só são admitidos açudes.

II — Sector florestal

a) Pequenas charcas para fins de defesa da floresta e combate a incêndios com capacidade máxima de 2000 m³.

— A pretensão deve cumprir cumulativamente os seguintes requisitos:

Ser justificada por razões de necessidade decorrentes da actividade desenvolvida; As charcas não devem estabelecer ligação com as linhas de água, com excepção de eventual encaminhamento de excedentes através de descarregador para uma linha de água próxima; Nos casos em que a pretensão está sujeita a autorização da CCDR, deve esta entidade solicitar parecer ao organismo competente do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, desde que a execução de charcas não esteja prevista em plano de defesa da floresta.

b) Charcas para fins de defesa da floresta e combate a incêndios, com capacidade máxima de 2000 m³ a 15 000 m³.

— A pretensão pode ser autorizada desde que cumpra cumulativamente os seguintes requisitos:

Seja justificada por razões de necessidade decorrentes da actividade desenvolvida;

As charcas não estabeleçam ligação com as linhas de água, com excepção de eventual encaminhamento de excedentes através de descarregador para uma linha de água próxima; Seja solicitado parecer ao organismo competente do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas pela CCDR competente para a decisão do pedido, desde que a execução de charcas não esteja prevista em plano de defesa da floresta.

c) Acções inerentes à condução da exploração florestal.

— Apenas as que sejam autorizadas pela Direcção- Geral dos Recursos Florestais ou resultem de planos de gestão florestal aprovados.

III — Aquicultura marinha

a) Novos estabelecimentos de culturas marinhas (apenas os que se desenvolvam com base em estruturas flutuantes, com sistema de fixação ao fundo, sem que se verifiquem alterações físicas do meio oceânico).

— A pretensão pode ser autorizada desde que cumpra cumulativamente os seguintes requisitos:

Avaliação das alterações a introduzir na área de REN, do seu enquadramento ambiental e paisagístico, das condições de instalação e funcionamento, aspectos a considerar no projecto a apresentar; Parecer prévio favorável da Direcção-Geral das Pescas e Aquicultura.

b) Novos estabelecimentos de culturas marinhas.

— A pretensão pode ser autorizada desde que cumpra cumulativamente os seguintes requisitos:

Avaliação das alterações a introduzir na área de REN, do seu enquadramento ambiental e paisagístico, das condições de instalação e funcionamento, aspectos que devem ser contemplados no projecto de instalação a apresentar; Parecer prévio favorável da Direcção-Geral das Pescas e Aquicultura.

Nota.

— Nas zonas costeiras identificadas no anexo IV só pode ser autorizada a localização da tubagem de captação de água.

Esta autorização depende da demonstração da imprescindibilidade da mesma e da verificação de que a sua execução e implantação não têm impactes negativos sobre a respectiva área, nomeadamente não constituindo factor de instabilidade ou de degradação da área de REN e ou da faixa de terreno atravessada.

c) Recuperação, manutenção e ampliação de estabelecimentos de culturas marinhas existentes, incluindo estruturas de apoio à exploração da actividade.

— A pretensão pode ser autorizada desde que cumpra cumulativamente os seguintes requisitos:

Seja justificada por razões de necessidade decorrente do uso e actividade existentes;

Sejam reduzidas ao mínimo as áreas artificializadas, devendo os taludes e cômodos ser revestidos com vegetação própria da área;

Sejam aproveitados caminhos existentes, só sendo permitida a abertura de novos caminhos a título excepcional e desde que devidamente justificado, não podendo os mesmos ser impermeabilizados;

O fornecimento de energia eléctrica só será admissível por cabos subterrâneos;

As instalações de apoio à actividade devem ser prioritariamente estruturas leves do tipo amovível, sobreelevadas sobre estacaria quando justificável, com área máxima de 80 m², que inclui, nomeadamente, casa do guarda, armazém de rações e equipamentos necessários à actividade;

Concluídas as obras o titular da licença deve remover o entulho e materiais sobranes para aterro licenciado;

Demonstração da não afectação das áreas de REN e dos valores naturais, em especial os inscritos nas áreas classificadas ao abrigo da Rede Natura, bem como da avaliação do seu enquadramento ambiental e paisagístico e das condições de instalação e funcionamento, aspectos que devem ser contemplados no projecto de instalação a apresentar;

Quando localizados em áreas classificadas ao abrigo da Rede Natura, seja obtido previamente parecer favorável do Instituto da Conservação da Natureza, no cumprimento da legislação em vigor;

Parecer prévio favorável da Direcção-Geral das Pescas e Aquicultura.

d) Reconversão de salinas em estabelecimentos de culturas marinhas, incluindo estruturas de apoio à exploração de actividade.

— A pretensão pode ser autorizada desde que cumpra cumulativamente os seguintes requisitos:

Seja adoptado regime de cultura extensivo e semi-intensivo;

Sejam utilizadas prioritariamente as lamas provenientes do interior do pejo da marinha, e caso não sejam suficientes, seja utilizada terra com as mesmas características;

Sejam reduzidas ao mínimo as áreas artificializadas, nomeadamente largura das vias de acesso e dos diques, devendo os taludes e

cômodos ser revestidos com vegetação própria da área;

Para estabilização dos muros e zonas das comportas e redução do impacte visual, devem ser semeados/plantados prados compostos exclusivamente por espécies autóctones existentes na zona;

Sejam aproveitados caminhos existentes, só sendo permitida a abertura de novos caminhos a título excepcional desde que devidamente justificada, não podendo os mesmos ser impermeabilizados;

Os trabalhos com retroescavadoras sejam limitados à retirada de lamas do pejo para a construção dos muros e lombos das culturas marinhas ou para consolidação dos caminhos;

O fornecimento de energia eléctrica só é admissível por cabos subterrâneos;

As instalações de apoio à actividade deverão ser prioritariamente estruturas leves do tipo amovível, sobreelevadas sobre estacaria quando justificável, com área máxima de 80 m², que inclui, nomeadamente, casa do guarda, armazém de rações e equipamentos necessários à actividade;

Concluídas as obras, o titular da licença deve remover o entulho e materiais sobranes para aterro licenciado;

Demonstração da não afectação das áreas de REN e dos valores naturais, em especial dos inscritos nas áreas classificadas ao abrigo da Rede Natura, bem como da avaliação do seu enquadramento ambiental e paisagístico e das condições de instalação e funcionamento, aspectos que devem ser contemplados no projecto de instalação a apresentar;

Quando localizados em áreas classificadas ao abrigo da Rede Natura seja obtido previamente parecer favorável do Instituto da Conservação da Natureza, no cumprimento da legislação em vigor;

Parecer prévio favorável da Direcção-Geral das Pescas e Aquicultura.

IV — Prospekção e pesquisa geológica e hidrogeológica

a) Abertura de sanjas, com extensão superior a 30 m ou profundidade superior a 6 m e largura da base superior a 1 m. — A pretensão pode ser autorizada desde que cumpra cumulativamente os seguintes requisitos:

Seja justificada a necessidade da acção;

Sejam estabelecidas medidas de minimização das disfunções ambientais;

Sejam repostas as camadas de solo de acordo com o perfil preexistente.

b) Abertura de sanjas, de dimensão inferior a 30 m, profundidade inferior a 6 m e largura da base inferior a 1 m.

— A pretensão pode ser autorizada desde que cumpra cumulativamente os seguintes requisitos:

Seja justificada a necessidade da acção;

Sejam estabelecidas medidas de minimização das disfunções ambientais;

Sejam repostas as camadas de solo de acordo com o perfil preexistente.

c) Sondagens mecânicas e outras acções de prospecção e pesquisa geológica e hidrogeológica de âmbito localizado.

— A pretensão pode ser autorizada desde que cumpra cumulativamente os seguintes requisitos:

Seja justificada a necessidade da acção;

Seja assegurada a minimização dos principais riscos de erosão e deslizamento, bem como de contaminação de solos e sistemas hídricos;

Sejam repostas as camadas de solo de acordo com o perfil preexistente.

V — Exploração de recursos geológicos

a) Novas explorações.

— A pretensão pode ser autorizada desde que cumpra cumulativamente os seguintes requisitos:

Estar prevista e regulamentada em plano municipal de ordenamento do território;

Seja comprovada a inexistência de alternativas de localização viável em áreas não integradas na Reserva Ecológica Nacional;

Seja justificada a necessidade da exploração;

No caso da exploração não ser sujeita a procedimento de avaliação de impacto ambiental, nos termos da legislação aplicável, deve o projecto ser acompanhado de estudo de incidências ambientais, cujo conteúdo será definido por despacho conjunto dos membros do Governo responsáveis pelas áreas do ambiente e da economia;

No âmbito da avaliação de impacto ambiental ou de incidências ambientais deverão ser apresentadas medidas de compensação ambiental, a executar na fase de exploração e pós-exploração, preferencialmente a recuperação de outras pedreiras ambientalmente degradadas;

Seja reconhecida, pela autarquia, como revestindo interesse público municipal.

No caso de exploração de massas minerais — pedreiras — a autorização só pode ocorrer no âmbito da emissão de parecer relativo ao plano de pedreira.

Notas

A localização em zonas ameaçadas pelas cheias só pode ser autorizada se ficar comprovado não existir localização alternativa fora destas áreas e se não constituírem ou contiverem elementos

que funcionem como obstáculo à livre circulação das águas, não sendo admitida alteração de cotas do terreno natural.

Nos leitos dos cursos de água admite-se a possibilidade de ocorrer a mobilização e extracção de inertes, desde que previstas em planos específicos de gestão de extracção de inertes em domínio hídrico e desde que a intervenção se destine a melhorar as condições de funcionamento do curso de água ou se enquadre na implementação de uma utilização do domínio hídrico.

b) Ampliação de explorações existentes.

— A pretensão pode ser autorizada desde que cumpra cumulativamente os seguintes requisitos:

Estar prevista e regulamentada em plano municipal de ordenamento do território;

Seja justificada por razões de necessidade decorrentes do uso existente;

No caso da exploração não ser sujeita a procedimento de avaliação de impacto ambiental, nos termos da legislação aplicável, deve o projecto ser acompanhado de estudo de incidências ambientais, cujo conteúdo será definido por despacho conjunto dos membros do Governo responsáveis pelas áreas do ambiente e da economia;

No âmbito da avaliação de impacto ambiental ou de incidências ambientais, deverão ser apresentadas medidas de compensação ambiental a executar nas fases de exploração e pós-exploração;

Seja reconhecida, pela autarquia, como revestindo interesse público municipal.

No caso de exploração de massas minerais — pedreiras — a autorização só pode ocorrer no âmbito da emissão de parecer relativo ao plano de pedreira.

Nota.

— A localização em zonas ameaçadas pelas cheias só pode ser autorizada se ficar comprovado não existir localização alternativa fora destas áreas e se não constituírem ou contiverem elementos que funcionem como obstáculo à livre circulação das águas, não sendo admitida alteração das cotas do terreno natural.

c) Anexos de exploração exteriores à área de exploração (equipamentos de britagem, crivagens, moagem, lavagem de inertes e outros de tratamento primário directamente afectos à exploração).

— A pretensão pode ser autorizada desde que cumpra cumulativamente os seguintes requisitos:

Seja comprovada a inexistência de alternativas de localização viável em áreas não integradas na Reserva Ecológica Nacional;

Seja justificada a imprescindibilidade da exploração e dos anexos de pedreira;

Defina medidas de compensação ambiental a executar durante as fases de construção, exploração e desactivação;

Garanta a remoção de todos os anexos no final do prazo da autorização, bem como a recuperação da área de intervenção, devendo para tal ser apresentado projecto específico a aprovar pela CCDR;

Seja reconhecida, pela autarquia, como revestindo interesse público municipal.

Nota.

— A localização em zonas ameaçadas pelas cheias só pode ser autorizada se ficar comprovado não existir localização alternativa fora destas áreas e se não constituírem ou contiverem elementos que funcionem como obstáculo à livre circulação das águas, não sendo admitida alteração das cotas do terreno natural.

d) Ampliação de estabelecimentos industriais de engarrafamento, desde que associados a nascentes e águas minerais naturais.

— A pretensão pode ser autorizada desde que cumpra cumulativamente os seguintes requisitos:

A edificação existente esteja licenciada, nos termos legalmente exigidos;

Seja comprovada a inexistência de alternativas de localização viável em áreas não integradas na Reserva Ecológica Nacional;

Seja justificada por razões de necessidade decorrentes do uso existente;

A área a ampliar não exceda 20 % da área de implantação existente;

Seja reconhecida, pela autarquia, como revestindo interesse público municipal.

e) Ampliação de balneários termais.

— A pretensão pode ser autorizada desde que cumpra cumulativamente os seguintes requisitos:

A edificação existente esteja licenciada, nos termos legalmente exigidos;

Seja comprovada a inexistência de alternativas de localização viável em áreas não integradas na Reserva Ecológica Nacional;

Seja justificada por razões de necessidade decorrentes do uso existente;

Não implique um acréscimo da área de implantação superior a 20 % da área de implantação existente;

Seja reconhecida, pela autarquia, como revestindo interesse público municipal.

f) Abertura de caminhos de apoio ao sector.

— A pretensão pode ser autorizada desde que cumpra cumulativamente os seguintes requisitos:

Seja justificada por razões de necessidade decorrentes da actividade desenvolvida;

Largura máxima da plataforma, incluindo berma e drenagem — 4 m;

Utilize pavimento permeável ou semipermeável;

O traçado seja adaptado à topografia do terreno, não podendo implicar operações de aterro ou escavação de dimensão relevante;

Seja respeitada a drenagem natural do terreno.

Nota. — Nas zonas ameaçadas pelas cheias só podem ser autorizados se não constituírem ou contiverem elementos que funcionem como obstáculo à livre circulação das águas.

VI — Indústria transformadora

Alterações e ou ampliações de estabelecimentos industriais.

— A pretensão pode ser autorizada desde que cumpra cumulativamente os seguintes requisitos:

A edificação existente esteja licenciada, nos termos legalmente exigidos;

Seja justificada por razões de necessidade decorrentes do uso existente;

Não implique um acréscimo da área de implantação superior a 20 % da área de implantação existente;

No caso dos anexos de pedreira, só é admitida a ampliação da área não coberta, e até 20 % da área de implantação existente, desde que não implique movimentação e impermeabilização dos solos;

Seja reconhecida, pela autarquia, como revestindo interesse público municipal.

VII — Turismo

a) Ampliação de estruturas afectas a agroturismo, turismo rural, turismo de habitação, turismo de aldeia e casas de campo.

— A pretensão pode ser autorizada desde que cumpra cumulativamente os seguintes requisitos:

A edificação existente esteja licenciada, nos termos legalmente exigidos;

Seja justificada por razões de necessidade decorrentes do uso existente;

Não implique acréscimo da área de implantação superior a 30 % da área de implantação existente;

Os equipamentos de recreio e lazer de apoio ao empreendimento sejam dimensionados em função da capacidade de alojamento do empreendimento, devendo as intervenções respeitar a topografia do terreno e privilegiar a

utilização de materiais permeáveis ou semipermeáveis nos pavimentos, bem como o recurso a materiais perecíveis nos equipamentos de apoio;

Os pontos de comercialização de produtos tradicionais tenham uma área máxima de construção de 50 m².

A autorização da pretensão de ampliação determina a interdição de nova ampliação nos 10 anos subsequentes.

Nota. — Na faixa de protecção às albufeiras (>50 m) só são admitidas as acções previstas em plano de ordenamento de albufeira de águas públicas.

b) Apoios às zonas de recreio balnear e à actividade náutica de recreio, bem como infra-estruturas de apoio, em zonas fluviais.

— A pretensão pode ser autorizada desde que cumpra cumulativamente os seguintes requisitos:

Esteja enquadrada em projecto que abranja a totalidade da zona de recreio balnear ou de apoio à náutica de recreio;

Assegure as funções de apoio de praia (1), quando inseridos em zonas de apoio balnear (2); As edificações devem ser em madeira ou outros materiais perecíveis e assentes em estacaria, sem impermeabilização do solo e com um sistema adequado de tratamento de efluentes; A abertura de novos acessos, viários e pedonais, bem como a reabilitação e ampliação dos existentes, só podem ser autorizadas quando os mesmos sejam necessários ao funcionamento das zonas de recreio balnear ou de apoio à náutica de recreio;

No caso de albufeiras de águas públicas com plano de ordenamento eficaz, a abertura de novos acessos, viários e pedonais, bem como a reabilitação e ampliação dos existentes, só podem ser autorizadas quando previstas nesse instrumento de gestão territorial;

No caso de albufeiras de águas públicas com plano de ordenamento eficaz, a pretensão tem de estar expressamente prevista nesse plano.

c) Estruturas flutuantes de apoio à actividade e à náutica de recreio, em zonas fluviais.

— Apenas podem ser autorizadas quando previstas em plano de ordenamento de albufeira de águas públicas.

d) Equipamentos e apoios de praia costeira, bem como infra-estruturas de apoio à utilização das praias.

— A pretensão pode ser autorizada desde que cumpra cumulativamente os seguintes requisitos:

Os equipamentos, apoios de praia costeira e infra-estruturas de apoio à utilização das praias

estejam previstos em plano de ordenamento da orla costeira (POOC) eficaz;

A abertura de novos acessos, viários e pedonais, bem como a reabilitação e ampliação dos existentes estejam previstos em plano de praia que integre um POOC.

VIII — Recreio e lazer

a) Espaços verdes equipados de utilização colectiva.

— A pretensão pode ser autorizada desde que cumpra cumulativamente os seguintes requisitos:

As edificações de apoio utilizem materiais perecíveis ou amovíveis, não envolvendo movimentações de terras significativas; Seja adaptada à topografia do local, não podendo implicar movimentos de terras significativos;

Não haja lugar a impermeabilização do solo;

Garanta a preservação da vegetação existente, em particular a ripícola;

Assegure a recolha de resíduos.

Notas

Nas zonas ameaçadas pelas cheias só podem ser autorizados se não constituírem ou contiverem elementos que funcionem como obstáculo à livre circulação das águas.

Na faixa de protecção às albufeiras (npa-50 m) só são admitidas as acções previstas em plano de ordenamento de albufeira de águas públicas.

b) Abertura de trilhos e caminhos pedonais/cicláveis destinados à educação e interpretação ambiental e de descoberta da natureza, incluindo pequenas infra-estruturas de apoio.

— A pretensão pode ser autorizada desde que cumpra cumulativamente os seguintes requisitos:

Não implique mobilizações do solo;

Não implique a realização de obras de construção;

Sejam exclusivamente utilizados pavimentos permeáveis.

Nota.

— Nas zonas ameaçadas pelas cheias só podem ser autorizados se não constituírem ou contiverem elementos que funcionem como obstáculo à livre circulação das águas.

IX — Instalações militares

Espaços não construídos, designadamente heliportos, parques de estacionamento em pavimento permeável ou semipermeável, espaços verdes, sem prejuízo da necessária

limitação das áreas impermeabilizadas e das alterações ao relevo, assegurando uma correcta integração paisagística.

X — Infra-estruturas de saneamento básico

Todas as infra-estruturas de saneamento básico, incluindo ETAR.

— A pretensão pode ser autorizada desde que cumpra cumulativamente os seguintes requisitos:

Não exista alternativa de localização económica e tecnicamente viável em áreas não integradas na REN;

Seja justificada a necessidade de execução das infra-estruturas.

Notas

Nas zonas ameaçadas pelas cheias só podem ser autorizadas se não constituírem ou contiverem elementos que funcionem como obstáculo à livre circulação das águas.

Na faixa de protecção a albufeiras (npa-50 m) só são admitidas infra-estruturas de abastecimento público de água e redes de esgotos.

Nas zonas costeiras só são admitidas redes de abastecimento público de água e de esgotos.

Nos leitos dos cursos de água não são autorizadas estruturas e edificações de apoio.

XI — Beneficiação de vias rodoviárias e ferroviárias e de caminhos municipais existentes

a) Pequenas beneficiações de vias, designadamente trabalhos de saneamento ou reperfilamento de taludes e correcções de traçado em que a plataforma da nova via não extravase, no seu todo, a plataforma actual.

Nota. — Nas zonas ameaçadas pelas cheias não podem constituir ou conter elementos que funcionem como obstáculo à livre circulação das águas.

b) Alargamento de plataformas e pequenas correcções de traçado existente.

— A pretensão só pode ser autorizada se cumprir cumulativamente os seguintes requisitos:

Seja justificada e demonstrada a necessidade de beneficiação das infra-estruturas;

Sejam adaptadas à topografia do terreno;

Respeite a drenagem natural dos terrenos, garantindo a minimização da contaminação dos solos e da água.

Nota. — Nas zonas ameaçadas pelas cheias só podem ser autorizados se não constituírem ou contiverem elementos que funcionem como obstáculo à livre circulação das águas.

c) Construção de restabelecimentos para supressão de passagens de nível.

— A pretensão só pode ser autorizada se cumprir cumulativamente os seguintes requisitos:

Seja justificada e demonstrada a necessidade de beneficiação das infra-estruturas;

Seja adaptada à topografia do terreno;

Respeite a drenagem natural dos terrenos, garantindo a minimização da contaminação dos solos e da água.

Nota. — Nas zonas ameaçadas pelas cheias só podem ser autorizados se não constituírem ou contiverem elementos que funcionem como obstáculo à livre circulação das águas.

d) Construção de subestações de tracção para reforço da alimentação em linhas electrificadas existentes.

— A pretensão só pode ser autorizada se cumprir cumulativamente os seguintes requisitos:

Seja justificada e demonstrada a necessidade de beneficiação da infra-estrutura;

As intervenções a efectuar sejam adaptadas às condições topográficas do terreno, de modo a minimizar as intervenções, não devendo implicar volumes significativos de movimentação de terras;

Respeite a drenagem natural dos terrenos;

Seja demonstrada a não afectação das áreas integradas na REN e dos valores naturais, bem como avaliado o seu enquadramento ambiental e paisagístico, aspectos que devem ser contemplados em projecto a apresentar para o efeito.

XII — Beneficiação de infra-estruturas portuárias existentes

Beneficiação de infra-estruturas portuárias já existentes e acessibilidades marítimas.

— A pretensão só pode ser autorizada se cumprir cumulativamente os seguintes requisitos:

Seja justificada e demonstrada a necessidade de beneficiação das infra-estruturas;

Seja adaptada às condições hidrotopográficas, de modo a minimizar as intervenções.

XIII — Produção de electricidade a partir de fontes de energia renováveis

Produção de electricidade a partir de fontes de energia renováveis.

— Podem ser autorizadas as acções de produção de electricidade a partir de fontes de energia renováveis nos termos do despacho conjunto n.º 51/2004, de 31 de Janeiro, dos Ministros da Economia e das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente.

Notas

Nas zonas ameaçadas pelas cheias só podem ser autorizadas se não constituírem ou contiverem elementos que funcionem como obstáculo à livre circulação das águas. Nos leitos dos cursos de água só são admitidas mini-hídricas.

XIV — Acções de preservação e valorização dos ecossistemas

Desassoreamento, estabilização de taludes e de áreas com risco de erosão, nomeadamente muros de suporte e obras de correcção torrencial.

— A pretensão pode ser autorizada desde que cumpra cumulativamente os seguintes requisitos:

Seja justificada a necessidade da obra;

Seja adaptada à topografia do terreno.

Fica proibida a comercialização das areias resultantes dos movimentos de terras.

Nota. — Nas zonas ameaçadas pelas cheias e nos leitos dos cursos de água só podem ser autorizadas se não constituírem ou contiverem elementos que funcionem como obstáculo à livre circulação das águas.

XVI — Redes subterrâneas eléctricas e de telecomunicações e condutas de gás

A pretensão pode ser autorizada desde que cumpra cumulativamente os seguintes requisitos:

Reposição das camadas de solo de acordo com o perfil preexistente;

Protecção da camada arável por vegetação que atenua eventuais riscos erosivos, deslizamentos e outros, como contaminação resultante de fugas.

Nota.

— Nas zonas ameaçadas pelas cheias, nos leitos dos cursos de água e nas zonas costeiras não são autorizadas estruturas e edificações de apoio.

XVII — Vedações e muros de suporte de terras

a) Vedações em sebe viva ou postes de madeira e fiadas de arame ou rede e muros de pedra seca.

Nota. — Nas zonas ameaçadas pelas cheias só podem ser autorizados se não constituírem ou contiverem elementos que funcionem como obstáculo à livre circulação das águas.

b) Muros de suporte de terras desde que apenas ao limite da cota do terreno, ou até mais 0,20 m acima deste desde que em pedra seca com enrocamento em terra e sem vedação.

Nota. — Nas zonas ameaçadas pelas cheias só podem ser autorizados se não constituírem ou contiverem elementos que funcionem como obstáculo à livre circulação das águas.

XVIII — Pequenas pontes, pontões e obras hidráulicas

A pretensão pode ser autorizada desde que cumpra cumulativamente os seguintes requisitos:

Seja justificada a necessidade da obra;

Seja adaptada à topografia do terreno.

Nota. — Nas zonas ameaçadas pelas cheias e nos leitos dos cursos de água só podem ser autorizadas se não constituírem ou contiverem elementos que funcionem como obstáculo à livre circulação das águas.

XIX — Ampliação de outras edificações existentes

Ampliação de edificações existentes destinadas a habitação e outras não abrangidas pelos números anteriores nomeadamente empreendimentos turísticos, hotéis rurais, equipamentos de utilização colectiva, etc.

— A pretensão pode ser autorizada desde que cumpra cumulativamente os seguintes requisitos:

A edificação existente esteja licenciada, nos termos legalmente exigidos;

Esteja prevista e regulamentada em plano municipal de ordenamento do território;

Seja justificada por razões de necessidade decorrentes do uso existente;

A área a ampliar não exceda 20 % da área de implantação existente;

No caso de edificações destinadas à habitação, quando da aplicação do requisito anterior não resulte uma área total de implantação (soma das áreas de implantação existente e a ampliar) superior a 250 m², pode ser autorizada uma ampliação até àquele valor.

A autorização da pretensão de ampliação determina a interdição de nova ampliação nos dez anos subsequentes.

Nota. — Na faixa de protecção a albufeiras (>50m) só podem ser autorizadas desde que previstas e regulamentadas em plano de ordenamento de albufeira de águas públicas. (1) Entende-se por apoio de praia o núcleo básico de funções e serviços, infra-estruturado, que integra sanitários (com acesso independente e exterior), posto de socorros, comunicação de emergência, informação, vigilância e assistência a banhistas, limpeza de praia e recolha de lixo,

bem como outras funções e serviços,
nomeadamente comerciais. (2)
Entende-se por zona de apoio balnear a frente
de praia constituída pela faixa de terreno e plano
de água adjacente.»

Anexo 7 – Anexo I do Decreto-Lei nº 166/2008, de 22 de Agosto

ANEXO I

(a que se refere o artigo 5.º)

Definições e critérios de delimitação de cada uma das áreas referidas no artigo 4.º e funções respectivamente desempenhadas

SECÇÃO I

Áreas de protecção do litoral

a) Faixa marítima de protecção costeira

1 — A faixa marítima de protecção costeira é uma faixa ao longo de toda a costa marítima no sentido do oceano, correspondente à parte da zona nerítica com maior riqueza biológica, delimitada superiormente pela linha que limita o leito das águas do mar e inferiormente pela batimétrica dos 30 m.

2 — A faixa marítima de protecção costeira caracteriza-se pela sua elevada produtividade em termos de recursos biológicos e pelo seu elevado hidrodinamismo responsável pelo equilíbrio dos litorais arenosos, bem como por ser uma área de ocorrência de *habitats* naturais e de espécies da flora e da fauna marinhas consideradas de interesse comunitário nos termos do Decreto -Lei n.º 49/2005, de 24 de Fevereiro.

3 — Na faixa marítima de protecção costeira podem ser realizados os usos e as acções que não coloquem em causa, cumulativamente, as seguintes funções:

- i) As funções descritas no número anterior;
- ii) Os processos de dinâmica costeira;
- iii) O equilíbrio dos sistemas biofísicos;
- iv) A segurança de pessoas e bens.

b) Praias

1 — As praias são formas de acumulações de sedimentos não consolidados, geralmente de areia ou cascalho, compreendendo um domínio emerso, que corresponde à área sujeita à influência das marés e ainda à porção geralmente emersa com indícios do último sintoma de actividade do espraio das ondas ou de galgamento durante episódios de temporal, bem como um domínio submerso, que se estende até à profundidade de fecho e que corresponde à área onde, devido à

influência das ondas e das marés, se processa a deriva litoral e o transporte de sedimentos e onde ocorrem alterações morfológicas significativas nos fundos proximais.

2 — Na delimitação das praias deve considerar -se a área compreendida entre a linha representativa da profundidade de fecho para o regime da ondulação no respectivo sector de costa e a linha que delimita a actividade do espraio das ondas ou de galgamento durante episódio de temporal, a qual, consoante o contexto geomorfológico presente, poderá ser substituída pela base da duna embrionária/frontal ou pela base da escarpa de erosão entalhada no cordão dunar ou pela base da arriba.

3 — Nas praias podem ser realizados os usos e as acções que não coloquem em causa, cumulativamente, as seguintes funções:

- i) Manutenção dos processos de dinâmica costeira;
- ii) Conservação dos *habitats* naturais e das espécies da flora e da fauna;
- iii) Manutenção da linha de costa;
- iv) Segurança de pessoas e bens.

c) Barreiras detríticas (restingas, barreiras soldadas e ilhas -barreira)

1 — As barreiras detríticas são cordões arenosos destacados de terra, com um extremo a ela fixo e outro livre, no caso das restingas, ligadas a terra por ambas as extremidades, no caso das barreiras soldadas, ou contidas entre barras de maré permanentes, no caso das ilhas -barreira.

2 — As barreiras detríticas estão frequentemente localizadas na embocadura de estuários ou na margem externa de lagunas, são providas de mobilidade em direcção a terra ou ao mar, podendo crescer ou encurtar em função da agitação marítima dominante.

3 — As restingas correspondem à área compreendida entre as linhas de máxima baixa -mar de águas vivas equinociais, que a limitam quando esta se projecta em direcção ao mar, ou entre a linha de máxima baixa -mar de águas vivas equinociais do lado oceânico e o sapal ou

estuário, quando se desenvolva ao longo da embocadura de um estuário.

4 — As barreiras soldadas correspondem à área compreendida entre as linhas de máxima baixa -mar de águas vivas equinociais que a limitam, ou entre a linha de máxima baixa -mar de águas vivas equinociais, do lado oceânico, e o sapal ou estuário, do lado interior.

5 — As ilhas -barreira correspondem à área compreendida entre a linha de máxima baixa -mar de águas vivas equinociais, do lado oceânico, e a laguna ou o sapal, do lado interior.

6 — Nas barreiras detriticas podem ser realizados os usos e as acções que não coloquem em causa, cumulativamente, as seguintes funções:

- i) Barreira contra os processos de galgamento oceânico e de erosão provocada pelo mar e pelo vento;
- ii) Garantia dos processos de dinâmica costeira e de apoio à diversidade dos sistemas naturais, designadamente da estrutura dunar, da vegetação e da fauna.

d) Tômbolos

1 — Os tômbolos são formações que resultam da acumulação de materiais arenosos ou cascalhentos que ligam uma ilha ao continente.

2 — Na delimitação dos tômbolos deve considerar – se a área de acumulação de materiais arenosos cujo limite inferior é definido pela linha da profundidade de fecho para o regime da ondulação no respectivo sector de costa e nos topos pela linha que representa o contacto entre aquela acumulação arenosa e as formações geológicas por ela unidas.

3 — Nos tômbolos podem ser realizados os usos e as acções que não coloquem em causa, cumulativamente, as seguintes funções:

- i) A manutenção da dinâmica costeira;
- ii) A conservação dos *habitats* naturais e das espécies da flora e da fauna;
- iii) A manutenção da linha de costa.

e) Sapais

1 — Os sapais são ambientes sedimentares de acumulação localizados na zona intertidal elevada, acima do nível médio do mar local, de litorais abrigados, ocupados

por vegetação halofítica ou por mantos de sal.

2 — A delimitação dos sapais deve atender às características sedimentares e bióticas presentes.

3 — Nos sapais podem ser realizados os usos e as acções que não coloquem em causa, cumulativamente, as seguintes funções:

- i) Conservação de *habitats* naturais e das espécies da flora e da fauna;
- ii) Manutenção do equilíbrio e da dinâmica flúvio-marinha;
- iii) Depuração da água de circulação e amortecimento do impacte das marés e ondas.

f) Ilhéus e rochedos emersos no mar

1 — Os ilhéus e os rochedos emersos no mar são formações rochosas destacadas da costa por influência da erosão marinha.

2 — Os ilhéus e os rochedos emersos no mar correspondem às áreas emersas limitadas pela linha máxima de baixa -mar de águas vivas equinociais.

3 — Os ilhéus e os rochedos emersos no mar caracterizam-se pela sua relevância para a protecção e conservação de *habitats* naturais e das espécies da flora e da fauna.

4 — Nos ilhéus e nos rochedos emersos no mar não são admitidos quaisquer usos e acções.

g) Dunas costeiras e dunas fósseis

I — Dunas costeiras

1 — As dunas costeiras são formas de acumulação eólica de areia marinhas.

2 — A área correspondente às dunas costeiras é delimitada, do lado do mar, pela base da duna embrionária, ou frontal, ou pela base da escarpa de erosão entalhada no cordão dunar, abrangendo as dunas frontais em formação, próximas do mar, as dunas frontais semiestabilizadas, localizadas mais para o interior, e outras dunas, estabilizadas pela vegetação ou móveis, cuja morfologia resulta da movimentação da própria duna.

3 — Em dunas costeiras podem ser realizados os usos e as acções que não coloquem em causa, cumulativamente, as seguintes funções:

- i) Constituição de barreira contra fenómenos de erosão e galgamento

oceânico, associados a tempestades ou *tsunami*, e erosão eólica;

ii) Armazenamento natural de areia para compensação da perda de sedimento provocada pela erosão;

iii) Garantia dos processos de dinâmica costeira e da diversidade dos sistemas naturais, designadamente da estrutura geomorfológica, dos *habitats* naturais e das espécies da flora e da fauna;

iv) Equilíbrio dos sistemas biofísicos;

v) Manutenção da linha de costa;

vi) Preservação do seu interesse cénico e geológico;

vii) Segurança de pessoas e bens.

II — Dunas fósseis

1 — As dunas fósseis são dunas consolidadas através de um processo natural de cimentação.

2 — As dunas fósseis são delimitadas, do lado do mar, pelo sopé do edifício dunar consolidado e, do lado de terra, pela linha de contacto com as restantes formações geológicas.

3 — Em dunas fósseis podem ser realizados os usos e as acções que não coloquem em causa, cumulativamente, as seguintes funções:

i) Equilíbrio dos sistemas biofísicos;

ii) Preservação do seu interesse geológico;

iii) Conservação da estrutura geomorfológica dos *habitats* naturais e das espécies da flora e da fauna.

h) Arribas e respectivas faixas de protecção

1 — As arribas são uma forma particular de vertente costeira abrupta ou com declive elevado, em regra talhada em materiais coerentes pela acção conjunta dos agentes morfogenéticos marinhos, continentais e biológicos.

2 — As faixas de protecção de arribas devem ser delimitadas a partir do rebordo superior, para o lado de terra, e da base da arriba, para o lado do mar, tendo em consideração as suas características geológicas, a salvaguarda da estabilidade da arriba, as áreas mais susceptíveis a movimentos de massa em vertentes ou a queda de blocos ou calhaus, a prevenção de riscos e a segurança de pessoas e bens e, ainda, o seu interesse cénico.

3 — Nas arribas e respectivas faixas de protecção podem ser realizados os usos e as acções que não coloquem em causa, cumulativamente, as seguintes funções:

i) Constituição de barreira contra fenómenos de galgamento oceânico;

ii) Garantia dos processos de dinâmica costeira;

iii) Garantia da diversidade dos sistemas biofísicos;

iv) Conservação de *habitats* naturais e das espécies da flora e da fauna;

v) Estabilidade da arriba;

vi) Segurança de pessoas e bens;

vii) Prevenção de riscos.

4 — Nas faixas de protecção das arribas só podem ser realizados os usos e as acções que não coloquem em causa, cumulativamente, as seguintes funções:

i) Prevenção de riscos;

ii) Garantia da diversidade dos sistemas biofísicos;

iii) Estabilidade da arriba;

iv) Segurança de pessoas e bens.

i) Faixa terrestre de protecção costeira

1 — A faixa terrestre de protecção costeira deve ser definida em situações de ausência de dunas costeiras ou de arribas.

2 — Na delimitação da faixa terrestre de protecção costeira deve considerar-se a faixa medida a partir da linha que limita o leito das águas do mar para o interior, com a largura adequada à protecção eficaz da zona costeira, a definir com base no declive e na natureza geológica e pedológica, onde se inclui a margem do mar.

3 — Nas faixas terrestres de protecção costeira, para além do limite da margem do mar podem ser realizados os usos e as acções que não coloquem em causa, cumulativamente, as seguintes funções:

i) Redução dos riscos naturais;

ii) Conservação de *habitats* naturais;

iii) Segurança de pessoas e bens;

iv) Equilíbrio dos sistemas biofísicos.

j) Águas de transição e respectivos leitos

1 — As águas de transição são secções terminais de cursos de água que recebem sedimentos a partir de fontes fluviais e marinhas e cujas águas são parcialmente salgadas em resultado da proximidade das águas costeiras, mas que também são influenciadas pelos cursos de água doce.

- 2 — As lagunas e zonas húmidas adjacentes, designadas habitualmente por rias e lagoas costeiras, correspondem ao volume de águas salobras ou salgadas e respectivos leitos adjacentes ao mar e separadas deste, temporária ou permanentemente, por barreiras arenosas.
- 3 — As águas de transição são delimitadas, a montante, pelo local até onde se verifique a influência da propagação física da maré salina e, a jusante, pela linha de baixa – mar de águas vivas equinociais.
- 4 — As águas de transição caracterizam-se pela sua elevada produtividade em termos de recursos biológicos.
- 5 — Nas águas de transição podem ser realizados os usos e acções que não coloquem em causa, cumulativamente, as seguintes funções:
- i) Conservação de *habitats* naturais e das espécies da flora e da fauna;
 - ii) Manutenção do equilíbrio e da dinâmica flúvio--marinha.

l) Faixas de protecção das águas de transição

- 1 — As faixas de protecção são faixas envolventes às águas de transição que asseguram a dinâmica dos processos físicos e biológicos associados a estas *interfaces* flúvio -marinhos.
- 2 — A delimitação das faixas de protecção deve partir da linha de máxima preia -mar de águas vivas equinociais e considerar as características dos conteúdos sedimentares, morfológicos e bióticos.
- 3 — Nas faixas de protecção podem ser realizados os usos e acções que não coloquem em causa, cumulativamente, as seguintes funções:
- i) Conservação de *habitats* naturais e das espécies da flora e da fauna;
 - ii) Manutenção do equilíbrio e da dinâmica flúvio - marinha.

SECÇÃO II

Áreas relevantes para a sustentabilidade do ciclo hidrológico terrestre

a) Cursos de água e respectivos leitos e margens

- 1 — Os leitos dos cursos de água correspondem ao terreno coberto pelas águas, quando não influenciadas por cheias

extraordinárias, inundações ou tempestades, neles se incluindo os mouchões, os lodeiros e os areais nele formados por deposição aluvial.

2 — As margens correspondem a uma faixa de terreno contígua ou sobranceira à linha que limita o leito das águas, com largura legalmente estabelecida, nelas se incluindo as praias fluviais.

3 — A delimitação da largura da margem deve observar o disposto no artigo 10.º da Lei n.º 54/2005, de 15 de Novembro.

4 — Nos leitos e nas margens dos cursos de água podem ser realizados os usos e as acções que não coloquem em causa, cumulativamente, as seguintes funções:

- i) Assegurar a continuidade do ciclo da água;
- ii) Assegurar a funcionalidade hidráulica e hidrológica dos cursos de água;
- iii) Drenagem dos terrenos confinantes;
- iv) Controlo dos processos de erosão fluvial, através da manutenção da vegetação ripícola;
- v) Prevenção das situações de risco de cheias, impedindo a redução da secção de vazão e evitando a impermeabilização dos solos;
- vi) Conservação de *habitats* naturais e das espécies da flora e da fauna.

b) Lagoas, lagos e respectivos leitos, margens e faixas de protecção

1 — Os lagos e as lagoas são meios hídricos lânticos superficiais interiores, correspondendo as respectivas margens e faixas de protecção às áreas envolventes ao plano de água que asseguram a dinâmica dos processos físicos e biológicos associados à *interface* terra -água, nelas se incluindo as praias fluviais.

2 — A delimitação dos lagos e lagoas deve corresponder ao plano de água que se forma em situação de cheia máxima e a largura da margem deve observar o disposto na alínea gg) do artigo 4.º da Lei n.º 58/2005, de 29 de Dezembro.

3 — A delimitação das faixas de protecção deve considerar a dimensão dos lagos e lagoas e a sua situação na bacia hidrográfica.

4 — Nos lagos e lagoas e respectivos leitos, margens e faixas de protecção podem ser realizados os usos e as acções que não

coloquem em causa, cumulativamente, as seguintes funções:

- i) Reservatório de água, tanto em termos de quantidade como de qualidade;
- ii) Regulação do ciclo da água e controlo de cheias;
- iii) Conservação de *habitats* naturais e das espécies da flora e da fauna;
- iv) Manutenção de uma faixa naturalizada que permita a colonização por vegetação espontânea, essencial ao refúgio faunístico.

c) Albufeiras que contribuam para a conectividade e coerência ecológica da REN, com os respectivos leitos, margens e faixas de protecção

1 — A albufeira corresponde à totalidade do volume de água retido pela barragem, em cada momento, cuja cota altimétrica máxima iguala o nível pleno de armazenamento, incluindo o respectivo leito, correspondendo as respectivas margens e faixas de protecção às áreas envolventes ao plano de água que asseguram a dinâmica dos processos físicos e biológicos associados à *interface* terra - água, incluindo as praias fluviais.

2 — A delimitação das albufeiras deve corresponder ao plano de água até à cota do nível de pleno armazenamento.

3 — A delimitação da largura da margem deve observar o disposto na alínea gg) do artigo 4.º da Lei n.º 58/2005, de 29 de Dezembro.

4 — A delimitação das faixas de protecção deve considerar a dimensão da albufeira e a sua situação na bacia hidrográfica.

5 — Nas albufeiras e respectivos leitos, margens e faixas de protecção podem ser realizados os usos e as acções que não coloquem em causa, cumulativamente, as seguintes funções:

- i) Salvaguarda e protecção dos recursos hídricos armazenados, nas suas componentes quantitativa e qualitativa;
- ii) Salvaguarda das funções principais das albufeiras, no caso de se tratar de uma albufeira de águas públicas de serviço público;
- iii) Regulação do ciclo da água e controlo de cheias;
- iv) Conservação das espécies de fauna.

d) Áreas estratégicas de protecção e recarga de aquíferos

1 — As áreas estratégicas de protecção e recarga de aquíferos são as áreas geográficas que, devido à natureza do solo, às formações geológicas aflorantes e subjacentes e à morfologia do terreno, apresentam condições favoráveis à ocorrência de infiltração e recarga natural dos aquíferos e se revestem de particular interesse na salvaguarda da quantidade e qualidade da água a fim de prevenir ou evitar a sua escassez ou deterioração.

2 — A delimitação das áreas estratégicas de protecção e recarga de aquíferos deve considerar o funcionamento hidráulico do aquífero, nomeadamente no que se refere aos mecanismos de recarga e descarga e ao sentido do fluxo subterrâneo e eventuais conexões hidráulicas, a vulnerabilidade à poluição e as pressões existentes resultantes de actividades e ou instalações, e os seus principais usos, em especial a produção de água para consumo humano.

3 — Nas áreas estratégicas de protecção e recarga de aquíferos só podem ser realizados os usos e as acções que não coloquem em causa, cumulativamente, as seguintes funções:

- i) Garantir a manutenção dos recursos hídricos renováveis disponíveis e o aproveitamento sustentável dos recursos hídricos subterrâneos;
- ii) Contribuir para a protecção da qualidade da água;
- iii) Assegurar a sustentabilidade dos ecossistemas aquáticos e da biodiversidade dependentes da água subterrânea, com particular incidência na época de estio;
- iv) Prevenir e reduzir os efeitos dos riscos de cheias e inundações, de seca extrema e de contaminação e sobreexploração dos aquíferos;
- v) Prevenir e reduzir o risco de intrusão salina, no caso dos aquíferos costeiros.

SECÇÃO III

Áreas de prevenção de riscos naturais

a) Zonas adjacentes

1 — As zonas adjacentes são áreas contíguas à margem que como tal seja classificada por um acto regulamentar, por

se encontrar ameaçada pelo mar ou pelas cheias.

2 — A delimitação das zonas adjacentes é feita desde o limite da margem até uma linha convencional, definida caso a caso no diploma de classificação, que corresponde à linha alcançada pela maior cheia, com período de retorno de 100 anos, ou à maior cheia conhecida, no caso de não ser possível identificar a anterior.

3 — Em zonas adjacentes podem ser realizados os usos e acções que não coloquem em causa, cumulativamente, as seguintes funções:

- i) Prevenção e redução do risco, garantindo a segurança de pessoas e bens;
- ii) Garantia das condições naturais de infiltração e retenção hídricas;
- iii) Regulação do ciclo hidrológico pela ocorrência dos movimentos de transbordo e de retorno das águas;
- iv) Estabilidade topográfica e geomorfológica dos terrenos em causa;
- v) Manutenção dos processos de dinâmica costeira;
- vi) Manutenção do equilíbrio do sistema litoral.

b) Zonas ameaçadas pelo mar não classificadas como zonas adjacentes nos termos da Lei da Titularidade dos Recursos Hídricos

1 — As zonas ameaçadas pelo mar são áreas contíguas à margem das águas do mar que, em função das suas características fisiográficas e morfológicas, evidenciam elevada susceptibilidade à ocorrência de inundações por galgamento oceânico.

2 — A delimitação das zonas ameaçadas pelo mar deve incluir as áreas susceptíveis de serem inundadas por galgamento oceânico e contemplar todos os locais com indícios e ou registos de galgamentos durante episódios de temporal.

3 — Em zonas ameaçadas pelo mar podem ser realizados os usos e acções que não coloquem em causa, cumulativamente, as seguintes funções:

- i) Manutenção dos processos de dinâmica costeira;
- ii) Prevenção e redução do risco, garantindo a segurança de pessoas e bens;
- iii) Manutenção do equilíbrio do sistema litoral.

c) Zonas ameaçadas pelas cheias não classificadas como zonas adjacentes nos termos da Lei da Titularidade dos Recursos Hídricos

1 — As zonas ameaçadas pelas cheias compreendem a área contígua à margem de um curso de água que se estende até à linha alcançada pela cheia com período de retorno de 100 anos ou pela maior cheia conhecida, no caso de não existirem dados que permitam identificar a cheia centenária.

2 — A delimitação das zonas ameaçadas pelas cheias deve incluir as áreas susceptíveis de inundação causadas por transbordo da água do leito de rios e cursos de água devido à ocorrência de caudais elevados, efectuada através de modelação hidrológica e hidráulica que permita o cálculo das áreas inundáveis com período de retorno de pelo menos 100 anos, da observação de marcas ou registos de eventos históricos e de dados cartográficos e de critérios geomorfológicos, pedológicos e topográficos.

3 — Em zonas ameaçadas pelas cheias podem ser realizados os usos e acções que não coloquem em causa, cumulativamente, as seguintes funções:

- i) Prevenção e redução do risco, garantindo a segurança de pessoas e bens;
- ii) Garantia das condições naturais de infiltração e retenção hídricas;
- iii) Regulação do ciclo hidrológico pela ocorrência dos movimentos de transbordo e de retorno das águas;
- iv) Estabilidade topográfica e geomorfológica dos terrenos em causa;
- v) Manutenção da fertilidade e capacidade produtiva dos solos inundáveis.

d) Áreas de elevado risco de erosão hídrica do solo

1 — As áreas de elevado risco de erosão hídrica do solo são as áreas que, devido às suas características de solo e de declive, estão sujeitas à perda excessiva de solo por acção do escoamento superficial.

2 — A delimitação das áreas de elevado risco de erosão hídrica do solo deve considerar de forma integrada o declive e a erodibilidade média dos solos resultante da sua textura, estrutura e composição.

3 — Em áreas de elevado risco de erosão hídrica do solo podem ser realizados os usos e as acções que não coloquem em

causa, cumulativamente, as seguintes funções:

- i) Conservação do recurso solo;
- ii) Manutenção do equilíbrio dos processos morfogenéticos e pedogenéticos;
- iii) Regulação do ciclo hidrológico através da promoção da infiltração em detrimento do escoamento superficial;
- iv) Redução da perda de solo, diminuindo a colmatação dos solos a jusante e o assoreamento das massas de água.

e) Áreas de instabilidade de vertentes

1 — As áreas de instabilidade de vertentes são as áreas que, devido às suas características de solo e subsolo, declive, dimensão e forma da vertente ou escarpa e condições hidrogeológicas, estão sujeitas à ocorrência de movimentos de massa em vertentes, incluindo os deslizamentos, os desabamentos e a queda de blocos.

2 — Na delimitação de áreas de instabilidade de vertentes devem considerar-se as suas características geológicas, geomorfológicas e climáticas.

3 — Em áreas de instabilidade de vertentes podem ser realizados os usos e acções que não coloquem em causa, cumulativamente, as seguintes funções:

- i) Estabilidade dos sistemas biofísicos;
- ii) Salvaguarda face a fenómenos de instabilidade e de risco de ocorrência de movimentos de massa em vertentes e de perda de solo;
- iii) Prevenção da segurança de pessoas e bens.

Anexo 8 – Anexo II do Decreto-Lei nº 166/2008, de 22 de Agosto, na redacção dada pela Declaração de Rectificação nº 63-B/2008, de 21 de Outubro

7486-(2)

Diário da República, 1.ª série — N.º 204 — 21 de Outubro de 2008

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Centro Jurídico

Declaração de Rectificação n.º 63-B/2008

Ao abrigo da alínea *h*) do n.º 1 e do n.º 2 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 162/2007, de 3 de Maio, declara-se que o Decreto-Lei n.º 166/2008, de 22 de Agosto, publicado no *Diário da República*, 1.ª série, n.º 162, de 22 de Agosto de 2008, saiu com as seguintes inexactidões, que, mediante declaração da entidade emitente, assim se rectificam:

1 — Na alínea f) do n.º 2 do artigo 4.º, onde se lê:

«1) Zonas de protecção das águas de transição.»

deve ler-se:

«1) Faixas de protecção das águas de transição.»

2 — O anexo II saiu com várias inexactidões, pelo que se rectifica, procedendo-se à sua republicação integral, na versão corrigida:

ANEXO II

(a que se refere o artigo 20.º)

Usos e acções compatíveis com os objectivos de protecção ecológica e ambiental e de prevenção e redução de riscos naturais de áreas integradas na REN

[illegible]

[illegible]

[illegible]

USOS E ACÇÕES COMPATÍVEIS COM OS OBJECTIVOS DE PROTECÇÃO ECOLÓGICA E AMBIENTAL E DE PREVENÇÃO E REDUÇÃO DE RISCOS NATURAIS DE ÁREAS INTEGRADAS NA REN	PROTECÇÃO DO LITORAL									SUSTENTABILIDADE DO CICLO DA ÁGUA						PREVENÇÃO DE RISCOS NATURAIS			
	Faixa marítima de protecção o costeira	Praias	Barreiras detriticas	Sapais	Águas de transição o leitos	Faixa de protecção das águas de transição	Dunas osteiras e dunas fósseis	Arribas e faixas de protecção	Faixa terrestre e de protecção costeira	Leitos e margens dos cursos de água,	Lagoas e lagos		Albufeiras		Áreas estratégicas de protecção e recarga de aquéferos	Áreas de elevado risco de erosão hidráulica do solo	Áreas de instabilidade de vertentes	Zonas adjacentes	Zonas ameaçadas pelas cheias e pelo mar
											Faixa de protecção	Leito	Margem	Contígua à margem					
V – PROSPECÇÃO E EXPLORAÇÃO DE RECURSOS GEOLÓGICOS																			
a) Abertura de sanjais com extensão superior a 30 m ou profundidade superior a 6 m e largura da base superior a 1 m.																			
b) Abertura de sanjais de extensão inferior a 30 m, profundidade inferior a 6 m e largura da base inferior a 1 m.																			
c) Sondagens mecânicas e outras acções de prospecção e pesquisa geológica de âmbito localizado.																			
d) Novas explorações ou ampliação de explorações existentes.																		(1)	(1)
e) Anexos de exploração exteriores à área de exploração.																		(1)	(1)
f) Abertura de caminhos de apoio ao sector.																			
g) Exploração de manchas de empréstimo para alimentação artificial de praias																			
VI – EQUIPAMENTOS, RECREIO E LAZER																			
a) Espaços não construídos de instalações militares.																			
b) Equipamentos e apoios às zonas de recreio balnear e à actividade náutica de recreio em águas interiores, bem como infra-estruturas associadas.																			
c) Equipamentos e apoios de praia, bem como infra-estruturas associadas à utilização de praias costeiras.																		(9)	(9)
d) Espaços verdes equipados de utilização colectiva.										(2)									
e) Abertura de trilhos e caminhos pedonais/cicláveis destinados à educação e interpretação ambiental e de descoberta da natureza, incluindo pequenas estruturas de apoio.										(2)									
VII – INSTALAÇÕES DESPORTIVAS ESPECIALIZADAS																			
Instalação de campos de golfe, excluindo as áreas edificadas.																		(1)	(1)

(1) Apenas nas zonas ameaçadas pelas cheias

(2) Apenas na margem

(3) Apenas em áreas exteriores à margem

(4) No caso das charcas com capacidade inferior a 30.000m³ e com fins de defesa da floresta contra incêndios e outras infra-estruturas florestais, aprovadas pelas comissões municipais de defesa da floresta contra incêndios estão isentas de autorização ou de comunicação prévia.

(5) Nestas áreas só podem ser autorizadas as redes

(6) Na margem só podem ser autorizadas as redes

(7) Na margem está sujeita a autorização

(8) Nestas áreas só pode ser autorizada a localização da tubagem de captação e rejeição de água.

(9) Apenas nas zonas ameaçadas pelo mar.

Legenda:

	Áreas de REN onde são interditos usos e acções nos termos do artigo 20.º.
	Áreas de REN onde os usos e acções referidos estão sujeitos a autorização.
	Áreas de REN onde os usos e acções referidos estão sujeitos a comunicação prévia.
	Áreas de REN onde os usos e acções referidos estão isentos de autorização ou de comunicação prévia.

Centro Jurídico, 21 de Outubro de 2008. — O Director-Adjunto, *Pedro Delgado Alves*.

Anexo 9 – Anexo III do Decreto-Lei nº 166/2008, de 22 de Agosto

ANEXO III

Áreas sujeitas a autorização, nos termos do artigo 42.º, no caso de inexistência de delimitação municipal ao abrigo do Decreto -Lei n.º 93/90, de 19 de Março

- a) Praias.
- b) Dunas litorais, primárias e secundárias.
- c) Arribas e falésias, incluindo faixas de protecção com largura igual a 200 m, medidas a partir do rebordo superior e da base.
- d) Quando não existirem dunas nem arribas, uma faixa de 500 m de largura, medida a partir da linha máxima preia-mar de águas vivas equinociais na direcção do interior do território, ao longo da costa marítima.
- e) Estuários, sapais, lagoas, lagoas costeiras e zonas húmidas adjacentes, incluindo uma faixa de protecção com a largura de 200 m a partir da linha de máxima preia –mar de águas vivas equinociais.
- f) Ilhéus e rochedos emersos no mar.
- g) Restingas, ilhas -barreira e tómbolos.
- h) Lagos, lagoas e albufeiras, incluindo uma faixa terrestre de protecção com largura igual a 100 m medidos a partir da linha máxima de alagamento.
- i) As encostas com declive superior a 30 %, incluindo as que foram alteradas pela construção de terraços.
- j) Escarpas e abruptos de erosão com desnível superior a 15 m, incluindo faixas de protecção com largura igual a uma vez e meia a altura do desnível, medidas a partir do rebordo superior e da base.

Anexo 10 – Anexo IV do Decreto-Lei nº 166/2008, de 22 de Agosto

5884

Diário da República, 1.ª série — N.º 162 — 22 de Agosto de 2008

ANEXO IV

(a que se refere o artigo 43.º)

Correspondência das áreas definidas no Decreto-Lei n.º 93/90, de 19 de Março, com as novas categorias de áreas integradas na REN

Novas categorias de áreas integradas na REN	Áreas definidas no Decreto-Lei n.º 93/90, de 19 de Março
Faixa marítima de protecção costeira.	Faixa ao longo de toda a costa marítima, cuja largura é limitada pela linha da máxima preia-mar de águas vivas equinociais e a batimétrica dos 30 m.
Praias.	Praias.
Restingas e ilhas-barreira.	Restingas.
Tómbolos.	Tómbolos.
Sapais.	Sapais.
Ilhéus e rochedos emersos no mar.	Ilhas, ilhéus, rochedos emersos do mar.
Dunas costeiras e dunas fósseis.	Dunas litorais, primárias e secundárias, ou, na presença de sistemas dunares que não possam ser classificados daquela forma, toda a área que apresente riscos de rotura do seu equilíbrio biofísico por intervenção humana desadequada ou, no caso das dunas fósseis, por constituírem marcos de elevado valor científico no domínio da geo-história.
Arribas e respectivas faixas de protecção.	Arribas e falésias, incluindo faixas de protecção.
Faixa terrestre de protecção costeira.	Quando não existirem dunas nem arribas, uma faixa que assegure uma protecção eficaz da zona litoral.
Águas de transição e respectivos leitos. Faixas de protecção de águas de transição.	Estuários, lagoas, lagoas costeiras e zonas húmidas adjacentes englobando uma faixa de protecção delimitada para além da linha de máxima preia-mar de águas vivas equinociais.
Cursos de águas e respectivos leitos e margens.	Leitos dos cursos de água. <i>As margens não integravam a REN.</i> Ínsuas.
Lagoas e lagos e respectivos leitos, margens e zonas de protecção.	Lagoas, suas margens naturais e zonas húmidas adjacentes e uma faixa de protecção delimitada a partir da linha de máximo alagamento.
Albufeiras que contribuam para a conectividade e coerência ecológica da REN, bem como os respectivos leitos margens e faixas de protecção.	Albufeiras e uma faixa de protecção delimitada a partir do regolfo máximo.
Áreas estratégicas de protecção e recarga de aquíferos.	Cabeceiras das linhas de água. Áreas de máxima infiltração.
Zonas adjacentes.	<i>Não estavam integradas na REN.</i>
Zonas ameaçadas pelo mar não classificadas como zonas adjacentes nos termos da Lei da Titularidade dos Recursos Hídricos.	<i>Não estavam integradas na REN.</i>
Zonas ameaçadas pelas cheias não classificadas como zonas adjacentes nos termos da Lei da Titularidade dos Recursos Hídricos.	Zonas ameaçadas pelas cheias.
Áreas de elevado risco de erosão hídrica do solo.	Áreas com risco de erosão.
Áreas de instabilidade de vertentes.	Escarpas, sempre que a dimensão do seu desnível e comprimento o justifiquem, incluindo faixas de protecção delimitadas a partir do rebordo superior e da base.

Anexo 11- Evolução Legislativa do Regime Jurídico da Reserva Ecológica Nacional

DL/ Artigo	DL 321/83	DL 93/90	DL 180/2006 (altera e republica o DL 93/90)	DL 166/2008 (apresenta uma estrutura totalmente diferente; divide o diploma em capítulos)
1.º	<p>Definição de REN</p> <p>“(…) integra todas as áreas indispensáveis à estabilidade ecológica do meio e à utilização racional dos recursos naturais, tendo em vista o correcto ordenamento do território”.</p>	<p>Conceito:</p> <p>“A Reserva Ecológica Nacional, adiante designada por REN, constitui uma estrutura biofísica básica e diversificada que, através do condicionamento à utilização de áreas com características ecológicas específicas, garante a proteção de ecossistemas e a permanência e intensificação dos processos biológicos indispensáveis ao enquadramento equilibrado das atividades humanas.”</p>	<p>Conceito: (=DL 93/90)</p>	<p>CAPÍTULO I – DISPOSIÇÕES GERAIS</p> <p>Conceito e Objetivos (corresponde ao artigo 2.º)</p> <p>1 - A REN é uma estrutura biofísica que integra o conjunto das áreas que, pelo valor e sensibilidade ecológicos ou pela exposição e susceptibilidade perante riscos naturais, são objecto de protecção especial.</p> <p>2 - A REN é uma restrição de utilidade pública, à qual se aplica um regime territorial especial que estabelece um conjunto de condicionamentos à ocupação, uso e transformação do solo, identificando os usos e as acções compatíveis com os objectivos desse regime nos vários tipos de áreas.</p> <p>3 - A REN visa contribuir para a ocupação e o uso sustentáveis do território e tem por objectivos:</p> <p>a) Proteger os recursos naturais água e solo, bem como salvaguardar sistemas e processos biofísicos associados ao litoral e ao ciclo hidrológico terrestre, que asseguram bens e serviços ambientais indispensáveis ao desenvolvimento das atividades humanas;</p> <p>b) Prevenir e reduzir os efeitos da degradação da recarga de aquíferos, dos riscos de inundação marítima, de cheias, de erosão hídrica do solo e de movimentos de massa em vertentes, contribuindo para a adaptação aos efeitos das alterações climáticas e acautelando a sustentabilidade ambiental e a segurança de pessoas e bens;</p> <p>c) Contribuir para a conectividade e a coerência ecológica da Rede Fundamental de Conservação da Natureza;</p>

				d) Contribuir para a concretização, a nível nacional, das prioridades da Agenda Territorial da UE nos domínios ecológico e da gestão transeuropeia de riscos naturais.
2.º	<p>Constituição da REN</p> <p>1 - Ecossistemas costeiros, designadamente:</p> <p>a) Praias;</p> <p>b) Primeira e segunda dunas fronteiras ao mar;</p> <p>c) Arribas, incluindo uma faixa até 200m para o interior do território a partir do respetivo rebordo;</p> <p>d) Quando não existirem dunas nem arribas, uma faixa de 500m para além da linha máxima de praia-mar de águas vivas;</p> <p>e) Estuários e rias, englobando uma faixa de 100m para além da linha máxima de praia-mar de águas vivas;</p> <p>f) Ilhas, ilhotas e rochedos emersos no mar ao longo do litoral.</p> <p>2 - Ecossistemas interiores, designadamente:</p> <p>a) Lagoas, incluindo uma faixa de 100m para além do limite máximo de alagamento, incluindo as faixas amortecedoras;</p> <p>b) Albufeiras e uma faixa de 100 m para além do regolfo máximo;</p> <p>c) Leitos normais dos cursos de água, zonas de galeria e faixas amortecedoras, além das suas margens naturais;</p>	<p>Âmbito da REN</p> <p>“A REN abrange zonas costeiras e ribeirinhas, águas interiores, áreas de infiltração máxima e zonas declivosas, referidas no anexo I e definidas no anexo III do presente diploma, que dele fazem parte integrante, sendo delimitada nos termos do artigo seguinte.”</p>	(art. 2.º=DL 93/90)	<p>Áreas integradas na REN (corresponde ao artigo 4.º do DL166/08)</p> <p>1 - Os objectivos referidos no artigo 2.º são prosseguidos mediante a integração na REN de áreas de protecção do litoral, de áreas relevantes para a sustentabilidade do ciclo hidrológico terrestre e de áreas de prevenção de riscos naturais, a delimitar nos termos do capítulo ii do presente decreto-lei.</p> <p>2 - As áreas de protecção do litoral são integradas de acordo com as seguintes tipologias:</p> <p>a) Faixa marítima de protecção costeira;</p> <p>b) Praias;</p> <p>c) Restingas e ilhas-barreira;</p> <p>d) Tómbolos;</p> <p>e) Sapais;</p> <p>f) Ilhéus e rochedos emersos no mar;</p> <p>g) Dunas costeiras e dunas fósseis;</p> <p>h) Arribas e respectivas faixas de protecção;</p> <p>i) Faixa terrestre de protecção costeira;</p> <p>j) Águas de transição e respectivos leitos;</p> <p>l) Faixas de protecção das águas de transição.</p> <p>3 - As áreas relevantes para a sustentabilidade do ciclo hidrológico terrestre são integradas de acordo com as seguintes tipologias:</p> <p>a) Cursos de água e respectivos leitos e margens;</p> <p>b) Lagoas e lagos e respectivos leitos, margens e faixas de protecção;</p> <p>c) Albufeiras que contribuam para a conectividade e coerência ecológica da REN, bem como os respectivos leitos, margens e faixas de protecção;</p> <p>d) Áreas estratégicas de protecção e recarga de aquíferos.</p> <p>4 - As áreas de prevenção de riscos naturais são integradas de acordo com as seguintes tipologias:</p>

	<p>d) Cabeceiras dos cursos de água definidas a partir da linha de cumeada de separação de rios e ribeiros até à rede hidrográfica;</p> <p>e) Encostas de declive superior a 25 %;</p> <p>f) Escarpas e faixa envolvente de 3 vezes a sua altura para além da base e rebordo da escarpa;</p> <p>g) Áreas de infiltração máxima definidas pela sua natureza geológica;</p> <p>h) Áreas abandonadas devido a acentuada erosão superficial ou a anterior exploração de inertes;</p> <p>i) Uma faixa de 100 m para além das bermas das auto-estradas e vias rápidas e de 50 m para além das bermas das restantes estradas nacionais;</p> <p>j) Uma faixa de 200 m ao longo de toda a costa marítima natural, no sentido do oceano, definida a partir do limite da linha de baixa-mar de águas vivas.</p>			<p>a) Zonas adjacentes;</p> <p>b) Zonas ameaçadas pelo mar não classificadas como zonas adjacentes nos termos da Lei da Titularidade dos Recursos Hídricos, aprovada pela Lei n.º 54/2005, de 15 de Novembro;</p> <p>c) Zonas ameaçadas pelas cheias não classificadas como zonas adjacentes nos termos da Lei da Titularidade dos Recursos Hídricos;</p> <p>d) Áreas de elevado risco de erosão hídrica do solo;</p> <p>e) Áreas de instabilidade de vertentes.</p> <p>Redação dada pela Decl. Retificação 63-B/08</p> <p>Introduz uma tipologia completamente diferente das usadas até à data</p> <p>Relativamente à delimitação das áreas de REN, este diploma introduz uma estrutura totalmente inovadora, constante do CAPÍTULO II – DELIMITAÇÃO DA REN (artgs. 5.º a 19.º) – ver fim</p>
3.º	<p>Regime da REN</p> <p>1 - Nos solos da Reserva Ecológica Nacional são proibidas todas as acções que diminuam ou destruam as suas funções e potencialidades, nomeadamente vias de comunicação e acessos, construção de edifícios, aterros e escavações, destruição do coberto vegetal e vida animal.</p> <p>2 - Exceptuam-se do disposto no número anterior as utilizações e ocupações, a definir em diploma</p>	<p>Regime (corresponde ao artigo 4.º na redação do DL 93/90)</p> <p>1 - Nas áreas incluídas na REN são proibidas as acções de iniciativa pública ou privada que se traduzam em operações de loteamento, obras de urbanização, construção de edifícios, obras hidráulicas, vias de comunicação, aterros, escavações e destruição do coberto vegetal.</p> <p>2 - Exceptuam-se do disposto no número anterior:</p> <p>a) A realização de acções que, pela sua natureza e dimensão, sejam insusceptíveis</p>	<p>Regime (corresponde ao artigo 4.º do DL 93/90, na redação dada pelo DL 180/06)</p> <p>1 - Nas áreas incluídas na REN são proibidas as acções de iniciativa pública ou privada que se traduzam em operações de loteamento, obras de urbanização, construção e ou ampliação, obras hidráulicas, vias de comunicação, aterros, escavações e destruição do coberto vegetal.</p> <p>2 - Exceptuam-se do disposto no número anterior as acções</p>	<p>CAPÍTULO III – REGIME DAS ÁREAS INTEGRADAS EM REN</p> <p>Regime da REN (corresponde ao artigo 20.º)</p> <p>1 - Nas áreas incluídas na REN são interditos ou usos e as acções de iniciativa pública ou privada que se traduzam em:</p> <p>a) Operações de loteamento;</p> <p>b) Obras de urbanização, construção e ampliação;</p> <p>c) Vias de comunicação;</p> <p>d) Escavações e aterros;</p> <p>e) Destruição do revestimento vegetal, não incluindo as acções necessárias ao normal e regular</p>

	<p>regulamentar.</p>	<p>de prejudicar o equilíbrio ecológico daquelas áreas;</p> <p>b) A realização de acções de reconhecido interesse público, nacional, regional ou local, desde que seja demonstrado não haver alternativa económica aceitável para a sua realização;</p> <p>c) A realização de ações já previstas ou autorizadas à data da entrada em vigor das portarias previstas no n.º 1 do artigo anterior;</p> <p>d) As instalações de interesse para a defesa nacional como tal reconhecidas por despacho conjunto dos Ministros da Defesa Nacional e do Planeamento e da Administração do Território.</p> <p>Nos termos dos números seguintes, cabia às respectivas comissões de coordenação regionais a confirmação das exceções previstas no número anterior, através da emissão de pareceres (suscetíveis de recurso para o Ministro do Planeamento e da Administração do Território – cfr. Art. 7.º), bem como a eventual definição de condicionamentos de ordem ambiental e paisagística à realização de obras ou empreendimentos.</p> <p>O artigo 6.º vem referir que o disposto no artigo 4.º não se aplica nos seguintes casos:</p> <p>a) Às áreas classificadas ao abrigo do Decreto-Lei n.º 613/76, de 27 de Julho, e respectiva legislação complementar;</p> <p>b) Às operações relativas à florestação e exploração florestal quando decorrentes de projectos aprovados ou autorizadas pela Direcção-Geral das Florestas.</p>	<p>insusceptíveis de prejudicar o equilíbrio ecológico nas áreas integradas na REN identificadas no anexo IV ao presente diploma, e que dele faz parte integrante, nos termos previstos no anexo V ao presente diploma e que dele também faz parte integrante, e sujeitas às seguintes condições:</p> <p>a) Autorização da comissão de coordenação e desenvolvimento regional competente, nos casos previstos no anexo IV;</p> <p>b) Comunicação prévia à comissão de coordenação e desenvolvimento regional competente, nos casos previstos no anexo IV.</p> <p>3 - Exceptuam-se, ainda, do disposto no n.º 1 do presente artigo:</p> <p>a) A realização de acções já previstas ou autorizadas à data da entrada em vigor da resolução do Conselho de Ministros prevista no n.º 1 do artigo anterior;</p> <p>b) As instalações de interesse para a defesa nacional ou destinadas a estabelecimentos prisionais, como tal reconhecidas por despacho conjunto dos membros do Governo responsáveis pelas áreas da defesa nacional, das finanças e do ambiente e ordenamento do território, no primeiro caso, e da justiça, das finanças e do ambiente e ordenamento do território, no segundo;</p> <p>c) A realização de acções de interesse público como tal reconhecido por despacho conjunto do membro do Governo responsável pela área do</p>	<p>desenvolvimento das operações culturais de aproveitamento agrícola do solo e das operações correntes de condução e exploração dos espaços florestais.</p> <p>2 - Exceptuam-se do disposto no número anterior os usos e as acções que sejam compatíveis com os objectivos de protecção ecológica e ambiental e de prevenção e redução de riscos naturais de áreas integradas em REN.</p> <p>3 - Consideram-se compatíveis com os objectivos mencionados no número anterior os usos e acções que, cumulativamente:</p> <p>a) Não coloquem em causa as funções das respectivas áreas, nos termos do anexo i; e</p> <p>b) Constem do anexo ii do presente decreto-lei, que dele faz parte integrante, nos termos dos artigos seguintes, como:</p> <p>i) Isentos de qualquer tipo de procedimento; ou</p> <p>ii) Sujeitos à realização de uma mera comunicação prévia; ou</p> <p>iii) Sujeitos à obtenção de autorização.</p> <p>4 - Compete aos membros do Governo responsáveis pelas áreas do ambiente, do ordenamento do território, da agricultura, do desenvolvimento rural, das pescas, da economia, das obras públicas e transportes aprovar, por portaria, as condições a observar para a viabilização dos usos e acções referidos nos n.ºs 2 e 3.</p> <p>O artigo 21.º vem pronunciar-se quanto às ações de relevante interesse público:</p> <p>1 - Nas áreas da REN podem ser realizadas as acções de relevante interesse público que sejam reconhecidas como tal por despacho conjunto do membro do Governo responsável pelas áreas do ambiente e do ordenamento do território e do membro do Governo competente em razão da matéria, desde que não se possam realizar de forma</p>
--	----------------------	--	---	--

			<p>ambiente e ordenamento do território e do membro do Governo competente em razão da matéria;</p> <p>d) As acções identificadas como isentas de autorização ou de comunicação prévia previstas no anexo IV.</p> <p>4 - A susceptibilidade de viabilização das acções previstas no anexo IV depende da sua compatibilidade com as disposições aplicáveis dos vários instrumentos de gestão territorial em vigor para a área em causa.</p> <p>5 - Quando a pretensão em causa esteja sujeita a avaliação de impacte ambiental, a autorização referida na alínea a) do n.º 2 só pode ser concedida se tiver sido obtida declaração de impacte ambiental favorável.</p> <p>6 - No caso de autorização da construção de habitação para agricultores, a exploração agrícola, bem como a edificação, são inalienáveis durante o prazo de 15 anos subsequentes à construção, salvo por dívidas relacionadas com a aquisição da exploração e de que esta seja garantia, ou por dívidas fiscais.</p> <p>7 - O ónus de inalienabilidade está sujeito a registo e cessa ocorrendo a morte ou invalidez permanente e absoluta do proprietário ou quando decorrido o prazo de 15 anos referido no número anterior.</p> <p>Art.6º. = DL 93/90, com as devidas adaptações resultantes da atualização dos respetivos diplomas legais.</p> <p>Art.7.º - revogado.</p>	<p>adequada em áreas não integradas na REN.</p> <p>2 - O despacho referido no número anterior pode estabelecer, quando necessário, condicionamentos e medidas de minimização de afectação para execução de acções em áreas da REN.</p> <p>3 - Nos casos de infra-estruturas públicas, nomeadamente rodoviárias, ferroviárias, portuárias, aeroportuárias, de abastecimento de água ou de saneamento, sujeitas a avaliação de impacte ambiental, a declaração de impacte ambiental favorável ou condicionalmente favorável equivale ao reconhecimento do interesse público da acção.</p>
--	--	--	--	---

4.º	Explorações mineiras			
4.º-A			Procedimento (relativo aos pedidos de autorização e de comunicação prévia)	Quanto ao procedimento: Art.22.º - comunicação prévia; Art.23.º - autorização; Art.24.º - usos e ações sujeitos a outros regimes.
5.º	Identificação da REN “Os terrenos integrados na Reserva Ecológica serão obrigatoriamente identificados em todos os instrumentos que definam a ocupação física do território (...)”	Art.10.º na redação do DL 93/90 Demarcação Obrigatória “ As áreas integradas na REN, bem como as áreas sujeitas ao regime transitório, nos termos do artigo 17.º, são especificamente demarcadas em todos os instrumentos de planeamento que definam ou determinem a ocupação física do solo, designadamente planos regionais de ordenamento do território, planos diretores municipais, planos de urbanização e planos de carácter setorial.”	Art.10.º - Demarcação obrigatória As áreas integradas na REN são especificamente demarcadas em todos os instrumentos de gestão territorial que definam ou determinem a ocupação física do solo, designadamente planos especiais e planos municipais de ordenamento do território. (Exclusão da referência ao regime transitório)	(art. 9.º n.º 4) — As áreas da REN são identificadas nas plantas de condicionantes dos planos especiais e municipais de ordenamento do território e constituem parte integrante das estruturas ecológicas municipais.
6.º	Órgãos da Reserva Ecológica “Para efeitos do disposto neste diploma, são criados o Conselho da Reserva Ecológica Nacional e as comissões regionais da Reserva Ecológica (...)”	É criada a Comissão da REN (art. 8.º), cuja constituição está prevista no artigo 9.º.	Art.9.º Introduz alterações à constituição da comissão REN	CAPÍTULO IV – COMISSÃO NACIONAL DA REN Art.29.º - Composição Art.30.º - Funcionamento Art.31.º - Secretariado técnico
7.º	Atribuições do Conselho 1 - São atribuições do Conselho da Reserva Ecológica Nacional: a) Aprovar o âmbito e limite físico da REN; b) Promover a execução de medidas de defesa da REN; c) Assegurar o cumprimento das normas estabelecidas neste diploma e a realização das ações com elas relacionadas; d) Promover ações de sensibilização da opinião pública relativamente à necessidade de defesa da REN;	Artigo 8.º - Comissão da REN É criada, no Ministério do Planeamento e da Administração do Território, a Comissão da REN, a quem compete: a) Pronunciar-se sobre a atribuição de prioridades quanto às áreas a considerar para efeitos de delimitação da REN e na articulação das intervenções das entidades nela representadas; b) Emitir parecer sobre as propostas de delimitação da REN, nos termos do n.º 1 do artigo 3.º; c) Prestar informação sobre recursos interpostos dos pareceres das comissões de coordenação regional, nos termos do	Art.8.º DL 93/90 - Comissão da REN A Comissão Nacional da REN funciona na dependência do membro do Governo responsável pela área do ambiente e ordenamento do território, competindo-lhe: a) = b) = c) (revogada) d) = e) = f) =	Artigo 28.º - Funções 1 - A Comissão Nacional da REN funciona na dependência do membro do Governo responsável pelas áreas do ambiente e do ordenamento do território com a atribuição de coordenar e articular a delimitação das áreas da REN, garantindo a sua coerência sistémica. 2 - Compete à Comissão Nacional da REN: a) Elaborar e actualizar as orientações estratégicas de âmbito nacional; b) Acompanhar a elaboração das orientações estratégicas de âmbito regional; c) Produzir recomendações técnicas e guias de apoio adequados ao exercício das competências pelas entidades responsáveis em matéria de REN;

	<p>e) Emitir parecer que habilite o ministro da qualidade de Vida a confirmar a existência das excepções previstas no artigo 3.º;</p> <p>f) Decidir dos recursos interpostos das decisões das comissões regionais;</p> <p>g) Promover a criação, instalação e funcionamento das comissões regionais.</p>	<p>n.º 2 do artigo anterior;</p> <p>d) Deliberar sobre os processos previstos no n.º 4 do artigo 17.º;</p> <p>e) Sugerir orientações e critérios quanto à aplicação da REN e prestar o apoio que lhe seja solicitado neste domínio;</p> <p>f) Propor a execução de acções de protecção e divulgação da REN e de sensibilização das populações quanto ao seu interesse e objectivos.</p>		<p>d) Pronunciar-se, a solicitação dos municípios ou das comissões de coordenação e desenvolvimento regional, sobre a aplicação dos critérios de delimitação da REN;</p> <p>e) Emitir o parecer a que se referem os n.os 6 e 7 do artigo 11.º;</p> <p>f) Formular os termos gerais de referência para a celebração dos contratos de parceria referidos no artigo 25.º;</p> <p>g) Monitorizar a aplicação das orientações estratégicas a nível municipal;</p> <p>h) Gerir a informação disponível sobre a REN, disponibilizando-a, designadamente, no seu sítio da Internet;</p> <p>i) Promover acções de sensibilização das populações quanto ao interesse e aos objectivos da REN.</p> <p>3 - A Comissão Nacional da REN elabora, de dois anos em dois anos, um relatório de avaliação da REN.</p> <p>4 - As competências referidas nas alíneas g), h) e i) do n.º 2 podem ser objecto de delegação no secretariado técnico da REN.</p>
8.º	<p>Cartografia</p> <p>1 - Escala de 1: 25 000</p> <p>"2 - A cartografia referida no número anterior terá a delimitação das manchas da REN e fará caducar, uma vez plenamente eficaz, as delimitações previstas no artigo 2.º."</p>	<p>(dfr. Art.3.º n.º 5)</p> <p>"As propostas de delimitação a que se refere o n.º 2 são efetuadas à escala 1:25000, ou superior, e devem ser acompanhadas do parecer dos municípios interessados, a solicitar pela comissão de coordenação regional."</p>		<p>(art. 9.º n.º 3)</p> <p>— As cartas de delimitação da REN a nível municipal são elaboradas à escala de 1:25 000 ou superior, acompanhadas da respetiva memória descritiva, e delas devem constar:</p> <p>a) A delimitação das áreas incluídas na REN, indicando as suas diferentes tipologias de acordo com o artigo 4.º;</p> <p>b) As exclusões de áreas, nos termos do número anterior, que, em princípio, deveriam ser integradas na REN, incluindo a sua fundamentação e a indicação do fim a que se destinam.</p>

9.º	Regulamentação “O Governo, no prazo de 120 dias, e mediante diploma legal adequado, regulamentará o disposto no presente decreto-lei (...)”			
10.º	Âmbito de aplicação			
11.º		Fiscalização	Fiscalização (deixa de competir à DGOT e passa a competir ao ICN; manteve-se a competência das CCDR e dos municípios, bem como a de outras entidades competentes em razão da matéria ou da área de jurisdição)	CAPÍTULO VI – FISCALIZAÇÃO E REGIME CONTRAORDENACIONAL Art.36.º - Inspeção e fiscalização (a fiscalização compete às CCDRs, ARHs e municípios e a inspeção à IGAOT)
12.º		Contraordenações	Reduz-se o limite mínimo das coimas, mas aumenta-se o limite máximo. Passam a prever-se sanções acessórias.	Art.37.º - adapta o regime jurídico da REN ao regime das contraordenações ambientais, previsto na Lei n.º 50/2006.
13.º		Instrução dos processos e aplicação de coimas		
14.º		Embargos e demolições	(deixa de competir à DGOT e passa a competir ao ICN; manteve-se a competência das CCDR e dos municípios, bem como a de outras entidades competentes em razão da matéria ou da área de jurisdição)	Art.39.º - (competência passa a caber à IGAOT, CCDRs, ARHs, municípios e demais entidades competentes em razão da matéria ou área de jurisdição)
15.º		Nulidade de atos administrativos “São nulos e de nenhum efeito os atos administrativos que violem os artigos 4.º e 17.º.”	=	(tem equivalente no art. 27.º n.º 1)
16.º		Responsabilidade Civil “As entidades competentes para o licenciamento de obras ou para aprovação dos projetos de localização de empreendimentos são civilmente responsáveis pelos prejuízos que advenham, para os particulares de boa fé, da nulidade dos actos administrativos prevista no artigo anterior.”	=	(tem equivalente no art. 27.º n.ºs 2 a 4)

16.º-A			Taxa de apreciação “A apreciação dos pedidos de autorização previstos na alínea a) do n.º 2 do artigo 4.º-A está sujeita ao pagamento prévio de taxas, cujo valor será definido em portaria do membro do Governo responsável pela área do ambiente e ordenamento do território.”	
17.º		Regime transitório (aplicável às áreas incluídas e definidas, respectivamente, nos anexos II e III do presente diploma, que dele fazem parte integrante, que ainda não tenham sido objecto da delimitação a que se refere o artigo 3.º, bem como as obras e os empreendimentos mencionados no n.º 1 do artigo 4º)	= (só se modificou a designação das entidades e ministérios entretanto alterados)	CAPÍTULO VII – DISPOSIÇÕES COMPLEMENTARES, TRANSITÓRIAS E FINAIS (artgs. 40.º a 48.º)
18.º		Vigência do regime transitório	=	
19.º		Norma transitória	(revogada)	
20.º		Legislação Revogada	=	Art.47.º
21.º		Aplicação	Aplicação “O regime estabelecido no presente decreto-lei aplica-se às Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, sem prejuízo da sua adequação à especificidade regional a introduzir por decreto legislativo regional.”	Art.46.º O disposto no presente decreto-lei aplica-se às Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, sem prejuízo da sua adequação à especificidade regional a introduzir por decreto legislativo regional.
		ANEXO I Áreas a considerar para efeitos de integração na REN, nos termos do artigo 3.º: ANEXO II Áreas sujeitas ao regime transitório da REN, nos termos do artigo 17.º	Mantêm-se os anexos I, II e III. Foram aditados os anexos IV e V. ANEXO IV Ações insuscetíveis de prejudicar o equilíbrio ecológico das áreas integradas na REN (retificado pela declaração de retificação n.º 76/2006)	ANEXO I (a que se refere o art. 5.º) Definições e critérios de delimitação de cada uma das áreas referidas no artigo 4.º e funções respetivamente desempenhadas. ANEXO II (a que se refere o art. 20.º) Usos e ações compatíveis com os objetivos de

		ANEXO III Definições a considerar para efeitos da aplicação dos anexos I e II:	ANEXO V Requisitos a observar para viabilização das ações insuscetíveis de prejudicar o equilíbrio ecológico das áreas integradas na REN identificadas no anexo IV.	proteção ecológica e ambiental e de prevenção e redução de riscos naturais de áreas integradas na REN. (corrigido pela Declaração de Retificação n.º 63-B/2008) ANEXO III Áreas sujeitas a autorização, nos termos do artigo 42.º, no caso de inexistência de delimitação municipal ao abrigo do DL n.º 93/90.
	Alterado pelo DL 411/83, que se limitou a prorrogar o prazo previsto no artigo 9.º.	Alterado pelo DL 316/90, DL 213/92, DL 79/95, DL 203/02		
N O V I D A D E S		Art. 5.º Domínio Público Hídrico	= com as devidas adaptações, resultantes das diferentes designações dadas às entidades competentes nestas matérias.	
				Artigo 3.º -Articulação de regimes: 1 - A REN articula-se com o quadro estratégico e normativo estabelecido no Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território, nos planos regionais de ordenamento do território e nos planos sectoriais relevantes. 2 - A REN contribui para a utilização sustentável dos recursos hídricos, em coerência e complementaridade com os instrumentos de planeamento e ordenamento e as medidas de protecção e valorização, nos termos do artigo 17.º da Lei da Água, aprovada pela Lei n.º 58/2005, de 29 de Dezembro. 3 - A REN é uma das componentes da Rede Fundamental de Conservação da Natureza, favorecendo a conectividade entre as áreas


				<p>nucleares de conservação da natureza e da biodiversidade integradas no Sistema Nacional de Áreas Classificadas.</p> <p>4 - O regime jurídico da REN constitui um instrumento de regulamentação do disposto na alínea b) do n.º 3 do artigo 7.º e do n.º 1 do artigo 7.º-C do Decreto-Lei n.º 140/99, de 24 de Abril, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 49/2005, de 24 de Fevereiro, sempre que contribuir para a manutenção do estado de conservação favorável de habitats naturais e de espécies da flora e da fauna inscritos nos anexos desses mesmos diplomas.</p>
		<p>Artigo 3.º - Delimitação</p> <p>1 - Compete aos Ministros do Planeamento e da Administração do Território, da Agricultura, Pescas e Alimentação, das Obras Públicas, Transportes e Comunicações e do Comércio e Turismo, ouvida a Comissão referida no artigo 8.º, aprovar, por portaria competente, as áreas a integrar e a excluir da REN.</p> <p>2 - As propostas de delimitação são elaboradas pelas comissões de coordenação regional, com base em estudos próprios ou que lhes sejam apresentados por outras entidades públicas ou privadas, e ponderada a necessidade de exclusão de áreas legalmente construídas ou de construção já autorizada, bem como das destinadas à satisfação das carências existentes em termos de habitação, equipamentos ou infra-estruturas.</p> <p>3 - Quando esteja em causa o domínio público hídrico, as propostas de delimitação referidas no número anterior são elaboradas em conjunto pelas comissões de coordenação regional e pelas</p>	<p>Artigo 3.º - Delimitação</p> <p>1 - Compete ao Governo, por resolução do Conselho de Ministros, ouvida a Comissão referida no artigo 8.º, aprovar a integração e a exclusão de áreas da REN.</p> <p>2 - As propostas de delimitação da REN são elaboradas pelas comissões de coordenação e desenvolvimento regional, adiante designadas por CCDR, com base em estudos próprios ou que lhes sejam apresentados por entidades públicas ou privadas.</p> <p>3 - A proposta de delimitação da REN deve ponderar a necessidade de exclusão de áreas legalmente construídas ou de construção já licenciada ou autorizada, bem como das destinadas à satisfação das carências existentes em termos de habitação, actividades económicas, equipamentos e infra-estruturas.</p> <p>4 - A delimitação da REN é de realização obrigatória.</p> <p>5 - Quando esteja em causa o domínio público hídrico, as propostas de</p>	<p>CAPÍTULO II</p> <p>Delimitação da REN</p> <p>Artigo 5.º - Âmbito</p> <p>1 — A delimitação da REN compreende dois níveis:</p> <p>a) Nível estratégico;</p> <p>b) Nível operativo.</p> <p>2 — O nível estratégico é concretizado através de orientações estratégicas de âmbito nacional e regional e de acordo com os critérios constantes do anexo I do presente decreto -lei, que dele faz parte integrante.</p> <p>3 — O nível operativo é concretizado através da delimitação, em carta de âmbito municipal, das áreas integradas na REN, tendo por base as orientações estratégicas de âmbito nacional e regional e de acordo com os critérios constantes do anexo I do presente decreto -lei, que dele faz parte integrante.</p> <p>Artigo 6.º - Direito à informação e à participação</p> <p>Ao longo da elaboração das orientações estratégicas de âmbito nacional e regional e da delimitação da REN a nível municipal, as entidades públicas competentes devem facultar aos interessados, nos respetivos sítios da Internet, todos os elementos relevantes para que estes possam conhecer o estágio dos trabalhos e a evolução da tramitação</p>

		<p>entidades com jurisdição nessa área.</p> <p>4 - A elaboração das propostas mencionadas no n.º 2 deve ter a participação de outras entidades competentes em função da localização e da matéria.</p> <p>5 - As propostas de delimitação a que se refere o n.º 2 são efectuadas à escala 1:25 000, ou superior, e devem ser acompanhadas do parecer dos municípios interessados, a solicitar pela comissão de coordenação regional.</p> <p>6 - A não emissão, no prazo de 45 dias, do parecer referido no número anterior equivale a parecer favorável.</p>	<p>delimitação referidas no n.º 2 são elaboradas em conjunto com as entidades com jurisdição própria ou delegada nessa área.</p> <p>6 - A elaboração das propostas mencionadas no n.º 2 deve ter a participação de outras entidades competentes em função da localização e da matéria.</p> <p>7 - As propostas de delimitação são efectuadas à escala de 1:25000 ou superior e devem ser acompanhadas de parecer dos municípios interessados, a solicitar pela comissão de coordenação e desenvolvimento regional competente.</p> <p>8 - A falta de emissão, no prazo de 30 dias, de qualquer um dos pareceres referidos no número anterior equivale à emissão de parecer favorável.</p> <p>9 - As propostas devem delimitar:</p> <p>a) Todas as áreas incluídas no anexo I do presente diploma;</p> <p>b) As áreas que se encontrem objectivamente já comprometidas e ou sujeitas a servidões;</p> <p>c) As áreas que se pretendam excluir e as razões estratégicas que suportam devidamente tais opções;</p> <p>d) As áreas que efectivamente ficam sujeitas ao regime da REN.</p> <p>10 - A delimitação da REN pode ocorrer juntamente com a elaboração, alteração ou revisão de plano especial ou plano municipal de ordenamento do território, sendo nesse caso praticados simultaneamente o acto de aprovação da delimitação da REN e o acto de</p>	<p>procedimental, bem como formular observações, sugestões e pedidos de esclarecimento.</p> <p>Artigo 7.º - Conteúdo do nível estratégico</p> <p>1 — As orientações estratégicas de âmbito nacional e regional são definidas em coerência com o modelo territorial do Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território e com as estruturas regionais de proteção e valorização ambiental, estabelecidas nos planos regionais de ordenamento do território.</p> <p>2 — As orientações estratégicas de âmbito nacional e regional têm ainda em consideração o disposto no Plano Nacional da Água, nos Planos de Gestão de Bacia Hidrográfica e em outros planos sectoriais relevantes.</p> <p>3 — As orientações estratégicas de âmbito nacional e regional compreendem as diretrizes e os critérios para a delimitação das áreas da REN a nível municipal e são acompanhadas de um esquema nacional de referência.</p> <p>4 — O esquema nacional de referência inclui a identificação gráfica das principais componentes de proteção dos sistemas e processos biofísicos, dos valores a salvaguardar e dos riscos a prevenir.</p> <p>Artigo 8.º - Procedimento de elaboração das orientações estratégicas</p> <p>1 — As orientações estratégicas de âmbito nacional são elaboradas pela Comissão Nacional da REN, com a colaboração das comissões de coordenação e desenvolvimento regional.</p> <p>2 — As orientações estratégicas de âmbito regional são elaboradas pelas comissões de coordenação e desenvolvimento regional, com a colaboração das administrações das regiões hidrográficas, em articulação com os municípios da área territorial abrangida.</p> <p>3 — Para efeitos do disposto no número anterior, os municípios designam um representante.</p>
--	--	---	---	--

			<p>aprovação ou ratificação do instrumento de gestão territorial em causa.</p> <p>11 - Quando a delimitação ou alteração da REN ocorra simultaneamente com o procedimento de elaboração, alteração ou revisão de plano especial de ordenamento do território ou plano director municipal, deve ser solicitado parecer à comissão mista de coordenação prevista no Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, na redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 58/2005, de 29 de Dezembro.</p> <p>12 - Quando a alteração da delimitação da REN ocorra simultaneamente com a elaboração, alteração ou revisão de plano especial ou plano municipal de ordenamento do território, a nova delimitação determina a publicação da carta da REN do concelho.</p> <p>13 - Nas situações em que a demarcação da REN, constante de plano especial ou municipal de ordenamento do território, não coincida com a delimitação da mesma reserva operada pela resolução mencionada no n.º 1, deve o respectivo plano ser objecto de alteração, no prazo de 90 dias, nos termos do artigo 97.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, na redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 58/2005, de 29 de Dezembro.</p> <p>14 - As cartas de delimitação da REN são de consulta pública livre, devendo as mesmas ser disponibilizadas em suporte de papel na sede da respectiva</p>	<p>(...)</p> <p>Artigo 9.º - Conteúdo do nível operativo</p> <p>1 — A delimitação a nível municipal das áreas integradas na REN é obrigatória.</p> <p>2 — Na elaboração da proposta de delimitação da REN deve ser ponderada a necessidade de exclusão de áreas com edificações legalmente licenciadas ou autorizadas, bem como das destinadas à satisfação das carências existentes em termos de habitação, atividades económicas, equipamentos e infra - estruturas.</p> <p>(n.º 3 . cfr. art. 8.º do Esquema)</p> <p>(n.º 4 cfr. art. 5.º do Esquema)</p> <p>Artigo 10.º - Delimitação da REN a nível municipal</p> <p>1 — Compete à câmara municipal elaborar a proposta de delimitação da REN a nível municipal, devendo as comissões de coordenação e desenvolvimento regional e as administrações de região hidrográfica fornecer –lhe a informação técnica necessária e competindo às primeiras assegurar o acompanhamento assíduo e continuado da elaboração técnica da proposta de delimitação pelo município.</p> <p>2 — Antes da elaboração da proposta, a câmara municipal pode estabelecer uma parceria com a comissão de coordenação e desenvolvimento regional na qual se definem, designadamente, os termos de referência para a elaboração, os prazos e as formas de colaboração técnica a prestar pela comissão de coordenação e desenvolvimento regional.</p> <p>Art.11.º - Acompanhamento e aprovação da delimitação da REN a nível municipal</p> <p>Art.12.º - Publicação da delimitação da REN a nível municipal</p> <p>Art.13.º - Depósito e consulta</p> <p>Art.14.º - Delimitação da REN em simultâneo com a formação de planos especiais de ordenamento do</p>
--	--	--	---	---

			CCDR e através da sua colocação em suporte informático no sítio da Internet da mesma entidade.	território Art.15.º - Delimitação da REN em simultâneo com a formação de planos municipais de ordenamento do território Art.16.º - Alterações da delimitação da REN Art.17.º - Relevante interesse geral Art.18.º - Reintegração Art.19.º - Correções materiais e retificações
				Este diploma introduziu um capítulo inovador CAPÍTULO V – REGIME ECONÓMICO-FINANCEIRO Art.32.º - Programas de financiamento público Art.33.º - Financiamento de projetos em áreas da REN Art.34.º - Promoção da sustentabilidade local Art.35.º - Perequação compensatória.

Anexo 12 - Inquérito



Reserva Ecológica Nacional

Este questionário tem como propósito aferir a sensibilidade e os conhecimentos da população relativamente à existência da Reserva Ecológica Nacional (REN). As respostas são anónimas. Desde já se agradece a sua colaboração.

*** Required**

É sensível às questões ambientais? *

☐ Sim

☐ Não

Já ouviu falar da Reserva Ecológica Nacional (REN)? *

☐ Sim

☐ Não

Se respondeu "Sim" na questão anterior, em que contexto ouviu falar da REN?

☐ Nos meios de comunicação social

☐ Entre família/amigos

☐ No âmbito profissional/académico

☐ Other:

Se sim, dê um exemplo de uma área classificada como REN.

Imagine a seguinte hipótese: O local x está integrado na Reserva Ecológica Nacional, mas há uma multinacional interessada em instalar nesse local uma indústria geradora de grandes receitas e de múltiplos postos de trabalho. Na sua opinião, dever-se-ia ou não permitir a construção da referida indústria? *

☐ Sim

☐ Não

Porquê?

Imagine outra hipótese: Está à procura de um terreno para construir a sua casa. Depois de muitas tentativas, encontra o terreno ideal e a um preço bastante razoável. Se entretanto fosse informado de que aquele terreno se encontra integrado numa área protegida do ponto de vista ecológico, o seu interesse por aquele terreno seria o mesmo? *

☐ Sim

☐ Não

Porquê?

Idade *

Sexo *

- ☐ Masculino
- ☐ Feminino

Habilitações Académicas *

- ☐ 4º ano
- ☐ 9º ano
- ☐ 12º ano
- ☐ Licenciatura
- ☐ Mestrado
- ☐ Doutoramento

Profissão *

Local de Residência *

Submit

Powered by [Google Docs](#)

[Report Abuse](#) - [Terms of Service](#) - [Additional Terms](#)

Anexo 13 – Inquérito: resultados

Tabela e Gráfico 1 – Respostas à questão nº 1

	Frequency	Percent
Não	3	3,0
Sim	97	97,0
Total	100	100,0



Tabela e Gráfico 2 - Respostas à questão nº 2

	Frequência	Porcentagem
Não	16	16,0
Sim	84	84,0
Total	100	100,0

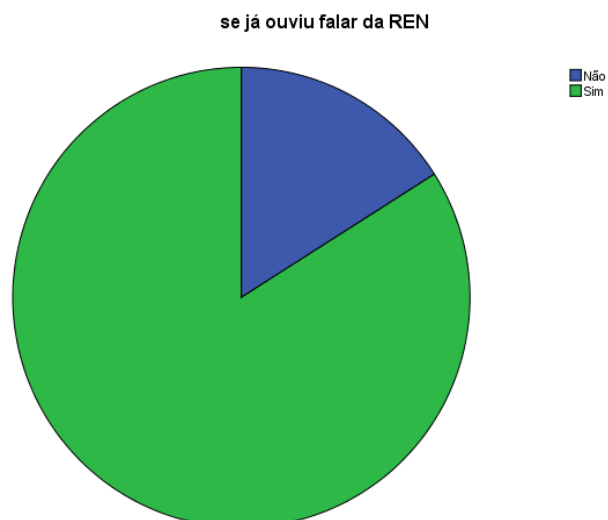


Tabela e Gráfico 3 – Respostas à questão nº3

	Frequência	Porcentagem
Meios de comunicação	39	39,0
Família/amigos	20	20,0
Âmbito profissional/acadêmico	23	23,0
Não se aplica	16	16,0
Interesse Próprio (proprietário terrenos rurais)	1	1,0
Associativismo Ambiental	1	1,0
Total	100	100,0

em que contexto ouviu falar da REN

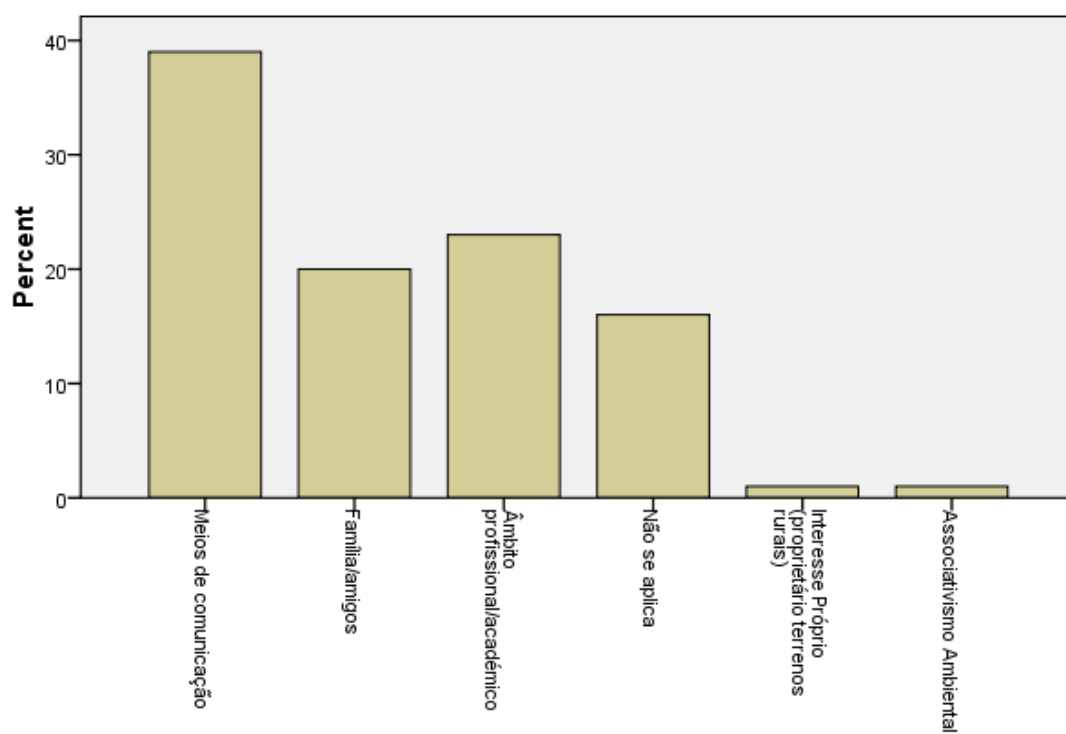


Tabela e Gráfico 4 – Respostas à questão nº4

	Frequência	Porcentagem
Não	21	21,0
Sim	79	79,0
Total	100	100,0

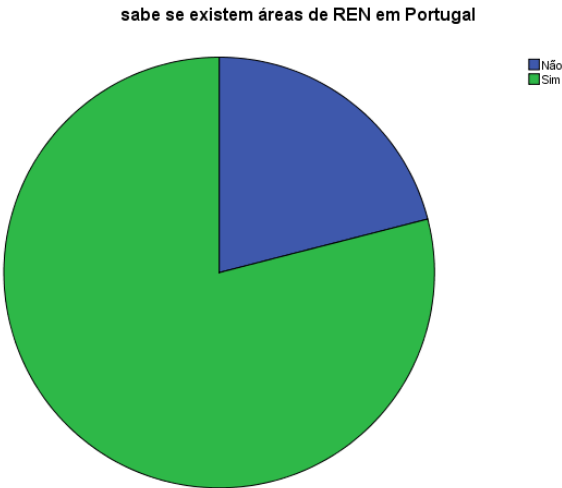


Gráfico nº 5 – Respostas à questão nº 5

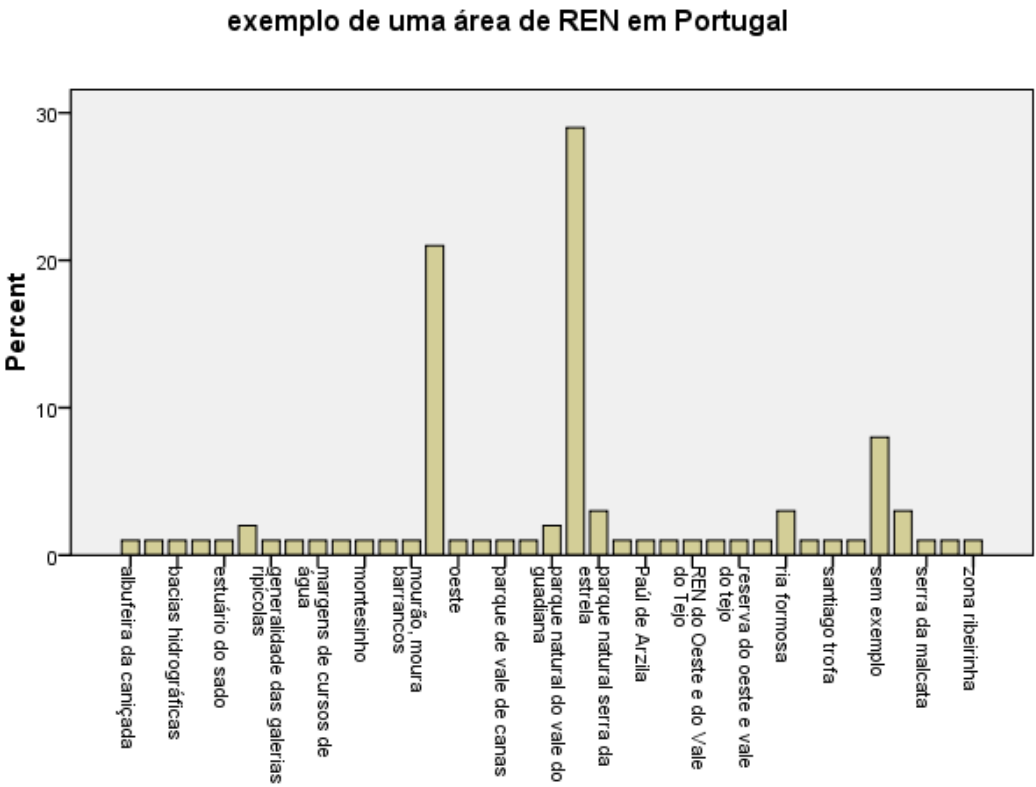


Tabela 5 e Gráfico 6 – Respostas à questão nº 6

	Frequência	Porcentagem
Não	76	76,0
Sim	24	24,0
Total	100	100,0

acha que multinacional pode construir em REN

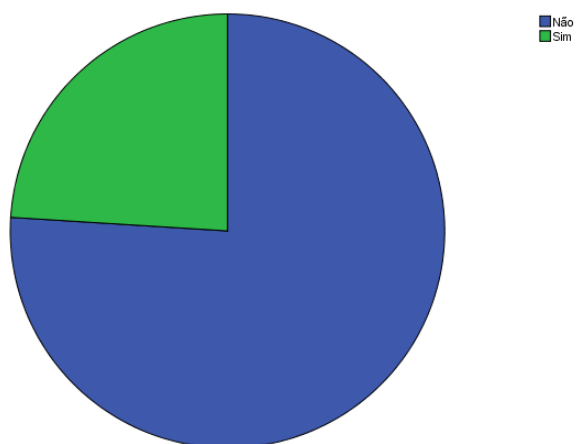


Tabela 6 e Gráfico 7 – Respostas à questão nº 8

	Frequência	Porcentagem
Não	73	73,0
Sim	27	27,0
Total	100	100,0

acha que construa casa em REN

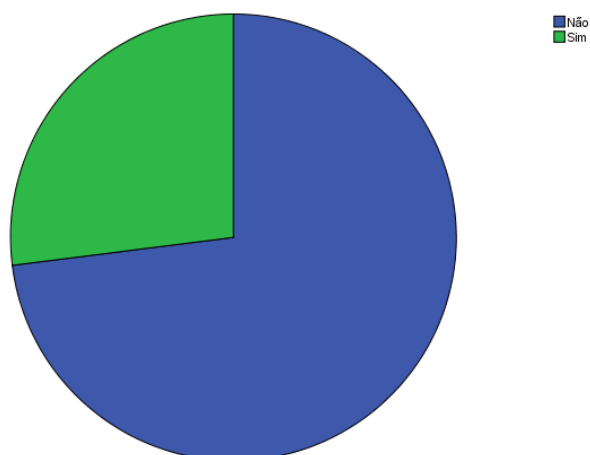


Tabela 7

Idade

Média	42
Mediano	38
Moda	22

Tabela 8

Sexo

	Frequência	Porcentagem
Feminino	55	55,0
Masculino	45	45,0
Total	100	100,0

Tabela 9

Habilitações Acadêmicas

	Frequência	Porcentagem
12º ano	8	8,0
Licenciatura	71	71,0
Mestrado	15	15,0
Doutoramento	6	6,0
Total	100	100,0

Anexo 14 - E-mail trocado com o Secretariado Técnico da Comissão Nacional da REN

Página Gmail - Esclarecimento de dúvidas

1 de 2



Leonor Mendes <leonorsousamendes@gmail.com>

Esclarecimento de dúvidas

2 mensagens

Leonor Mendes <leonorsousamendes@gmail.com>
Para: stcnren@dgotdu.pt

4 de junho de 2012 12:47

Exmos Senhores,

No âmbito da dissertação de Mestrado que estou a elaborar, subordinada ao tema "De que se fala quando se fala de RAN e REN?", agradecia que me informassem relativamente a duas questões:

1. Saber se já foram aprovadas por resolução do Conselho de Ministros as orientações estratégicas de âmbito nacional e regional da REN, tal como estipulado no n.º 5 do artigo 8.º do DL n.º 166/2008, de 22 de agosto?
2. Saber se a Comissão Nacional da REN tem promovido acções de sensibilização das populações quanto ao interesse e aos objectivos da REN e, em caso afirmativo (e se possível), exemplificar algumas dessas acções?

Agradeço desde já o V/ contributo para o estudo que estou a efectuar.

Com os meus melhores cumprimentos,

Leonor Sousa Mendes

STCNREN <STCNREN@dgotdu.pt>
Para: Leonor Mendes <leonorsousamendes@gmail.com>

5 de junho de 2012 10:17

Ex.ma Senhora

D. Leonor Sousa Mendes

Em resposta às questões que coloca cumpre-me informar:

1. As orientações estratégicas de âmbito nacional e regional previstas no artigo 5.º do DKL n.º 166/2008, de 22 de agosto não foram ainda aprovadas em Conselho de Ministros. Segundo a informação que possuímos à a intenção de levar em breve as referidas orientações estratégicas àquele Conselho.
2. A CNREN protelou a promoção de ações de sensibilização das populações para depois da plena vigência do DL n.º 166/2008, ou seja, para depois da publicação das orientações estratégicas de âmbito nacional e regional, na medida em que o regime jurídico estabelecido por este diploma legal difere do estabelecido pelo diploma revisto (DL n.º 93/90, de 19 de março, republicado pelo DL n.º 188/2006, de 6 de setembro, e porque, é expectável que as delimitações de REN enquadradas pelo DL n.º 166/2008 resultem também diferentes das que atualmente vigoram.

Esperando ter respondido às perguntas que coloca e ao dispor, apresento os melhores cumprimentos

Com os melhores cumprimentos,

Rosário Monteiro

Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território | Comissão Nacional da Reserva Ecológica Nacional

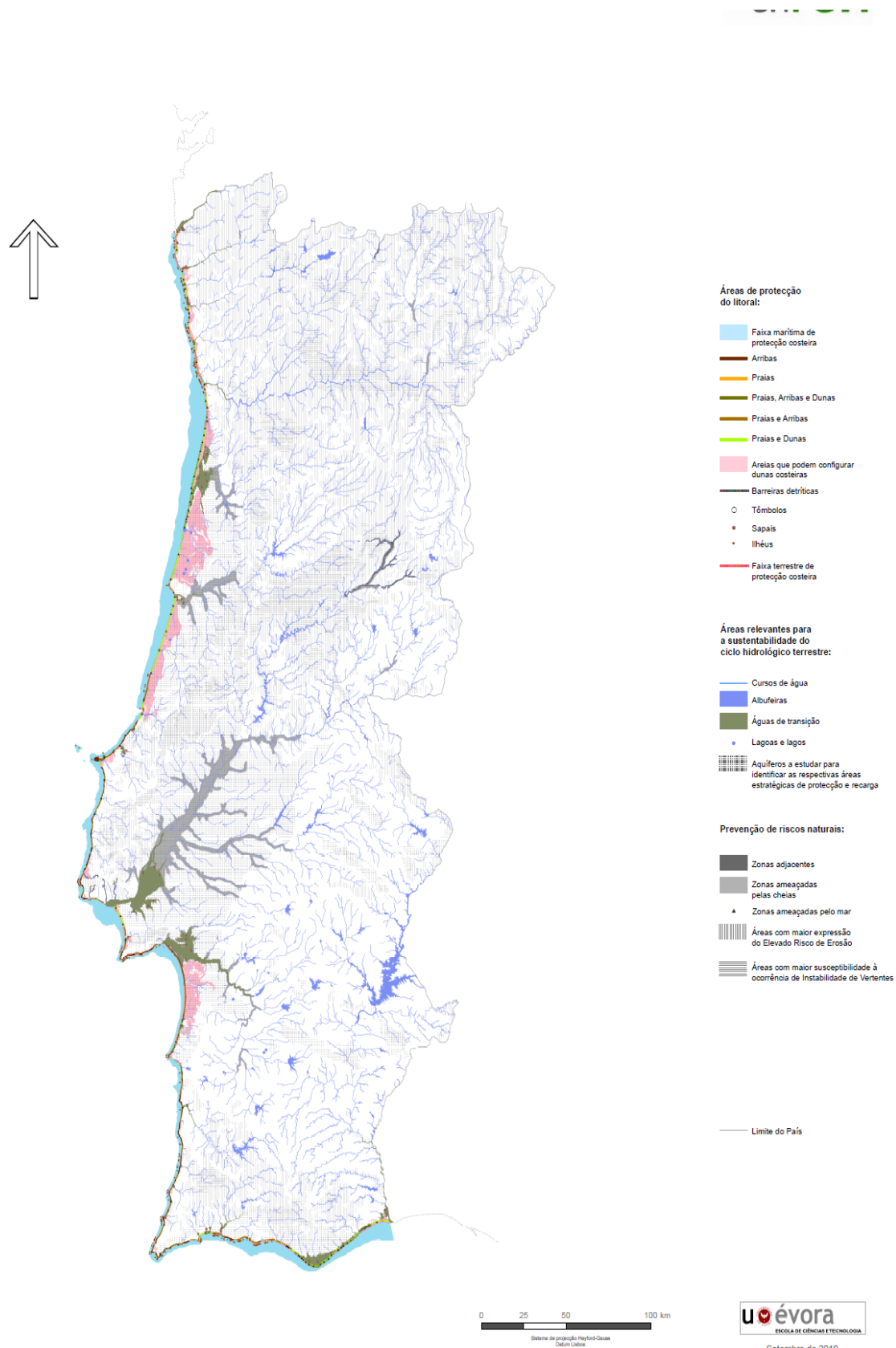
Coordenadora do Secretariado Técnico

Campo Grande, 50 • 1749-014 Lisboa • Portugal

Tel: • Fax: +351 217 825 003

<http://cnren.dgotdu.pt>

Anexo 15 - Reserva Ecológica Nacional - Esquema Nacional de Referência



Anexo 16 – Imagens de áreas integradas na REN



Fig.1 - Faixa ao longo da costa marítima no concelho de Viana do Castelo



Fig.2 - Estuário do rio Minho e ilhéu, no concelho de Caminha

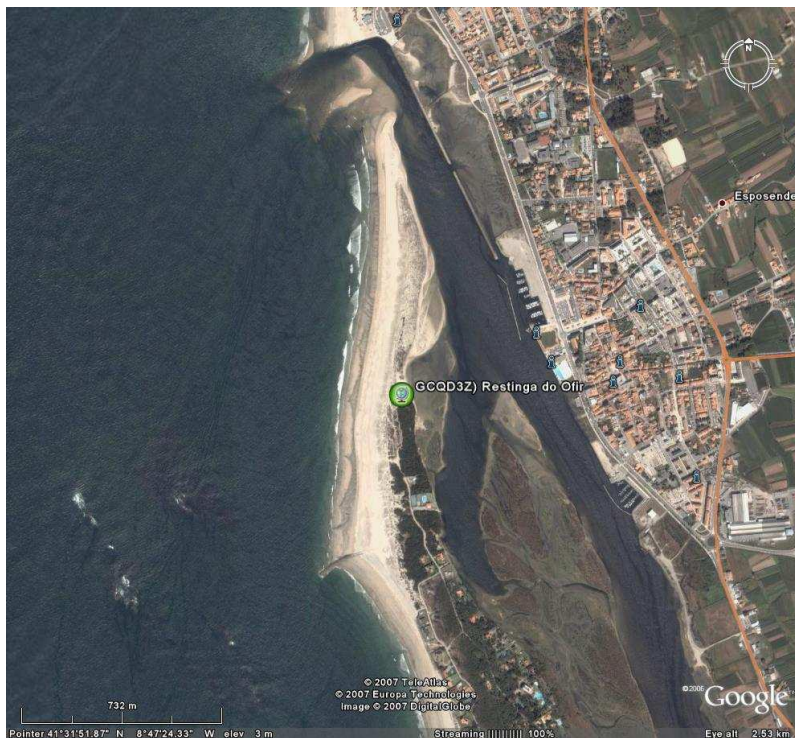


Fig.3 – Restinga de Ofir



Fig.4 – Tômbolo artificial na Praia da Aguda (Vila Nova de Gaia)